



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (PPGP)

LUIZ HENRIQUE MORAIS SOUSA

**Os sentidos e significados das resistências às precarizações do
trabalho uberizado**

Goiânia

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

LUIZ HENRIQUE MORAIS SOUSA

3. Título do trabalho

Os sentidos e significados das resistências às precarizações do trabalho uberizado

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Henrique Morais Sousa, Discente**, em 08/07/2025, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Livia Gomes Dos Santos, Professora do Magistério Superior**, em 09/07/2025, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5483288** e o código CRC **D2400259**.

Referência: Processo nº 23070.034753/2025-57

SEI nº 5483288

LUIZ HENRIQUE MORAIS SOUSA

Os sentidos e significados das resistências às precarizações do trabalho uberizado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP), da Faculdade de Educação (FE), da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia

Linha de Pesquisa: Processos Psicossociais e Educacionais

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Livia Gomes dos Santos

Goiânia

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Sousa, Luiz Henrique Morais

Os sentidos e significados das resistências às precarizações do trabalho uberizado [manuscrito] / Luiz Henrique Morais Sousa. - 2025. XIII, 153 f.

Orientador: Profa. Dra. Livia Gomes dos Santos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Goiânia, 2025.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui tabelas, lista de tabelas.

1. Precarização do trabalho. 2. Uberização do trabalho. 3. Resistências. 4. Psicologia histórico-cultural. 5. Materialismo histórico dialético. I. Santos, Livia Gomes dos, orient. II. Título.

CDU 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata Nº 33 da sessão de Defesa de Dissertação de **LUIZ HENRIQUE MORAIS SOUSA** que confere o título de **Mestra em Psicologia** pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás-PPGP/FE/UFG, na *área de concentração em Psicologia*.

Aos **quatro dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco (04/07/2025)**, a partir das **9:00h**, nas dependências da Faculdade de Educação da UFG, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "*Os sentidos e significados das resistências às precarizações do trabalho uberizado*". Os trabalhos foram instalados pela Orientadora Prof^a. Dr^a. **Livia Gomes dos Santos (PPGP/FE/UFG)**, doutora em **Psicologia** pela **PUC/SP**, com a participação dos demais integrantes da Banca Examinadora: Prof. Dr. **Fernando Lacerda Junior (PPGP/UFG)**, doutor em **Psicologia** pela **PUC/Campinas** - integrante titular interno e Prof. Dr. **Felipe Coelho Lima (UFRN)**, doutor em **Psicologia** pela **UFRN** - integrante titular externo. Durante a arguição os integrantes da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus integrantes. Proclamados os resultados pela Prof^a. Dr^a. Livia Gomes dos Santos, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Integrantes da Banca Examinadora, aos quatro dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Livia Gomes dos Santos

Prof. Dr. Fernando Lacerda Junior

Prof. Dr. Felipe Coelho Lima

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Henrique Morais Sousa, Discente**, em 08/07/2025, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Livia Gomes Dos Santos, Professora do Magistério Superior**, em 08/07/2025, às 12:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Lacerda Junior, Coordenador de Curso**, em 09/07/2025, às 13:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0,
informando o código verificador **5482472** e o código CRC **549D6D65**.

Referência: Processo nº 23070.034753/2025-57

SEI nº 5482472

Agradecimentos

Agradeço à Professora Doutora Livia Gomes dos Santos pela paciência e prestatividade. Sua orientação foi fundamental, não apenas na apreensão dos conceitos que embasam a pesquisa, mas também na minha compreensão da realidade.

Estendo meus agradecimentos aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás (PPGP-UFG). O compartilhamento de seus conhecimentos e as contribuições, tanto diretas quanto indiretas, enriqueceram esta pesquisa e a minha formação.

Um agradecimento especial a todos os afetos construídos ao longo dos dois anos de mestrado. Para além do componente intelectual, a dimensão afetiva revelou-se indispensável para a superação dos desafios.

Aos meus pais e à minha companheira Luanna, expesso meu profundo agradecimento pela compreensão, acolhimento, escuta e apoio. Sem o afeto de vocês a realização desta pesquisa não teria sido possível.

Por fim, agradeço pelos desafios e obstáculos que surgiram ao longo do caminho. Cada um deles teve sua importância, permitindo-me explorar novos percursos e, quando necessário, renunciar a outros. Dessa forma, concluo esta pesquisa, mas com os olhos voltados para os próximos passos em minha trajetória profissional e intelectual.

Sumário

Introdução	9
1.1. Trajetória do Pesquisador	12
1.2. Procedimentos Metodológicos	15
Capítulo 1. As crises do Capitalismo e a Uberização do Trabalho: a Precarização Contemporânea	17
1.1. Crises Cíclicas e Estruturais do Capitalismo: a Uberização e o Aprimoramento da Precarização do Trabalho	17
1.2. Toyotismo Digital: Uberização, Exploração e a Reestruturação do Trabalho.....	23
1.3. A Dialética do Trabalho Uberizado	29
Capítulo 2. Uberização do Trabalho: Conceituação e Particularidades	37
2.1. Uberização: Vida Precária e Acumulação Flexível	37
2.2. As Transformações do Capitalismo de Plataforma: Precarização do Trabalho Uberizado ou Uberização do Trabalho Precarizado?.....	42
2.3. A Precarização do Trabalho no Brasil: A Herança Escravista e a Uberização no Capitalismo Dependente	48
2.4. A Uberização no Brasil: A Integração de Modos de Produção Arcaicos e Contemporâneos e a Superexploração no Capitalismo Dependente	52
Capítulo 3. As Resistências ao Trabalho Precarizado: Da Fábrica à Empresa-Plataforma	56
3.1. Trajetórias Históricas de Resistência à Precarização do Trabalho.....	56
3.2. Resistência à Precarização no Brasil: Dos Quilombos à Crise Sindical	62
3.3. Resistência à Precarização no Trabalho Uberizado: Da organização Digital às Alternativas Coletivas	67
Capítulo 4. Aspectos Psicossociais da Uberização: Considerações a Partir dos Sentidos e Significados do Trabalho de Entregadores por Aplicativo	75
4.1. Introdução	75
4.2. Conceitos Fundamentais	75
4.3. Metodologia dos Núcleos de Significação	80
4.4.1. Núcleo 1: Mobilizações dos trabalhadores e formas de resistência	85
4.4.1.1. Os Sentidos das Lutas Coletivas dos Trabalhadores Uberizados: Fatalismo e Alienação.....	85
4.4.1.2. Ruptura Entre Significados Sociais e Sentidos Pessoais do Trabalho	87
4.4.1.3. Resistência Coletiva Como Forma de Reintegração Entre Significados e Sentidos do Trabalho.....	89
4.4.2. Núcleo 2: Exploração do Trabalho e Controle Algorítmico	92
4.4.2.1. Mediação Algorítmica e Instrumentos Psicológicos.....	92
4.4.2.2. A Autonomia Uberizada: Controle Algorítmico e Subordinação	95
4.4.2.3. Precarização, Custos e Riscos da Uberização do Trabalho.....	97
4.4.2.4. Alienação e Escravidão Digital no Capitalismo de Plataforma	98
4.4.3. Núcleo 3: Contradições do Trabalho Formal	100
4.4.3.1. Alienação, Fragmentação e Exploração do Trabalho no Capitalismo de Plataforma	100
4.4.3.2. A Uberização do Trabalho e o Drama do Trabalhador Uberizado	101
4.4.3.3. A Internalização da Cultura em Contextos de Precarização e os Obstáculos à Humanização.....	104
4.4.4. Núcleo 4: Condições de Trabalho e Violências	105

4.4.4.1. A Violência Como Expressão das Relações Sociais no Trabalho Uberizado	105
4.4.4.2. As necessidades, Motivos e a Produção Imaginária do Trabalho Uberizado	107
4.4.5. Núcleo 5: Alternativas ao Trabalho Uberizado e Desconfiança	111
4.4.5.1. Processos Criativos, Cooperativos e Alternativos	111
4.4.5.2. A Unidade Cognição-Afeto na Desconfiança dos Trabalhadores Uberizados	113
4.4.5.3. O Trabalho Como Atividade Humanizadora e Alternativa ao Trabalho Uberizado	115
Capítulo 5. Análise Internúcleos dos Núcleos de Significação: A Dialética das Significações Produzidas Pelos Trabalhadores Uberizados	117
5.1. Introdução	117
5.2. A Dialética Entre Resistência e Exploração: Articulação Entre os Núcleos 1 e 2	117
5.3. A Precarização Como Continuum: Articulação Entre os Núcleos 2 e 3.....	118
5.4. A Violência Estrutural no Trabalho e as Resistências: Articulação Entre os Núcleos 3 e 4.....	119
5.5. Violência e Desconfiança: Articulação Entre os Núcleos 4 e 5.....	120
5.6. Alternativas e Mobilizações: Articulação Entre os Núcleos 5 e 1	121
5.7. Síntese da Totalidade do Trabalho Uberizado	122
Considerações Finais	124
Referências	128
Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Nexos da Uberização)	141
Anexo B - Roteiro de Entrevista em Profundidade (Nexos da Uberização)	144
Apêndice A - Indicadores e Pré-indicadores	147

Lista de Tabelas

Tabela 1. Descrições das Palavras-chave Buscadas nas Plataformas	16
Tabela 2. Diferenças e Semelhanças entre o Toyotismo e a Uberização.....	25
Tabela 3. Conceitos do Trabalho no Capitalismo de Plataforma.....	46
Tabela 4. Princípios do Cooperativismo de Plataforma.....	70
Tabela 5. Possibilidades Antitrabalho: Formas de Resistência à Precarização do Trabalho	72

Resumo

Esta pesquisa investiga os sentidos e os significados das resistências ao trabalho precarizado no contexto da uberização. A partir dos referenciais teóricos da Psicologia Histórico-Cultural e do Materialismo Histórico-Dialético, este estudo volta-se para as transformações contemporâneas do mundo do trabalho, marcadas pelo avanço do neoliberalismo, pelas crises e pelas reestruturações produtivas do capital. A uberização surge como atualização destas transformações, caracterizando-se pela precarização extrema das relações de trabalho, pela fragmentação da classe trabalhadora e pela intensificação dos mecanismos de controle e exploração mediados por tecnologias digitais. Nesta pesquisa desenvolve-se a análise das dinâmicas do capitalismo plataformizado, demonstrando como as crises estruturais do sistema capitalista geram novas modalidades de acumulação flexível que aprofundam a precarização dos trabalhadores. A pesquisa combina a revisão bibliográfica com análise qualitativa de entrevistas realizadas com entregadores por aplicativo na cidade de Goiânia-GO. A metodologia dos Núcleos de Significação permitiu explorar as dimensões psicossociais das resistências, revelando como os trabalhadores atribuem sentido às suas experiências de exploração e como constroem estratégias individuais e coletivas de enfrentamento. Os resultados evidenciam que, apesar dos esforços das plataformas para individualizar e despolitizar as relações de trabalho, os entregadores desenvolvem formas de resistência que vão desde atos cotidianos de insubordinação até organizações coletivas estruturadas. Identificam-se reinterpretações críticas da realidade do trabalho, práticas de solidariedade de classe e tentativas de construção de identidades coletivas. A análise demonstra como os significados sociais da resistência se entrelaçam com os sentidos subjetivos atribuídos pelos trabalhadores às suas lutas, mediados pelas condições materiais concretas em que estão inseridos. O estudo conclui sublinhando a importância de uma Psicologia comprometida com os interesses da classe trabalhadora, capaz de articular a compreensão dos processos subjetivos com a transformação das estruturas sociais de exploração. Evidencia-se que a resistência dos trabalhadores uberizados mantém continuidade com as tradições de luta da classe trabalhadora, adaptando-se às novas configurações do capitalismo contemporâneo. A pesquisa aponta para a necessidade de práticas profissionais e pesquisas acadêmicas que fomentem as organizações dos trabalhadores e contribuam para a construção de alternativas coletivas frente à precarização. Revela-se, assim, o caráter histórico e dialético das resistências, que se atualizam para enfrentar as transformações da exploração capitalista, demonstrando a possibilidade de transformação da realidade do trabalho.

Palavras-chave: Precarização do Trabalho. Uberização do Trabalho. Resistências. Psicologia Histórico-Cultural. Materialismo Histórico-Dialético.

Abstract

This study examines the senses and meanings of resistance to precarious labor within the context of platform-based work (uberization). Drawing on the theoretical frameworks of Cultural-Historical Psychology and Historical-Dialectical Materialism, this research focuses on contemporary transformations in the world of work, characterized by the advancement of neoliberalism, systemic crises, and capitalist productive restructuring. Uberization emerges as the current manifestation of these transformations, marked by extreme precarity in labor relations, fragmentation of the working class, and the intensification of digitally-mediated control and exploitation mechanisms. The research develops an analysis of platform capitalism's dynamics, demonstrating how structural crises of the capitalist system generate new modalities of flexible accumulation that exacerbate worker precarity. The study combines literature review with qualitative analysis of interviews conducted with app-based delivery workers in Goiânia, Brazil. The Meaning Nuclei methodology enabled exploration of the psychosocial dimensions of resistance, revealing how workers ascribe meaning to their experiences of exploitation and construct both individual and collective strategies of resistance. Findings demonstrate that despite platforms' efforts to individualize and depoliticize labor relations, delivery workers develop forms of resistance ranging from daily acts of insubordination to structured collective organizing. The study identifies critical reinterpretations of labor conditions, practices of class solidarity, and attempts to build collective identities. The analysis shows how the social meanings of resistance intertwine with the subjective significations workers attribute to their struggles, mediated by the concrete material conditions in which they are embedded. The study concludes by emphasizing the importance of a Psychology committed to working-class interests, capable of articulating an understanding of subjective processes with the transformation of exploitative social structures. It reveals that platform workers' resistance maintains continuity with working-class struggle traditions while adapting to contemporary capitalism's new configurations. The research highlights the need for professional practices and academic studies that foster worker organizations and contribute to building collective alternatives to precarity. Thus, the historical and dialectical nature of resistance becomes evident as it evolves to confront transformations in capitalist exploitation, demonstrating the possibility of transforming labor realities.

Keywords: Labor Precarity. Uberization of Labor. Resistance. Cultural-Historical Psychology. Historical-Dialectical Materialism

Introdução

*No suor do teu rosto comerás o teu pão, até que te tornes à terra; porque dela foste tomado;
porquanto és pó e em pó te tornarás.*

(Gênesis 3:19, Bíblia Sagrada do cristianismo)

O trabalho no mundo contemporâneo tem sido atravessado por transformações profundas, marcadas pela intensa precarização e superexploração da força de trabalho, especialmente, mas não apenas, no setor de serviços intermediados por plataformas digitais de “economia de compartilhamento”, fenômeno com denominação atualmente difundida como uberização (Raposo, 2020) e que será um dos pontos centrais desta pesquisa. Com isso, este estudo não se limita a descrever ou nomear o funcionamento do trabalho intermediado por empresas-plataformas, como a Uber ou iFood, mas busca também analisar os sentidos das resistências ao trabalho precarizado no contexto dos entregadores por aplicativos, os motoboys (Abílio, 2020b; Antunes, 2009).

A reestruturação capitalista e suas determinações macroeconômicas mundializadas produzem configurações e reconfigurações que buscam saídas para as crises que a própria estrutura capitalista naturalmente gera e necessita (Mészáros, 2011). Com isso, a exploração da força de trabalho de forma precarizada se torna o fundamento e a expressão central do modo de produção capitalista, que adota o neoliberalismo como ideologia econômica e social; e o toyotismo como modelo de produção. Nesse contexto, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva capitalista são marcados pela acumulação flexível, que deteriora a realidade ao produzir o desemprego crônico e degradação da vida, em busca do lucro (Antunes, 2000; Antunes, 2006; Antunes, 2009; Raposo, 2020).

Nesse contexto, as tecnologias são instrumentalizadas pelo capital como ferramentas de ampliação e sofisticação da exploração da força de trabalho. Diante do desemprego, da precarização das atividades produtivas e da crise estrutural, as chamadas “formas alternativas de trabalho” surgem como uma das poucas ou únicas opções disponíveis para o trabalhador, inserido em um tecido social esgarçado, sem perspectivas aparentes para a superação do capitalismo e para a aquisição de dignidade e o mínimo para a sobrevivência (Abílio, 2020b; Antunes, 2009; Mészáros, 2011; Sennett, 2009).

Além disso, cabe frisar que pensar a realidade do trabalho significa refletir sobre o passado, para que seja possível analisar e projetar o presente e o futuro, no plano ideológico-concreto. Ao discutir-se as formas de resistências ao trabalho precarizado no contexto dos

entregadores por aplicativos serão desveladas dimensões psicossociais da realidade desses trabalhadores, principalmente no contexto brasileiro.

É importante destacar que, embora Vigotski não tenha se detido profundamente nas discussões sobre o trabalho, há textos em que é possível encontrar sua compreensão e a importância dessa categoria. Para o pensador bielorrusso, a concepção de trabalho se amplia, mas não foge da gênese formulada por Marx e Engels. Para ele, o trabalho é entendido como uma atividade vital, mas sem excluir seu caráter alienante (Cenci, 2012). Há uma distorção da personalidade humana, originada na sociedade capitalista, que inclui a divisão entre o trabalho manual e intelectual, a separação entre campo e cidade, a exploração do trabalho infantil e feminino, a pobreza e a possibilidade de desenvolvimento autônomo. Enquanto isso, a classe social que detém os meios de produção usufrui de todos os privilégios, sustentados pela exploração do trabalho e pela dominação ideológica dos trabalhadores (Vigotski, 1930).

No entanto, é importante destacar que ao longo dos séculos, mesmo diante do avanço do capitalismo, sempre existiu lutas dos trabalhadores por direitos, dignidade e melhores condições de vida e trabalho, como resposta à exploração capitalista, que reduziu e reduz a força de trabalho a uma mercadoria, intensificando as jornadas e reduzindo os custos, precarizando todos os processos para o aumento dos lucros. Essas lutas expressaram e expressam a resistência das classes trabalhadoras à alienação e à expropriação da sua força de trabalho. A temática da resistência dos trabalhadores será abordada no Capítulo 3.

Embora seja um desafio delimitar a resistência dos trabalhadores como uma categoria, torna-se importante destacar que resistir à precarização não é um fenômeno recente. A resistência remonta a movimentos como os quilombos, rebeliões e greves operárias. Hoje, no contexto do trabalho uberizado, pretende-se desvelar os movimentos de resistências, em resposta à “Indústria 4.0” (novo escravismo) e à reestruturação produtiva do capital (superexploração). Assim como os movimentos operários do passado, os trabalhadores contemporâneos têm possibilidades e formas de resistir, pois, enquanto houver reestruturação do capital, haverá, dialeticamente, a reestruturação das lutas e das resistências.

Compreender a realidade é importante, pois ela permite a discussão de alternativas concretas, seja através da educação, do trabalho, da saúde, das políticas públicas, da militância, dos movimentos sociais, da socialização, das ações cotidianas e das rupturas revolucionárias; isto é, independentemente da via, tornam-se necessárias as discussões que se apresentam nesta pesquisa. As crises produzidas pelo capitalismo revelam a necessidade de adoção de outras posturas, pois o nível de degradação e esfacelamento da realidade mostra-se incontrolável (Antunes, 2009). Apesar disso, na intenção de fugir de concepções fatalistas, pretende-se

construir discussões para a assimilação e superação de concepções reducionistas, apolíticas e dogmáticas da Psicologia. Torna-se uma tarefa difícil desvencilhar-se dos processos de estruturação subjetiva do capitalismo neoliberal, mas há como pensar caminhos (Martín-Baró, 2011).

Com isso, destaca-se que não cabe ao psicólogo resolver e superar as injustiças históricas e sociais da classe trabalhadora, nem mesmo ao indivíduo ou classe específica. A Psicologia em si não produz revoluções, mas o psicólogo tem a possibilidade de, em sua atuação, contribuir para os interesses das lutas de classe. Busca-se com esta pesquisa balizar a produção de conhecimentos, voltados para a atuação junto aos trabalhadores em diferentes contextos, que possam contribuir com a compreensão de problemas da sociedade, intervindo nos diversos contextos (Martin-Baró, 1997).

Diante desse panorama teórico e prático, emerge como problema de pesquisa a questão de como os trabalhadores têm se organizado para resistir à precarização das condições de trabalho no contexto do trabalho uberizado. Como hipótese destaca-se a concepção de que os trabalhadores uberizados, apesar da realidade do trabalho, têm estratégias para resistir à precarização.

Além disso, o objetivo geral desta pesquisa é analisar os sentidos e os significados das resistências ao trabalho precarizado no contexto da uberização. Para alcançar esse propósito, serão desenvolvidos objetivos específicos que incluem: apresentar o estado atual do trabalho precarizado no contexto da uberização; explorar os aspectos psicossociais que constroem a produção de sentidos e significados nas resistências ao trabalho precarizado no contexto da uberização; e investigar os sentidos e os significados que compõem as mediações das resistências ao trabalho uberizado.

Esta dissertação está concebida em três capítulos com discussões teóricas, além de outros dois capítulos como resultados e discussões, apresentando a construção e análise dos Núcleos de Significação (intranúcleos e internúcleos) a partir da Psicologia Histórico-Cultural (PHC) e do Materialismo Histórico-Dialético (MHD). Os principais autores e autoras desta dissertação foram: Abílio, L. C. (2019, 2020a, 2020b, 2020c, 2021, 2024); Aguiar, W. M. J. de, Soares, J. R., & Machado, V. C (2015, 2021); Antunes, R. (2006, 2009); Duarte, N. (2004, 2020); Fernandes, F. (1973); Gonzales, L. (2020); Harvey, D. (2004, 2006) Hobsbawm, E. (1962, 2000); Leontiev, A. (2004, 1961); Martín-Baró, I. (2011, 2017); Marx, K. (1982, 2004, 2008, 2010, 2012); Mészáros, I. (2011a, 2011b); Oliveira, F. (2003); Severino, A. J. (2013); Vigotski, L. S. (1993, 2000, 2009, 2022).

1.1. Trajetória do Pesquisador

Quem vive sabe, mesmo sem saber que sabe.

(Clarice Lispector, 1977, A hora da estrela, pp. 16-17)

A escolha do tema e as discussões em torno da precarização do trabalho estão diretamente relacionadas à minha trajetória acadêmica e profissional, bem como à história da minha família. Desde sempre convivi com os dilemas, contradições, indignações, sofrimentos e dificuldades decorrentes da precarização e exploração do trabalho. Situações envolvendo padrões abusivos, salários baixos, jornadas exaustivas, a necessidade de conciliar trabalho formal e informal, o empreendedorismo compulsório, a informalidade e o desemprego são realidades que vivenciei e testemunhei no meu contexto familiar e social.

Além da bagagem familiar, minha própria inserção no mercado de trabalho e na academia foram determinantes para o desenvolvimento desta pesquisa. Minha graduação em Psicologia foi viabilizada por uma bolsa do Programa Universidade para Todos (Prouni), enquanto eu realizava trabalhos temporários, “bicos” e estágios, remunerados e não-remunerados, para custear meus estudos. Após a graduação, enfrentei os desafios da inserção no mercado de trabalho como psicólogo, deparando-me com o paradoxo de que, para conseguir emprego, era necessária experiência e qualificação, mas, para obtê-las, era preciso estar empregado.

Concluí a graduação em Psicologia ao final de 2018, e ao longo de 2019 passei por um período de desemprego, mas mantive o objetivo na minha qualificação. Ingressei em um Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em agosto de 2019, que não pude concluir devido às demandas do trabalho que consegui, no campo da Psicologia Hospitalar, no Sistema Único de Saúde (SUS). Trabalho que teve as demandas transformadas durante a pandemia de Covid-19. Apesar de não ter finalizado o mestrado, essa experiência foi fundamental para o meu contato com as obras de Karl Marx, Mario Alighiero Manacorda e Antonio Gramsci, além de autores brasileiros da Educação, como Demerval Saviani, Dante Henrique Moura, Maria Ciavatta, Vitor Henrique Paro, Gaudêncio Frigotto, Paulo Freire e outros (as). Esses autores e autoras foram essenciais para a construção do meu pensamento crítico, para a compreensão da centralidade do trabalho e da luta de classes.

Minhas experiências profissionais também foram determinantes para a escolha do tema desta pesquisa. Até o momento, tive seis experiências formais como psicólogo, principalmente

no campo da Psicologia da Saúde e Hospitalar. Nessas experiências, estou e estive submetido à diferentes formas de vínculos empregatícios, ou a ausência deles, como contratos temporários, credenciamentos, prestação de serviços e regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Apesar das diferenças históricas e sociais, percebo a continuidade das condições precarizadas de trabalho quando comparo minha trajetória com a da minha família, mesmo diante da minha escolarização e profissionalização.

Tanto minhas experiências quanto as da minha família foram marcadas por padrões abusivos, salários baixos, vínculos frágeis ou inexistentes, a necessidade de acumular mais de uma atividade econômica, más condições de trabalho e o adoecimento físico, mental e social. Em suma, todos os trabalhos foram atravessados pela precarização e exploração. No capitalismo, todo trabalho é explorado, mas vivenciar a ausência de direitos me levou a refletir sobre as transformações do trabalho na contemporaneidade. A proposta de estudar a uberização do trabalho no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFG tornou-se extremamente relevante, pois, por meio dessa pesquisa, pude compreender diversos processos. Contudo, minha história pessoal e familiar está refletida, de alguma forma, nas páginas desta dissertação.

O objetivo desta pesquisa é analisar os sentidos e significados das resistências ao trabalho precarizado no contexto da uberização. Assim, essa investigação também é uma demanda da minha própria realidade, já que sou atravessado diariamente por muitos dos dilemas, contradições e dificuldades apontadas pela literatura e pelas análises das entrevistas. É como ser, simultaneamente, pesquisador e objeto de pesquisa. Dessa forma, esta pesquisa não se resume a uma produção intelectual, mas também se configura como um instrumento para organizar meus afetos em relação ao trabalho.

Minha história de vida é inseparável dessa produção, uma vez que a análise parte do meu contexto histórico, econômico, político, social, cultural e intelectual. No entanto, para evitar subjetivismos ou para que a pesquisa não se torne um diário pessoal, minha trajetória será utilizada como ferramenta para intermediar e integrar a teoria e a realidade concreta. Com isso, busco construir conhecimentos que contemplem o trabalho como fenômeno fundamental para a realização do ser social e condição para a existência (Antunes, 2006), contribuindo, assim, para minha própria humanização e para a daqueles que tiverem contato com minha produção intelectual e prática profissional.

Através desta pesquisa, incluindo todo o processo de sua elaboração, as apropriações e a desapropriações, fui conduzido ao anseio pessoal de incomodar, subverter e revolucionar a ordem vigente dos contextos de trabalho e pesquisa nos quais estou e estarei inserido, ao longo da minha trajetória profissional e acadêmica. Dessa forma, investigar os sentidos e significados

que permeiam as resistências ao trabalho precarizado, na forma da uberização constitui, por si só, um ato de resistência, ao menos considerando minha trajetória pessoal. Por isso, desenvolver essa pesquisa, a partir do meu ponto de vista, é também uma forma de resistência.

1.2. Procedimentos Metodológicos

*Vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais,
é só a fazer outras maiores perguntas.*

(João Guimarães Rosa, 1956, Grande Sertão: Veredas, p. 588)

A presente pesquisa será realizada a partir dos pressupostos teóricos da pesquisa exploratória e explicativa, com etapas que utilizam pesquisa bibliográfica e de campo. Para Severino (2013), a pesquisa bibliográfica parte daquilo que se encontra disponível, ou seja, pesquisas anteriores, como livros, artigos, legislações etc. Já a pesquisa de campo tem como fonte de informações o ambiente e os sujeitos investigados. A pesquisa exploratória tem a finalidade de levantar informações sobre determinado tema, delimitando seu campo de trabalho e configurando-se como uma preparação para a pesquisa explicativa, que permite o registro e análise dos fenômenos, além da identificação de suas causas (Severino, 2013). Para o aprofundamento das questões do campo teórico, será utilizada a pesquisa do tipo “Estado da Arte”, pois essa modalidade investigativa permite mapear e discutir a produção acadêmica, buscando responder aos aspectos pretendidos, e neste caso, articulá-los com os conteúdos das entrevistas (Ferreira, 2002).

Os materiais para o levantamento bibliográfico foram coletados em bancos de dados acadêmicos e buscadores de trabalhos acadêmicos, como “SciELO” (*Scientific Electronic Library Online*) e o “Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Portal da CAPES)”, além da utilização de livros, legislações e documentos relevantes como fontes de pesquisa, incluindo sites de empresas-plataformas, do Governo Federal do Brasil e do Governo do Estado de Goiás.

As buscas nas plataformas CAPES e SciELO envolveram, inicialmente, termos diversos: “uberização”; “precarização”; “informalidade”; “trabalho autônomo”; “trabalho precarizado”; “plataformização”, “dataficação”, “gamificação”, “mercantilização”, “financeirização”, “capitalismo”, “crises do capitalismo”, “reestruturação produtiva”, “toyotismo”, “neoliberalismo”; entre outros e com diversas combinações. No entanto, grande parte destas buscas serviram como base para planejar os objetivos da pesquisa e, principalmente, filtrar buscas posteriores.

A seguir, está a Tabela 1 com as palavras-chave, plataformas, filtros e quantitativo de artigos selecionados, além do capítulo onde a busca foi utilizada como procedimento metodológico de construção teórica:

Tabela 1

Descrições das palavras-chave buscadas nas plataformas

Capítulo	Plataforma	Palavras-chave	Filtros Aplicados	Período
Cap. 1: As Crises Do Capitalismo e A Uberização do Trabalho: A Precarização Contemporânea	CAPES	“crises cíclicas do capitalismo”	Sem filtros adicionais	Não
	CAPES	“crises estruturais do capitalismo”	Acesso aberto; revisado por pares; produções nacionais	2015-2025
	CAPES	“toyotismo”	Acesso aberto; revisado por pares; produções nacionais	2012-2025
Cap. 2: Uberização Do Trabalho: Conceituação e Particularidades	CAPES	“uberização; entregadores”	Acesso aberto; produção nacional; revisado por pares	2017-2025
	SciELO	“uberização”	Brasil	Não
Cap. 3: As Resistências ao Trabalho Precarizado: Da Fábrica à Empresa-Plataforma	CAPES	“História dos movimentos operários”	Acesso aberto; produção nacional; revisado por pares	1998-2025

A partir da busca nas plataformas com as palavras-chave e filtros aplicados, foi realizada a leitura do título e do resumo da produção. Como critérios de inclusão dos textos, aponta-se: a relevância para o tema discutido e a base teórica coerente com a dissertação (materialismo histórico-dialético e/ou psicologia histórico-cultural); abriu-se exceção para artigos que apresentavam relevância para temas e definições técnicas, mas foi realizada a leitura crítica e a articulação com a literatura marxista, a fim de afastar dos reducionismos e tecnicismos. Foram excluídos os artigos que não atenderam aos critérios de inclusão. Ao atender todos os critérios, o artigo foi lido na íntegra, paralelamente à realização do seu fichamento do tipo citação.

A partir do levantamento desses artigos, que configuram pesquisas fundamentais para a compreensão dos temas, buscou-se nessa pesquisa a unidade entre teoria e realidade concreta, isto é, a contextualização histórica da produção teórica com a realidade do pesquisador diante do objeto de pesquisa: os sentidos e significados das resistências à precarização do trabalho uberizado. Assim, caracteriza-se esta pesquisa também como teórica, a partir do método materialista histórico-dialético (Salina & Asbahr, 2024).

Por uma razão narrativa e didática, a descrição detalhada de como foram realizadas as entrevistas e a forma como os núcleos de significação foram construídos encontra-se na introdução do capítulo 4 desta dissertação, que aborda os “Aspectos Psicossociais da Uberização: considerações a partir dos sentidos e significados do trabalho de entregadores por aplicativo”, isto é, os núcleos de significação propriamente ditos.

Capítulo 1. As Crises do Capitalismo e a Uberização do Trabalho: A Precarização Contemporânea

Como é que posso com este mundo? A vida é ingrata no macio de si; mas transtroz a esperança mesmo no meio do fel do desespero.

(João Guimarães Rosa, 1956, Grande Sertão: Veredas, p. 307)

Neste capítulo serão abordadas as crises cíclicas e estruturais do capitalismo, com foco no contexto da uberização como instrumento de intensificação da precarização. As crises do capitalismo evidenciam a fragilidade do sistema em autorregular-se, exigindo intervenções estatais que, no entanto, são limitadas e manipuladas pela ideologia neoliberal que instrumentaliza o campo político. As crises do capitalismo não são meros desajustes, mas mecanismos intrínsecos ao metabolismo do próprio capitalismo, que se reorganiza e se expande, perpetuando desigualdades sociais e aprofundando a exploração da classe trabalhadora. A uberização surge como a resposta contemporânea a essas crises, combinando elementos do modelo toyotista com a flexibilização radical das relações de trabalho.

Desta forma, para analisar os sentidos e significados das resistências ao trabalho precarizado no contexto da uberização, torna-se importante abordar os pressupostos políticos, econômicos, sociais e culturais, isto é, discutir a esfera macro, mas sem fragmentá-la do componente individual.

Além disso, o capítulo explora a relação entre a crise estrutural do capitalismo e a uberização do trabalho, destacando como essa transformação da organização do trabalho reflete as contradições do capitalismo. A uberização não apenas radicaliza a flexibilidade e a terceirização, mas também introduz o controle algorítmico que redefine as relações de trabalho, eliminando vínculos e direitos trabalhistas básicos. O texto também discute como a uberização afeta especialmente populações historicamente vulnerabilizadas, como trabalhadores negros e periféricos, reforçando desigualdades raciais e sociais.

1.1. Crises Cíclicas e Estruturais do Capitalismo: A Uberização e o Aprimoramento da Precarização do Trabalho

As crises cíclicas do modo de produção capitalista são recorrentes, pois funcionam como mecanismos de reestruturação e crescimento que perpetuam as contradições, ampliam os lucros e aprofundam as desigualdades sociais. Crises, como a de 2008, evidenciam a fragilidade

do metabolismo em autorregular-se e a necessidade de intervenção estatal para reduzir ou reverter seus efeitos. No entanto, a capacidade de intervenção do Estado, no cenário de crises, é frequentemente limitada por seu próprio endividamento e pela lógica neoliberal, que desmonta e manipula os mecanismos de ação por meio da instrumentalização dos poderes jurídico, político e econômico. Apesar dessas limitações, o Estado ainda consegue agir em favor do capital por meio de subsídios, isenções fiscais, flexibilização de normas trabalhistas e outras estratégias alinhadas aos interesses do capital. Nesse esquema, as perdas são direcionadas para a classe trabalhadora, enquanto os ganhos beneficiam as elites econômicas (Lima, 2020).

A dinâmica das crises que retroalimentam o capitalismo reforça a necessidade de pensar as atuais estruturas econômicas e sociais, buscando alternativas que superem as contradições inerentes ao capitalismo (Lima, 2020). Durante a década de 1980, houve no Brasil um amplo processo de adaptação dos métodos de organização do trabalho inspirados no modelo de produção japonês. O modelo toyotista apresenta elementos que proporcionam maior controle sobre os fluxos dos processos produtivos e impactam o movimento sindical. A utilização desse modelo de produção surgiu como uma “receita” para o capital (França, Previtali & Lucena, 2009; Lima, 2020). O modelo toyotista reproduz a necessidade de reorganização do sistema capitalista diante de suas crises cíclicas, que demandam ajustes nos processos produtivos (reestruturação produtiva) e na relação com a força de trabalho (precarização do trabalho).

No contexto do projeto ideológico-político neoliberal, o desemprego é frequentemente atribuído à suposta falta de qualificação da mão-de-obra, culpabilizando-se os trabalhadores por sua própria exclusão do mercado de trabalho. Essa retórica oculta as contradições inerentes ao sistema capitalista, que, em suas crises cíclicas, intensifica a precarização e a exclusão social, como justificativa para a manutenção do “progresso”, “desenvolvimento” e “crescimento econômico” (França, Previtali & Lucena, 2009). A lógica excludente do neoliberalismo reforça a necessidade de constantes reformulações no sistema educacional, de saúde, de moradia, de previdência social e em todos os pontos que envolvam aspectos sociais, pois todos devem alinhar-se às demandas do capital, geralmente na forma e discurso do “reformismo político”.

Assim, o movimento de reestruturação produtiva e a instrumentalização do Estado para assegurar a ampliação dos lucros do mercado especulativo global geram desdobramentos profundos em diversos campos sociais do Brasil, mas nesta discussão serão destacados aspectos em torno do trabalho. Para se recuperar das crises, o modo capitalista intensifica a produção e reduz o tempo do ciclo econômico, ampliando a criação de capital. Esse processo acentua a

exploração do trabalho e a concentração de riquezas, reforçando as desigualdades sociais (Loureiro, 2009).

Além dos aspectos levantados, há outro ponto crucial da dinâmica capitalista, isto é, a necessidade de reinvestimento do capital acumulado. Para evitar a saturação dos mercados e a redução dos lucros, o capital busca constantemente novas fronteiras de expansão. Esse movimento exige a criação de novos mercados e a intensificação da exploração dos recursos naturais e humanos, perpetuando a lógica de acumulação e exclusão (Loureiro, 2009).

A crise de 2008, por exemplo, foi parcialmente mitigada nos Estados Unidos por meio da intervenção do Estado. No entanto, permaneceu produzindo desdobramentos negativos ao redor do mundo, pois a referida crise foi incapaz de ser combatida por Estados endividados e já enfraquecidos por séculos de colonização e exploração. A crise econômica reforça o discurso da “jardinagem social”, no qual grupos marginalizados são tratados como “ervas daninhas” a serem eliminadas, enquanto aqueles que atendem às exigências do mercado são cultivados e incentivados (Lima, 2020). Essa lógica justifica políticas de austeridade que, sob o pretexto de recuperar a economia, aprofundam desigualdades sociais ao cortar direitos trabalhistas e sociais.

A uberização do trabalho surge como resposta do capitalismo à sua própria crise cíclica, intensificando a reestruturação produtiva e aprofundando a precarização das relações de trabalho. O modelo das empresas-plataforma sintetiza características das revoluções industriais anteriores, mas sem promover uma transformação estrutural do trabalho. Em vez disso, reforça um padrão de exploração que combina elementos do toyotismo e da flexibilização radical.

O capitalismo tem a sua própria maneira de lidar com as crises, através da insensibilização sistemática em relação às vidas humanas, pela priorização do aspecto econômico, pelo lucro em relação à vida, e nesse esquema, algumas camadas são mais afetadas do que outras, como no caso de pessoas negras e periféricas (Florêncio, 2020). Logo, não seria diferente com as características que marcam a uberização do trabalho e os desdobramentos para as populações historicamente vulnerabilizadas.

Desta forma, há um “*Dumping Social*”¹, utilizado como prática de concorrência desleal, objetivando a diminuição do preço final das produções mediante a redução de custos com a

¹ O dumping social refere-se à prática capitalista de desrespeitar sistematicamente os direitos trabalhistas e sociais, como salários justos, condições de trabalho seguras e benefícios, com o objetivo de reduzir custos de produção e obter vantagem competitiva desleal no mercado. Essa prática intensifica a exploração da força de trabalho, aumentando a mais-valia e a acumulação de capital às custas da precarização das relações de trabalho e da degradação das condições de vida da classe trabalhadora. É uma manifestação da busca incessante por lucro no sistema capitalista, que leva à mercantilização da força de trabalho e à desconsideração de seu valor humano e social (Santos, 2015).

mão de obra, em função da aplicação de legislações trabalhistas brandas ou, até mesmo, inexistentes, com implicações que demonstram o desrespeito à dignidade do trabalhador e aos direitos e benefícios trabalhistas básicos (Casagrande; Antunes, 2014). Essa prática é uma das formas pelas quais as elites econômicas contornam suas crises. Isso pode ocorrer pelo aniquilamento forçado de um amplo contingente de forças produtivas, o que se denomina reestruturação produtiva, ou pela conquista de novos horizontes mercadológicos sem perder de vista os mais antigos, por meio do referido *Dumping Social* (Borba, D'Angelo, 2019).

As crises cíclicas do capitalismo, portanto, não são meros desajustes, mas mecanismos do seu próprio metabolismo, que se reorganiza e se expande, perpetuando suas contradições e desigualdades (Loureiro, 2009). A uberização do trabalho é uma manifestação contemporânea dessas contradições, onde a precarização e a flexibilização das relações de trabalho são justificadas pela necessidade de adaptação às demandas do capital em crise.

De forma parecida, mas diferente e inseparável das crises cíclicas, existem as crises estruturais do capitalismo, que são intrínsecas à este modo de produção e não apenas recorrentes. Neste ponto, cabe discutir a relação entre as crises estruturais do capitalismo e a uberização do trabalho, que se torna um tema que ganha relevância à medida que o século XXI avança e as transformações no mundo do trabalho se intensificam (Genari, 2020).

A realidade do trabalho tem recebido atenção de diversos campos de conhecimento, especialmente diante das mudanças provocadas pela crise estrutural do capitalismo e pelo surgimento das transformações de organização do trabalho, como a uberização. A concepção tradicional (fabril) do trabalho tem sido sistematicamente sufocada, e a crise atual do capitalismo globalizado, marcada por uma série de transformações econômicas e sociais, tem impactado profundamente a classe trabalhadora (Pochmann, 2018).

As crises do capitalismo não são fenômenos novos, mas a atual crise estrutural apresenta características únicas. Como apontado por Lombardi (2024), o capitalismo enfrenta um processo de transição em que uma estrutura societária entra em crise, enquanto novas formas de produção surgem. Essa crise tem sido marcada por uma série de eventos históricos em interrelação, como a Grande Depressão (1873-1896), o *crash* (colapso) da Bolsa de Nova Iorque em 1929 e a crise financeira global de 2008, mencionada anteriormente. Cada uma dessas crises trouxe consigo mudanças significativas e permanentes nas relações de trabalho e na organização produtiva, mas a crise atual se distingue por sua profundidade e abrangência global.

A Primeira Grande Crise, conhecida como Grande Depressão (1873-1896), foi uma crise de superprodução, resultante do desalinhamento entre a produção de bens manufaturados

e a capacidade de consumo da classe trabalhadora. A Segunda Grande Crise, marcada pelo colapso da bolsa de Nova Iorque em 1929, levou à mundialização das relações econômicas e à reconfiguração do sistema financeiro global. Já a Terceira Grande Crise (2008), iniciada com o colapso financeiro de 2008, trouxe consigo uma série de transformações estruturais, incluindo a ampliação da financeirização da economia e, conseqüentemente, a ampliação da precarização estrutural do trabalho, que já estava precarizado (Lombardi, 2024).

A crise atual, conforme discutido por Gennari (2020), é marcada por um longo Ciclo de Kondratiev², com peculiaridades que a diferenciam das crises anteriores. Entre essas peculiaridades, destaca-se a chamada “Quarta Revolução Industrial” ou “Revolução 4.0”, que tem transformado tanto as forças produtivas quanto as relações sociais de produção. No entanto, a contradição dessa revolução está no fato de que, embora seja nomeada como tal, ela não está apenas associada a uma transformação estrutural do trabalho, mas sim a um retorno a estágios primitivos de outros momentos históricos da organização do trabalho. A aparente transformação tecnológica, mediada pelas empresas-plataformas, acaba por sintetizar e reproduzir características de todas as etapas anteriores das revoluções industriais, combinando-as em um novo contexto de exploração e precarização.

Como apontado por Mancebo, Oliveira e Silva Júnior (2021), a crise de 2008 e as políticas neoliberais subsequentes, especialmente no Brasil, criaram as condições para um novo período de acumulação do capital, marcado por ataques reiterados aos direitos trabalhistas. A uberização, nesse sentido, é uma manifestação desse processo, em que o trabalho é transformado em uma mercadoria flexível e descartável, sujeita à todas as flutuações do mercado.

A crise atual do capitalismo pode ser compreendida como estrutural e não cíclica, pois as crises cíclicas servem como mecanismos de superação das barreiras imediatas do capital, permitindo a expansão dos domínios. A partir disso, a crise estrutural atual pode ser compreendida e analisada a partir de quatro características distintas: primeira, sua universalidade, pois afeta todas as esferas da economia, e não apenas setores específicos; segunda, sua escala global, atingindo todas as regiões do mundo sem restrições geográficas; terceira, sua permanência, sendo prolongada e contínua, diferentemente das crises cíclicas, que

² O Ciclo de Kondratiev, ou Ondas Longas, é uma teoria que descreve flutuações cíclicas de longo prazo na atividade econômica capitalista, com duração de 40 a 60 anos. A interpretação marxista desses ciclos frequentemente os associa às fases de acumulação e desacumulação de capital, inovações tecnológicas e reestruturações produtivas que, em última instância, servem para resolver as contradições inerentes ao modo de produção capitalista e restaurar as taxas de lucro. As fases de crise e depressão são vistas como momentos de reajuste do capital, onde a taxa de ganho e a expectativa de lucro diminuem, levando a uma reconfiguração da produção e do trabalho (Rangel, 1990).

tendiam a ser temporárias; e, por fim, seu desdobramento lento e “rastejante”, com um desenvolvimento gradativo, mas que contém potencial para convulsões futuras caso o sistema de gestão das crises tenha sua eficácia reduzida (Mészáros, 2011).

Uma crise estrutural afeta a totalidade das relações sociais e econômicas, diferentemente das crises cíclicas, que impactam apenas partes do sistema produtivo. A natureza da crise estrutural é gradual, funcionando como uma “guerra de atrito”, onde o processo de superação só pode ocorrer por meio de uma reestruturação radical do sistema (Mészáros, 2011). Essas características evidenciam a profundidade e a complexidade de qualquer forma de resistência política e social que possa fazer frente ao capitalismo de crises.

A universalidade, alcance, continuidade e progressividade da crise estrutural do capitalismo explica por que a uberização do trabalho não se limita a um país ou região, mas se espalha globalmente como uma forma de organização do trabalho que atualiza as contradições do sistema capitalista. A uberização, nesse sentido, é uma resposta às pressões do capital por maior flexibilidade e redução de custos, mas também reproduz a incapacidade do sistema de oferecer soluções sustentáveis para a crise do trabalho. A crise atual do capitalismo não pode ser entendida apenas como uma crise financeira, mas como uma crise profunda de sobreacumulação e superprodução. Nesse contexto, a uberização do trabalho surge como uma forma de extrair mais-valia eficientemente (Mészáros, 2011; Ribeiro, 2020).

A relação entre a crise estrutural do capitalismo e a uberização do trabalho pode ser entendida a partir da perspectiva do trabalho imaterial. Este conceito refere-se à produção de bens intangíveis, como informações, conhecimentos, ideias, imagens e relações sociais, mas também envolve a subordinação do trabalho material a uma lógica imaterial. Além disso, o trabalho imaterial apresenta particularidades e aproximações em relação ao modelo de produção toyotista, que será discutido com maior profundidade no próximo tópico deste capítulo. Diferente do trabalho material, que produz objetos físicos, o trabalho imaterial está centrado na criação de valor a partir de atividades cognitivas, afetivas e comunicativas, integrando e subordinando ações materiais a processos imateriais (Santos, 2018).

A síntese entre a crise estrutural do capitalismo, a uberização do trabalho e o trabalho imaterial pode ser destacada pela crescente desmaterialização de certos aspectos do trabalho. A uberização, embora envolva atividades materiais, como o transporte de passageiros ou a entrega de alimentos, reproduz a lógica de trabalho imaterial, na qual o valor é gerado principalmente por meio de serviços intangíveis, mediados por empresas-plataforma. Essas atividades, embora dependam de ações materiais (como dirigir ou entregar), são subordinadas ao trabalho imaterial, que inclui a gestão de dados, algoritmos e interações sociais (Santos,

2018). Dessa forma, o trabalho material é integrado a uma estrutura que prioriza o imaterial, como a coleta e o processamento de informações pelas plataformas digitais, a dataficação.

O trabalho imaterial na uberização também envolve aspectos cognitivos e afetivos, como a criação da necessidade de manter boas avaliações pelos usuários, o que exige habilidades de comunicação, raciocínio, controle de aspectos emocionais, características do trabalho imaterial (Santos, 2018). O trabalho imaterial demanda ao mesmo tempo aspectos subjetivos e objetivos, como afirma Antunes (2009): “demonstra como a produção capitalista tem invadido toda a vida, rompendo todas as oposições entre economia, poder e conhecimento” (Antunes, 2009, p. 171). A uberização, portanto, não é apenas uma forma de organização do trabalho, mas também uma expressão da reorganização subjetiva do trabalhador.

A realidade do trabalho, portanto, está profundamente ligada à superação da crise estrutural do capitalismo. Enquanto o modo de produção capitalista continuar buscando soluções baseadas na precarização e na flexibilização do trabalho, as condições de vida da classe trabalhadora continuarão precarizadas. A superação da crise estrutural exigirá não apenas transformações econômicas, mas também políticas, sociais, que garantam as proteções sociais básicas e a transformação psíquica dos trabalhadores (Gennari, 2020). Nesse contexto, a uberização surge como uma reestruturação, atualizando a intensificação da exploração e a subordinação do trabalho às demandas do capital. Esse cenário nos leva ao próximo tópico, no qual será explorado como a lógica do toyotismo se adapta ao contexto digital, aprofundando a precarização e redefinindo as relações do trabalho.

1.2. Toyotismo Digital: Uberização, Exploração e a Reestruturação do Trabalho

O toyotismo, surgido no Japão, representou a ruptura com o modelo fordista de produção em massa, introduzindo a flexibilidade, a produção enxuta e a terceirização como centros das reconfigurações e reorganizações do trabalho. No entanto, com a difusão das empresas-plataformas, como a Uber, surge outro paradigma deste modelo que será denominada nesta dissertação como “toyotismo digital”.

Este tópico busca analisar as aproximações e diferenças entre o toyotismo e a uberização, destacando como ambos os modelos exploram a flexibilidade e a precarização do trabalho, mas com aspectos distintos, especialmente no que diz respeito ao uso da tecnologia e à ausência de vínculos trabalhistas.

O toyotismo, enquanto modelo de produção, estruturou-se como resposta à crise do taylorismo/fordismo nos anos 1970. A adoção do modelo japonês, pelo capitalismo

globalizado, caracterizou-se pela introdução de métodos de produção flexíveis e a intensificação do controle sobre o trabalho. Entre as principais características está a produção *just-in-time* (por demanda), a autonomia relativa dos trabalhadores e a terceirização. Assim, o toyotismo se tornou um modelo global de produção, influenciando setores além da indústria automobilística (Santiago, 2020).

A crise do taylorismo/fordismo, manifestou-se como um fenômeno dentro da crise estrutural do capital. A queda da taxa de lucros, impulsionada pelo aumento do custo da força de trabalho e pelas lutas sociais, reduziu a produtividade do capital, principalmente a partir da década de 1970. Paralelamente, o modelo de acumulação taylorista/fordista esgotou-se devido à retração do consumo, resultado do desemprego estrutural. Além disso, houve a hipertrofia da esfera financeira, com o capital especulativo ganhando maior autonomia frente ao capital produtivo. A concentração de capitais aumentou por conta das fusões e criação de monopólios, enquanto a crise do Estado de Bem Estar Social (*Welfare State*)³ e a consequente crise fiscal impulsionaram cortes nos gastos públicos e as privatizações. Esse cenário incluiu ainda a desregulamentação dos mercados e a flexibilização do trabalho, intensificando a instabilidade econômica (Antunes, 2009).

A dificuldade de garantir taxas de lucro satisfatórias na economia real direcionou o capital para o setor financeiro, acentuando a especulação e a instabilidade econômica. A competição entre economias centrais no século XX, especialmente entre Estados Unidos da América (EUA), Alemanha e Japão, aprofundou a crise ao reduzir a lucratividade global da manufatura. Esse cenário gerou um longo período de baixa acumulação de capital, resultando, além do desemprego estrutural, em crescimento reduzido da produtividade e estagnação salarial (Antunes, 2009).

A resposta à crise envolveu um processo de reorganização do capital, marcado pelo avanço do neoliberalismo. A desestruturação do setor produtivo estatal e a intensificação da exploração do trabalho, exemplificada pela era Thatcher-Reagan (entre 1980 e 1990, nos EUA e na Inglaterra), foram estratégias para restaurar os níveis de expansão do capital. A crise capitalista reflete a ruptura de um padrão de dominação de classe, evidenciada na queda da taxa de lucro e na necessidade de reafirmação da autoridade capitalista por meio de novas formas de exploração (Antunes, 2009).

³ O Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) pode ser visto como uma forma contraditória e instável de intervenção estatal no capitalismo. Embora possa oferecer certas concessões à classe trabalhadora, como serviços de saúde, educação e seguridade social, essas medidas não alteram a natureza exploratória do sistema capitalista. Pelo contrário, são interpretadas como mecanismos para legitimar o capitalismo, mitigar suas crises e manter a coesão social, evitando revoltas e garantindo a reprodução social do trabalho (Gurgel & Justen, 2021).

Além disso, a crise atingiu países periféricos e intermediários, como os chamados “novos países industrializados”, que, apesar da incorporação ao mercado global, permaneceram subordinados às economias centrais, como o Brasil. A liberalização dos capitais financeiros e a expansão tecnológica aprofundaram a desigualdade entre países, resultando na exclusão econômica de diversas regiões (Antunes, 2009).

A uberização emergiu no contexto da globalização e da financeirização da economia, ganhando força a partir dos anos 2000 com o avanço das tecnologias digitais e a formação do chamado “cibertariado”. No entanto, foi a partir da década de 2010 que esse fenômeno se intensificou, impulsionado principalmente pelo desenvolvimento das plataformas digitais, que passaram a mediar a conexão entre trabalhadores e consumidores. Nesse sentido, a uberização pode ser compreendida como um conjunto complexo de processos produtivos, tecnológicos, sociais e culturais, interligados e interdependentes, que redefinem as relações de trabalho e impactam diretamente a vida do trabalhador.

Embora existam períodos e marcos no século XX e no início do século XXI que possam destacar o desenvolvimento da uberização do trabalho, especialmente a partir da segunda década do século XXI, seu surgimento é um movimento histórico e, portanto, não possui uma “pedra fundamental” específica. Embora apresentem semelhanças, o toyotismo ainda mantém, de forma mínima, uma estrutura formal de emprego, predominantemente fabril. Já a uberização rompe com essa lógica, introduzindo uma nova forma de organização do trabalho baseada na completa ausência de vínculos trabalhistas e na intensificação da precarização das relações de trabalho (Santiago, 2020). Nesse contexto, a uberização pode ser entendida como a radicalização dos aspectos mais negativos do modelo toyotista, o que justifica a denominação “toyotismo digital”.

Para ampliar a compreensão da dinâmica entre o modelo de produção toyotista e a uberização como intensificação desse modelo, é necessário destacar suas diferenças e semelhanças. A seguir, apresenta-se uma tabela com a síntese desses aspectos. É importante ressaltar que a uberização possui uma base ideológica, um modo de produção e um modelo de produção específicos. Apesar de suas particularidades, a uberização tem sua gênese e formação vinculadas ao movimento histórico das relações de trabalho, isto é, não é um movimento isolado.

Tabela 2

Diferenças e semelhanças entre o Toyotismo e a Uberização

Aspecto	Toyotismo	Uberização	Referências
---------	-----------	------------	-------------

Flexibilidade	Trabalhadores multifuncionais e adaptáveis às demandas da produção, com flexibilidade vinculada a uma estrutura formal de emprego.	Trabalhadores acionados conforme a demanda do mercado, sem garantias de trabalho contínuo ou proteção sindical, com flexibilidade radicalizada e ausência de vínculos empregatícios.	Zanin et al. (2018); Koury & Melém (2020)
Terceirização	Estratégia para reduzir custos e aumentar a eficiência produtiva, ainda dentro de uma estrutura industrial.	Plataformas digitais funcionam como intermediárias, sem assumir responsabilidades com custos e riscos, ampliando a precarização para setores de serviços.	Soares (2015); Pê et al. (2020)
Just-in-time (por demanda)	Produção conforme a demanda, com estoques mínimos e gestão eficiente dos recursos, vinculada a uma estrutura produtiva industrial.	Lógica de demanda em tempo real, com trabalhadores sendo solicitados conforme a necessidade do mercado e pagos apenas pelo trabalho realizado.	Macedo (2013); Araújo & Oliveira (2016)
Relação com as Tecnologias	Uso das tecnologias para aumentar a eficiência produtiva e o controle sobre o trabalho, ainda dentro de uma estrutura industrial.	Tecnologias centralizadas nas plataformas digitais, que controlam o fluxo de trabalho, avaliação e remuneração dos trabalhadores por meio de algoritmos.	Zanin et al. (2018); Koury & Melém (2020)
Vínculos de Trabalho	Mínima relação formal de emprego, com direitos trabalhistas e proteções sociais reduzidas. Apesar do modelo apresentar intensa redução destes aspectos, eles estão presentes.	Ausência de vínculos empregatícios, com trabalhadores tratados como “autônomos” ou “parceiros”, sem acesso a direitos básicos como férias, seguro-desemprego, aposentadoria e outros.	Silva et al. (2016)
Exploração do trabalho	Intensificação do trabalho e captura da subjetividade dos trabalhadores, que são incentivados a se sentirem parte do processo produtivo.	Exploração intensificada, com trabalhadores responsáveis por seus próprios custos de produção (combustível, manutenção, seguros e outros) e competição exacerbada por meio de algoritmos que premiam os mais eficientes. Manutenção da captura da subjetividade.	Santiago (2020); Koury & Melém (2020)
Resistências	Resistência enfraquecida, marcada pela quebra da luta sindical dos trabalhadores.	Resistência fragmentada, com dificuldades de organização devido à ausência de vínculos e ao controle algorítmico, mas com surgimento de redes informais e uso de redes sociais para mobilização e denúncia.	Lazzareschi et al. (2021)

Uma das principais semelhanças entre o toyotismo e a uberização é a flexibilidade do trabalho. No toyotismo, a flexibilidade é uma característica central, onde os trabalhadores devem ser predominantemente polivalentes e adaptáveis às demandas da produção (Zanin et al., 2018). Essa flexibilidade é também uma marca da uberização, onde os trabalhadores são acionados conforme a necessidade do mercado, sem garantias de trabalho contínuo ou proteção sindical (Koury & Melém, 2020). Ambos os modelos exigem que os trabalhadores se adaptem

constantemente às mudanças nas demandas, seja na produção industrial ou na prestação de serviços pelas empresas-plataformas. No entanto, enquanto no toyotismo a flexibilidade ainda estava vinculada a uma estrutura de emprego formal, na uberização essa flexibilidade é radicalizada, com os trabalhadores sendo tratados como “parceiros” ou “colaboradores” independentes, com a completa ausência de direitos trabalhistas básicos.

Além desses pontos, há outra semelhança importante, que é a terceirização. No toyotismo a terceirização é a estratégia adotada para reduzir custos e aumentar a eficiência produtiva (Soares, 2015). A terceirização no contexto da uberização assume uma forma ainda mais intensa, com as plataformas digitais funcionando como intermediárias entre os trabalhadores e os consumidores, sem assumir responsabilidades com os custos e riscos na realização e execução das atividades (Pê et al., 2020).

A terceirização, tanto no toyotismo quanto na uberização, resulta na intensificação da precarização do trabalho, marcada pela perda de direitos e pela deterioração das condições de trabalho. No entanto, enquanto no toyotismo a terceirização está ligada ao campo industrial e formal, na uberização ela se estende para setores como transporte, entrega e serviços domésticos, ampliando o alcance da precarização. Como estratégia falaciosa, as empresas-plataforma se apresentam ao mercado como empresas de tecnologia, e não como prestadoras de serviços, o que espraia as relações de trabalho. Essa postura dificulta, propositalmente, a identificação de responsáveis diante de problemas ocorridos durante a execução do trabalho.

O sistema *just-in-time* (por demanda), uma das marcas do toyotismo, também encontra uma forte representação na uberização. No toyotismo, o trabalho por demanda implica na produção conforme a demanda, com estoques mínimos e uma gestão eficiente dos recursos (Macedo, 2013). Na uberização, a lógica do trabalho por demanda é evidente, com as plataformas ajustando a oferta de serviços com base na demanda dos usuários em tempo real (Araújo & Oliveira, 2016). Essa dinâmica de produção e prestação de serviços em tempo real exige que os trabalhadores estejam constantemente disponíveis, sem garantias de renda fixa ou horários de trabalho definidos. Enquanto no toyotismo o trabalho por demanda ainda estava vinculado a uma estrutura industrial tradicional, na uberização ele se torna uma característica central da prestação de serviços, com os trabalhadores sendo solicitados conforme a necessidade do mercado e pagos somente pelo trabalho que realizaram.

Apesar das semelhanças, existem diferenças significativas entre o toyotismo e a uberização, especialmente no que diz respeito ao uso da tecnologia. No toyotismo, a tecnologia é utilizada para aumentar a eficiência produtiva e o controle sobre o trabalho (Zanin et al., 2018). Na uberização também, mas a tecnologia assume um papel ainda mais importante, com

as empresas-plataformas funcionando como intermediárias entre os trabalhadores e os consumidores, controlando o fluxo de trabalho e os ganhos (Koury & Melém, 2020). A plataformização do trabalho introduz uma nova forma de controle, onde os algoritmos determinam a distribuição de serviços, a avaliação dos trabalhadores e até mesmo a remuneração, sem a necessidade de uma estrutura formal de emprego.

Além da diferença no que diz respeito à tecnologia, outra diferença fundamental está na ausência de vínculos de trabalho na uberização. Enquanto no toyotismo os trabalhadores ainda tinham uma frágil relação formal de emprego, com direitos trabalhistas e proteções sociais, mesmo que precarizadas, na uberização essa relação é completamente rompida (Silva et al., 2016). Os trabalhadores das plataformas digitais são tratados como “autônomos” ou “parceiros”, sem acesso a direitos básicos como férias, seguro-desemprego, aposentadoria ou outros benefícios. Essa ausência de vínculos é uma das características mais marcantes da uberização, representando a radicalização da precarização do trabalho já evidente no toyotismo.

A exploração do trabalho também assume novas formas na uberização. No toyotismo, a exploração se dava por meio da intensificação do trabalho e da captura da subjetividade dos trabalhadores, que eram incentivados a se sentirem parte do processo produtivo (Santiago, 2020). Na uberização, a exploração guia-se pela mesma lógica, mas é ainda mais intensa, com os trabalhadores sendo responsáveis por seus próprios custos de produção, como combustível, manutenção de veículos e seguros, gestão do tempo e atividades, enquanto as plataformas digitais ficam com parte dos lucros (Koury & Melém, 2020). Além disso, a competição entre os trabalhadores é exacerbada, com os algoritmos das plataformas premiando os mais eficientes e punindo os menos produtivos, criando uma lógica de autoexploração, através da dataficação e gamificação.

A resistência dos trabalhadores também se atualiza no contexto da uberização. No toyotismo, com a estrutura ainda fabril, a resistência, apesar de intensamente enfraquecida, era marcada pela luta sindical e pela organização coletiva dos trabalhadores, como paralisações, greves e acordos (Lazzareschi et al., 2021). Na uberização, a resistência é fragmentada, com os trabalhadores enfrentando dificuldades para se organizar devido à ausência de vínculos e ao controle exercido pelas plataformas digitais. No entanto, novas formas de resistência têm surgido e podem surgir, como a organização de redes informais de trabalhadores, além do uso das redes sociais para mobilização e denúncia das condições precárias de trabalho (Lazzareschi et al., 2021).

A uberização pode ser vista como a intensificação do toyotismo no contexto da economia digital, com a flexibilidade, a terceirização e a produção *just-in-time* sendo

radicalizadas pelas tecnologias e pela ausência de vínculos de trabalho. No entanto, essa radicalização também introduz novas formas de exploração e precarização do trabalho, com os trabalhadores sendo tratados como recursos descartáveis e submetidos a um controle algorítmico que sufoca a autonomia, direitos e humanidade.

A comparação analítica entre o toyotismo e a uberização nos permite compreender as atualizações e intensificações nas formas de organização do trabalho no capitalismo contemporâneo, destacando os desafios enfrentados pelos trabalhadores uberizado. Através disso, torna-se possível compreender as estruturas do trabalho e construir caminhos para as discussões que estão sendo apresentadas. Esse contexto nos conduz ao próximo tópico que irá abordar a dialética do trabalho uberizado.

1.3. A Dialética do Trabalho Uberizado

A dialética, enquanto método de análise, oferece a perspectiva para compreender as transformações históricas e sociais a partir das contradições inerentes ao modo de produção capitalista. A realidade concreta não é estática, mas sim um processo dinâmico marcado por conflitos, contradições e mudanças qualitativas. No capitalismo, essas contradições se manifestam, por exemplo, na relação entre capital e o trabalho, onde a exploração e a alienação do trabalhador produzem tensões que impulsionam a transformação social, a luta de classes. A dialética marxista, portanto, não se limita a descrever a realidade, mas busca revelar as forças que a modificam, apontando para a possibilidade de superação das estruturas opressoras (Marx, 2008).

No contexto contemporâneo, a uberização do trabalho surge como a transformação das contradições do capitalismo globalizado. A precarização das relações de trabalho e a falsa autonomia do trabalhador revelam a atualização desta face da exploração, mediada por empresas-plataformas. A dialética nos permite analisar a uberização não como uma mera transformação tecnológica, mas como uma das expressões das contradições do capitalismo, onde a flexibilidade esconde a intensificação da exploração e a negação de condições para a vida digna, em face à acumulação de capital por uma elite econômica. No entanto, para compreender a uberização torna-se importante compreender a totalidade, isto é, uma série de processos, que serão apresentados a seguir.

Dentre esses processos, destaca-se, inicialmente, a desproletarização do trabalho industrial (fabril) em países de capitalismo avançado, o “Primeiro Mundo”, com impacto variado em países sub industrializados do “Terceiro Mundo”, como o Brasil. Em linhas gerais,

a classe operária industrial tradicional encolheu, caracterizando a desproletarização do trabalho propriamente dita. Além desse processo, ocorreu a expressiva heterogeneização do trabalho, evidenciada pela crescente incorporação de mulheres, jovens e pessoas idosas, no mundo do trabalho (Antunes, 2006). Essas duas transformações serão importantes para pensar as discussões deste tópico, embora sejam apenas um dos elementos históricos para a compreensão da uberização.

Como mencionado, a desproletarização afeta a qualidade dos trabalhos que restam. No entanto, a precarização necessita de um outro mecanismo: o desemprego. O desemprego como mecanismo socioeconômico ganha contornos de indicador do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo. Assim, esse mecanismo não se restringe apenas aos trabalhadores não-qualificados, ou seja, com baixa escolarização, mas atinge trabalhadores qualificados e altamente qualificados (Mészáros, 2011).

Segundo Antunes (2006), ocorrem outros processos importantes, denominados de fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. O resultado mais evidente desse processo está na expansão, sem precedentes, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala generalizada. As repercussões dessas transformações nos movimentos e formas de resistências dos trabalhadores provoca a clara tendência de diminuição das taxas de sindicalização, além da diminuição da institucionalização das entidades representativas de classe.

Com a uberização do trabalho tornou-se comum ouvir sobre engenheiros, técnicos de informática, advogados, entre outros, que trabalham como motoristas de aplicativo para complementar a renda familiar ou até mesmo como única renda, tendo em vista que suas formações não se desdobraram em trabalhos formais. Também não é raro acontecer de trabalhadores que planejavam o trabalho uberizado como temporário, passarem anos como motoristas ou entregadores, muitas vezes já sem esperança das mudanças desse cenário.

Além do aspecto do trabalho uberizado como alternativa à desocupação, há o elemento do “empreendedorismo compulsório”, que empurra o trabalhador a desejar ter o próprio negócio e trabalhar para si. A uberização embora historicamente recente, já se consolidou à essa altura do capitalismo, mas não sem mudanças e atualizações. Dentre essas constantes mudanças está a sobreposição de atividades, como o motorista por aplicativo que vende produtos de beleza e cosméticos, durante ou entre uma viagem e outra. Além do exemplo dos motoboys, que entregam e transportam passageiros, concomitantemente, ou seja, dentro de uma mesma jornada de trabalho, além de também venderem produtos de beleza, cosméticos, alimentícios ou outros.

Outro aspecto importante e urgente em relação à população de trabalhadores uberizados tem sido os aplicativos de apostas, as “*bets*” e cassinos on-line, que causam o endividamento desses trabalhadores. O tecido social destruído pelo capitalismo, a precarização do trabalho e a ideologia de “ficar rico ou morrer tentando”, tem sido os propulsores desse e de outros fenômenos sociais atualíssimos. Embora esse não seja o enfoque desta pesquisa, é notável os atravessamentos e imbricações.

No que tange ao aspecto de gênero e raça, o perfil do trabalhador uberizado é predominantemente masculino e negro. O recorte de gênero e racial demonstram a forma como o mercado de trabalho brasileiro se estrutura. A predominância de homens negros em funções de baixa ou menor remuneração, na informalidade, em condições precárias, insalubres e arriscadas, escancara a desigualdade racial no que diz respeito ao trabalho (Abílio & Santiago, 2024). Além disso, a maioria dos trabalhadores tem no mínimo o ensino médio completo, ou seja, são escolarizados:

[...] 56,3% dos negros e 61,7% dos brancos têm ensino médio completo; 11,1% dos brancos e 8,4% dos negros têm ensino superior incompleto; 8,6% dos brancos e 8,6% dos negros têm ensino superior completo. Os brancos são mais escolarizados, sendo que, em relação aos que não concluíram o ensino médio, 28,6% dos negros têm até o ensino médio incompleto, contra 18,5% dos brancos (Abílio & Santiago, 2024, p. 30).

As crises do capital e o desemprego estrutural não são consequências voluntárias do subdesenvolvimento, são na verdade contradições fundantes do modo de produção capitalista. O trabalho uberizado no capitalismo mostra-se como a junção entre a exploração clássica, aprimorada e redefinida pelo suposto “progresso”, “desenvolvimento” e “modernização” do mundo contemporâneo (Mészáros, 2011).

Os trabalhadores uberizados são na verdade trabalhadores desempregados disponíveis, que se mantém ocupados pela espera do trabalho sob demanda. Embora as cenas de pessoas em locais públicos olhando para a tela do celular, aguardando um chamado, para entrega ou transporte de pessoas, possam parecer atuais, essa atualidade encontra-se apenas na aparência/forma, isto é, no uso de dispositivos eletrônicos, mas na essência é o mesmo fenômeno clássico de exploração, pois trata-se da população trabalhadora adicional excedente, ou o exército industrial de reserva (Marx, 2012). Essa categoria de trabalhadores-desempregados é uma necessidade para a valorização do capital.

[...] se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa

condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta (Marx, 2012, p.858).

Ao abordar essa questão, mesmo em se tratando do trabalho fabril, Marx não contava com a toyotização e a uberização do trabalho, que traria não apenas mudanças estruturais nas formas de acumulação de capital, como mudaria também aspectos culturais e subjetivos dos trabalhadores, em se tratando da ideologização neoliberal, associada ao modelo de produção japonês, costurados pela mundialização da economia e as transformações tecnológicas.

Além da divisão racial dos trabalhadores brasileiros, do desemprego crônico e da dependência que o capitalismo tem do desemprego, cabe mencionar a concepção de “massa marginal”, que conforme a autora Lélia Gonzalez (1984), pode ser definida como um contingente populacional que, embora integrado ao sistema capitalista, é sistematicamente excluído dos benefícios e das oportunidades geradas por esse sistema. Essa massa é composta por indivíduos que, devido à sua condição racial, de gênero e de classe, são relegados a posições subalternas no mercado de trabalho, ocupando empregos informais, precários ou intermitentes, ou mesmo permanecendo desempregados.

A marginalização é resultado de um processo histórico de exclusão racial e social, que se intensificou após a abolição da escravidão no Brasil, quando a população negra foi deslocada do centro da produção econômica para a periferia, sem acesso a direitos básicos como educação, saúde e moradia (Gonzalez, 1984; Rios & Klein, 2022).

A massa marginal é, portanto, uma consequência direta do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo brasileiro, que se beneficia da exploração dessa população para manter baixos os custos de produção e garantir a acumulação de capital. Essa massa é funcional ao sistema, pois serve como um exército de reserva que pode ser acionado quando necessário, mas que é mantido à margem da sociedade, sem acesso às condições mínimas de dignidade (Gonzalez, 2020; Rios & Klein, 2022).

As contradições do conceito de massa marginal revelam também a complexidade e as tensões inerentes ao capitalismo brasileiro. Por um lado, a massa marginal é funcional ao sistema. Por outro, a exclusão sistemática gera instabilidade social e econômica, expondo as fragilidades de um sistema que depende da marginalização para se manter. Além disso, a composição racial e de gênero dessa massa coloca em evidência como o racismo e o sexismo são mecanismos centrais de opressão, perpetuando desigualdades históricas. Assim, a massa marginal não é apenas um produto do sistema, mas também uma contradição que desafia sua

sustentabilidade a longo prazo, ao mesmo tempo em que revela as profundas injustiças estruturais que permeiam a sociedade brasileira (Gonzalez, 1984; Gonzalez, 2020).

O trabalhador que se encontra aguardando a próxima entrega, identifica-se como um empreendedor ou “empresário de si”, pois percebe-se como alguém livre das amarras do trabalho formal. Não tem o tradicional ponto, não tem gerente, isto é, esse trabalhador uberizado percebe-se livre da fábrica tradicional, mas está inserido na fábrica pós-moderna, que se encontra em seu próprio psiquismo. E essa ideologização que enfatiza o empreendedorismo como produtor de suposta liberdade, é repetida à exaustão para estes trabalhadores, por uma série de mecanismos sociais, políticos e culturais.

O desemprego crônico, o exército industrial de reserva e a massa marginal são fenômenos essenciais para a economia política capitalista, onde a transformação constante da população trabalhadora e seus atravessamentos em desempregados, ocupados ou semiempregados é a base do movimento da acumulação de capital. A superpopulação relativa, isto é, a existência de mais trabalhadores do que o necessário para a produção, é fundamental para a lei da oferta e da demanda de trabalho, delineando o contexto no qual o capitalismo opera. Além disso, essa condição vital capitalista não apenas define a dinâmica econômica, como exacerba a miséria ao tornar a compensação salarial e as condições de vida para os trabalhadores cada vez mais precarizada e instável (Gonzalez, 2020; Mészáros, 2011; Marx, 2012).

Além dos aspectos sociais e políticos, há também outro, subjetivo, o distanciamento do reconhecimento da atividade do trabalhador uberizado como trabalhador, a uberização confere um trabalho que é trabalho, mas que impedem a construção de uma identidade profissional nos moldes formais, pois não apresenta elementos socialmente estabelecidos que envolvem as regulações do Estado e estruturam a identidade do trabalhador. Dessa concepção surge a categoria de trabalho amador, que se refere a um trabalho, de fato, mas que não oferece plena identidade profissional (Abílio, 2020c).

Apesar da categoria do trabalho amador ser um elemento que dificulta a construção da identidade do trabalhador uberizado, cabe frisar a construção de outras identidades marginalizadas. O trabalho dos entregadores, concomitante ao lazer, estilo de vida, rebeldia e cultura urbana, cria para os motoboys uma identidade própria, que pode ser expressa, por exemplo, na forma de cortar o giro da moto; empinar ou “dar grau”; transitar pelos corredores; os rachas; buzinaços; rolêzinhos; manobras; escapamentos barulhentos; personalizações estéticas e/ou para o desempenho; entre outras. Esses são elementos de uma contracultura

urbana, que rompe com os padrões sociais vigentes e “perturba” as classes dominantes com o barulho, contrastando com o higienismo e exclusivismo dos espaços elitizados e gentrificados.

A crise estrutural do capital leva ao processo de reestruturação do trabalho, que perpassa projetos de dominação societal a partir da ideologia dominante, isto é, as ideologias dominantes que atravessam o mundo do trabalho. Nesse sentido, ao que diz respeito à realidade do trabalhador, há no sentido puro do termo uma luta de classes, pois são interesses da classe dominante contra a classe dominada, que vende a sua força de trabalho em troca de um salário (Antunes, 2006).

Diante disso, alguns instrumentos sociais são utilizados para a manutenção dos privilégios das classes dominantes, a política, o judiciário, a publicidade, as religiões, por exemplo, são instrumentalizadas pelos grupos que detêm o capital. Em contrapartida temos os trabalhadores e suas lutas, que são invisibilizadas diante do cenário complexo de dominação. As forças hegemônicas movimentam-se para a dominação do indivíduo, através da ideologização do cotidiano, assim como tenta controlar e aniquilar as lutas sociais.

A reconfiguração do poder no mundo do trabalho favorece as elites econômicas, enquanto o trabalhador tem a sua realidade vilipendiada. No entanto, para que possa sobreviver nesta realidade, ao trabalhador é imposto um perfil, isto é, ele precisará adequar-se ao mercado reorganizando o próprio psiquismo, devido às mediações ideológicas, que o coloca em uma posição polivalente, multifuncional, flexível e de conformação (Antunes, 2006).

A estrutura fabril tradicional apresenta objetivos direcionados à funcionalidade dos corpos, visando a produtividade dos trabalhadores. O paradigma gerencialista⁴ da gestão do trabalho uberizado vai além do controle desses corpos e inclui a dominação ideológica a serviço da empresa-plataforma. Nesse caso, a repressão dos processos repetitivos de trabalho é substituída pela atração sedutora, e a imposição é realizada pela falsa impressão de escolha e a obediência pelo reconhecimento (Gaulejac, 2007).

Na verdade, além da perspectiva sedutora, que é em si contraditória, para muitos trabalhadores a uberização não representa apenas uma opção entre outras, mas sim a única alternativa diante de um cenário marcado pela informalidade, trabalho temporário, baixas remunerações, marginalidade e desemprego. Esses desdobramentos podem ser entendidos pela

⁴ O paradigma gerencialista é uma forma de gestão que se desenvolveu no contexto do capitalismo contemporâneo, especialmente a partir das reformas neoliberais. Caracteriza-se pela aplicação de lógicas e técnicas do setor privado à gestão pública e a outras esferas sociais, com ênfase na eficiência, produtividade, mensuração de resultados e na lógica de mercado. O gerencialismo reflete a subordinação crescente da esfera social e política à lógica do capital, transformando cidadãos em “clientes” e aprofundando a mercantilização das relações humanas (Paula et al., 2009).

concepção de capitalismo dependente, devido à relação que um país como o Brasil, na periferia do capitalismo, mantém com países capitalistas centrais (Fernandes, 1973)

Paradoxalmente, mesmo diante de uma realidade precarizada, o trabalho uberizado pode ser percebido como uma boa opção ou até mesmo superior, quando comparada a outras formas de inserção ao mercado de trabalho, considerando o trabalho no capitalismo dependente. Assim, a sedução ideológica neoliberal aproveita-se da dura realidade de quem vê nessa forma-trabalho uma saída possível, ainda que contraditória, para garantir sua subsistência.

Nesse cenário, o trabalhador passa a ter vontade de sucesso, desafios, reconhecimentos e méritos pessoais, marcando o fetichismo da individualidade da sociedade contemporânea. Na estrutura gerencialista do trabalho mediado por aplicativos, a vontade do trabalhador passa a ser a “realização-de-si”. Nesse contexto, o psiquismo se torna útil, pois passa a ser permeado por produtividade e submissão (Duarte, 2004; Gaulejac, 2007). A partir da socialização no sistema capitalista, o trabalhador transforma-se em cúmplice da própria exploração, considerando a estrutura política e ideológica dominante.

Diante dessa realidade do trabalho, pode-se evidenciar que Vigotski, a partir de suas postulações, propõe que a psicologia deve incorporar o método dialético, adaptando-o, para compreender a singularidade do comportamento humano. No centro dessa perspectiva está a ideia de que o desenvolvimento cultural do psiquismo distingue os seres humanos dos demais animais. Essa dinâmica ocorre por meio de duas linhas de desenvolvimento interconectadas: a linha natural, referente ao amadurecimento orgânico, e a linha cultural, ligada ao progresso social e histórico da humanidade (Pereira, 2023).

Para isso, é necessária a compreensão da unidade dinâmica indivíduo/sociedade, apresentada pelo materialismo histórico-dialético, considerando a necessidade de superar as divisões estabelecidas entre essas esferas. Considerando-se a dialética singular-particular-universal, de Lukács, e a natureza social do psiquismo, de Vigotski, torna-se possível articular concepções, principalmente no que diz respeito à formação do psiquismo do trabalhador no contexto capitalista (Pasqualini & Martins, 2015).

Diante disso, o psiquismo do trabalhador uberizado é precarizado, assim como a realidade do trabalho. No entanto, frisa-se que estes não são processos simples ou óbvios, mas complexos, que envolvem cadeias de processos sociais, históricos, culturais, políticos e individuais, juntos em suas semelhanças, separados em suas contradições, mas em movimentos e superações através das interrelações. Com isso, destaca-se que para compreender o psiquismo é necessário compreender a precarização, devido ao caráter condicional dessa interrelação.

A importância das discussões deste capítulo está, na exploração dos temas sobre as crises cíclicas e estruturais do capitalismo, posicionando a uberização do trabalho como um desdobramento contemporâneo e instrumento de intensificação da precarização do trabalho. A crise de 2008 foi citada como exemplo de como o sistema se reestrutura, intensificando a produção e a exploração do trabalho, e a uberização pode ser vista como uma manifestação desse processo de acumulação de capital.

Compreendendo o cenário macroeconômico e as raízes históricas da precarização do trabalho no contexto das crises capitalistas, o próximo passo será aprofundar a análise sobre a uberização em si. O próximo capítulo se dedicará a discutir os aspectos específicos desse fenômeno. Serão exploradas as definições e características que diferenciam a uberização de outras formas de trabalho, abordando o controle algorítmico, a ausência de vínculos empregatícios formais e a individualização da relação de trabalho, mas sem abandonar o seu caráter histórico e de continuidade em relação à exploração do trabalho, que não começa com a uberização.

Capítulo 2. Uberização do Trabalho: Conceituação e Particularidades

*Eu recebi seu tick, quer dizer kit
De esgoto a céu aberto e parede madeirite
De vergonha eu não morri, to firmão, eis-me aqui*

(Racionais MC's, 2002, Negro Drama)

Neste capítulo serão apresentadas as conceituações e as particularidades da uberização do trabalho, contextualizadas com a realidade dos entregadores por aplicativos, as reestruturações produtivas do capital e as transformações sociais no mundo do trabalho. A realidade material, nas dimensões econômica, política, social e cultural, interage com as mudanças nas formas de produção, influenciando tanto o campo social quanto o individual.

A partir disso, serão discutidos os processos de precarização do trabalho, como a financeirização, plataformização, flexibilização, dataficação e gamificação, que caracterizam alguns processos contemporâneos para a exploração do trabalho uberizado. Esses conceitos se relacionam com o objetivo central desta pesquisa, pois permitem compreender e analisar como ocorre o trabalho uberizado, logo trará fundamentos importantes para discutir os sentidos e significados das resistências ao trabalho precarizado no contexto da uberização.

Será abordada também a relação entre a reestruturação produtiva e o avanço do trabalho uberizado, incluindo o debate sobre a Indústria 4.0 e o papel das *Big Techs* (grandes empresas de tecnologia) no cenário global e brasileiro. Por fim, serão discutidas as especificidades da uberização do trabalho no capitalismo brasileiro, considerando suas contradições e dualidades históricas, as dinâmicas que moldam a exploração, as crises e a absorção dos modos de produção “arcaicos” pelo capitalismo dependente.

2.1. Uberização: Vida precária e Acumulação Flexível

O capitalismo pode ser compreendido como um modo de organizar a economia. A troca de mercadorias é o aspecto primário do capital, pois a partir da produção de mercadorias e o comércio, criam-se as condições históricas, dando origem ao capital (Marx, 2004b). Assim destaca-se o capitalismo como modo de produção e o neoliberalismo como ideologia política desse modo.

A análise da uberização sob a perspectiva capitalista revela que esse fenômeno mantém a essência da luta de classes, característica do modo de produção capitalista, que opõe os detentores dos meios de produção aos trabalhadores. Apesar de suas especificidades, a uberização não rompe com essa dinâmica, pois reproduz o mesmo sistema de exploração do trabalho, apenas sob novas ferramentas. Nesse sentido, embora se trate de uma forma particularmente disseminada na contemporaneidade, a uberização representa apenas uma entre diversas manifestações da exploração do trabalho inerente ao capitalismo.

Ao longo das mudanças históricas e transformações produtivas que ocorreram no Brasil no século XX até o momento, percebem-se uma série de fatores importantes para compreender o estado da precarização e exploração do trabalho, entre eles: as crises; o desmanche das instituições democráticas regulatórias dos direitos sociais; a desintegração do tecido social; as violências; a concentração de renda; e as transformações do mundo do trabalho (Oliveira, 2003). Diante destas questões, ressalta-se a importância de não haver a fragmentação das ideias, conceitos, contradições, movimentos e a história do país, mas a costura entre elas, pois fazem parte de uma totalidade, política, histórica, social e cultural. Além disso, o Brasil encontra-se inserido no cenário capitalista mundial, porém, apresenta suas particularidades, devido à sua história e isso será destacado.

A produção e troca de mercadorias baseiam-se na divisão do trabalho, que se desenvolve historicamente desde uma base natural-espontânea, como nas diferenças fisiológicas em comunidades primitivas, até formas complexas mediadas pela troca de produtos entre esferas de produção diferenciadas. Esse processo transforma produtos em mercadorias e estabelece interdependências entre diferentes ramos de produção (Marx, 2004).

No capitalismo, a divisão do trabalho não apenas organiza a produção, mas também impõe limitações aos indivíduos, que são especializados em atividades específicas, tornando seu trabalho unilateral enquanto suas necessidades permanecem diversas. Os produtos do trabalho se tornam mercadorias apenas quando são o resultado de atividades privadas e independentes, destinadas à troca. A mercadoria só adquire valor no mercado quando seu valor de uso atende a uma necessidade social e o trabalho nela contido é socialmente reconhecido (Marx, 2004).

A partir dessa breve introdução, pode-se apontar que o trabalhador no sul global foi e é historicamente destituído de direitos, garantias e proteções nas atividades. Atualmente, com a uberização e suas atualizações, essas marcas passam a incluir a responsabilidade de arcar com os riscos e as despesas que envolvem as suas atividades. O trabalhador uberizado está sempre disponível para o trabalho, aguardando, mas só é solicitado de acordo com a demanda,

consolidando-o na condição de trabalhador “*just-in-time*” (por demanda). Permanecer na rua, disponível durante 12, 14 ou 16, por exemplo, não significa ser remunerado por essas horas de trabalho (Abílio, 2020a; Abílio, 2020b).

O trabalhador por demanda vive uma condição paradoxal: embora precise estar constantemente disponível para ser acionado, só é remunerado pela atividade efetivamente realizada. Essa dinâmica distancia-se da noção tradicional de empreendedorismo ou autonomia, configurando-se, na realidade, como um autogerenciamento subordinado (Abílio, 2020a; Abílio, 2020b), no qual o trabalhador assume o controle das operações, mas permanece sob a lógica imposta pela plataforma.

Esse fenômeno insere-se em um contexto mais amplo de uberização e avanço de políticas neoliberais, que ressignificaram radicalmente o conceito de empreendedorismo. Se antes ele estava associado à inovação, à capacidade de assumir riscos com capital próprio, hoje está atrelado à precarização: a informalização do trabalho, a transferência de riscos para o trabalhador e a disseminação do discurso meritocrático, que naturaliza a precariedade como fruto de esforço individual (Abílio, 2019).

Nesse cenário, surge a figura do “empreendedor-uberizado”, sujeito subordinado, porém renomeado como “empreendedor de si mesmo”. Empresas como a Uber e iFood reforçam essa narrativa, incentivando os motoristas e entregadores à percepção de si como “próprio chefe”, estratégia que nubla as relações de exploração, além de converter o desemprego e insegurança em falha individual (Abílio, 2019).

Nesse cenário, surge o conceito de autogerenciamento subordinado, que critica a ideia de “empresa de si” e desloca para o foco nas estratégias de sobrevivência do trabalhador nos contextos de incertezas do capitalismo. Assim, a concepção distorcida de empreendedorismo torna-se “gestão da sobrevivência”. A uberização, cerne desta discussão, revela-se como mecanismo de controle e organização do trabalho que transfere parte da gestão para o próprio trabalhador, apropriando-se de seu tempo, conhecimento e estratégias pessoais como fatores de produtividade. Assim, o autogerenciamento subordinado (gestão da sobrevivência) evidencia a terceirização do gerenciamento do trabalho, onde o trabalhador, embora aparentemente autônomo, permanece subordinado às lógicas do capital, muitas vezes, sem o reconhecimento de sua condição real de exploração (Abílio, 2019).

A uberização, como “novo tipo de controle”, pelo menos em sua forma, ocorre por meio de processos de informalização que não se restringem à formação dos gigantescos exércitos de trabalhadores informais, subordinados a algumas poucas empresas. O controle e o gerenciamento do trabalho também estão relacionados a um processo de informalização, cuja

compreensão supera o que se entende como trabalho formal e informal. Na uberização há uma crescente perda de estabilidade, regulação ou contratualização das regras de definição da remuneração, da distribuição do trabalho, da duração da jornada e, principalmente, do que é ou não tempo de trabalho (Abílio, 2020a; Abílio, 2020b).

A uberização não é apenas mais uma forma de flexibilização do trabalho, mas uma forma de subordinação produtiva, centralizada em modos de vida e sobrevivência das populações historicamente excluídas e marginalizadas. Desta forma, a uberização pode ser designada como informalização das relações de trabalho, mas como um novo tipo de informalização, pois mostra-se organizada, centralizada e monopolizada (Abílio, 2021b; Abílio, 2020a). Apesar do aspecto de “novidade”, busca-se nesta discussão o afastamento dos fetichismos, pois as trajetórias de trabalho informalizadas, em suas diversas ocupações, além das incertezas sobre as condições de vida, não são novidade no capitalismo e não se iniciaram com a uberização.

A flexibilização do trabalho exige, essencialmente, a flexibilização dos próprios trabalhadores, e isso é possível por meio de direitos fundamentais reduzidos ou anulados, que permitem ajustar a força de trabalho aos interesses do mercado. Esse fenômeno é evidente na uberização, mediado pelas empresas-plataformas, que além do poder financeiro, paralelamente, possuem enorme poder político. No contexto do Toyotismo, não apenas no trabalho uberizado, essa dinâmica se manifesta na estruturação do trabalho com o número mínimo ou nenhum emprego fixo, junto às horas extras ou jornadas extensas, trabalhos temporários ou subcontratações, dependendo das condições do mercado (Antunes, 2006).

A uberização, portanto, pode ser vista como uma intensificação das práticas do Toyotismo, em que a precarização e a flexibilização atingem níveis ainda mais radicais. Enquanto o Toyotismo já introduzia a lógica da produção *just-in-time* (por demanda) e da terceirização, a uberização radicaliza essa tendência ao eliminar vínculos formais e transferir integralmente os custos e riscos para o trabalhador. Essa transição reflete a adaptação do capitalismo às demandas de um mercado cada vez mais volátil, onde a maximização dos lucros depende da ultra exploração da força de trabalho.

A uberização do trabalho atualiza as transformações profundas no capitalismo, especialmente no contexto da acumulação flexível. Enquanto o Fordismo se baseava em uma estrutura de produção em massa, com controle verticalizado e relações de trabalho estáveis, a acumulação flexível introduziu uma nova dinâmica, marcada pela descentralização, pela precarização e pela transferência de riscos para o trabalhador. A uberização, nesse sentido, pode ser entendida como uma expressão extrema dessa flexibilização.

Em termos de comparação, os modelos Taylorista e Fordista dependiam de uma relação entre o Estado intervencionista, o capital corporativo e os sindicatos, que negociavam benefícios sociais, em troca de cooperação com as técnicas de produção. No entanto, a partir dos anos 1960, o Fordismo começou a mostrar sinais de esgotamento, com a crise de superacumulação, a inflação e a perda de hegemonia dos EUA no cenário global. A recuperação econômica da Europa e do Japão, aliada à industrialização em países periféricos, pressionou esse modelo, levando ao surgimento de um novo paradigma, isto é, a acumulação flexível (Guerra, 2000). Como afirma Harvey (1992, p. 135): [...] o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes do capitalismo.

A acumulação flexível, que emerge como desdobramento à crise do Fordismo, é permeada pela flexibilidade do capital, dos produtos, dos mercados e do processo de trabalho. Esse modelo se caracteriza pela produção em pequenos lotes, inovação acelerada, exploração de nichos de mercado e redução do tempo de giro tanto na produção quanto no consumo. A flexibilidade que se pretende é alcançada por intermédio das tecnologias, como a automação e a robótica, e de formas de organização do trabalho que priorizam a descentralização e a adaptação rápida às demandas do mercado (Guerra, 2000). Considerando esses aspectos, Harvey (1992, p. 140), aponta que:

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a “Terceira Itália”, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados).

A uberização atualiza a flexibilização das relações de trabalho. A flexibilização pulveriza as relações de subordinação, tradicionalmente presentes no trabalho assalariado, transferindo a responsabilidade pela sobrevivência econômica para o indivíduo. A uberização é um exemplo de como o capitalismo flexível precariza as relações de trabalho, eliminando direitos e conquistas históricas dos trabalhadores, como garantias salariais, seguros e estabilidade no emprego, mas agora em um contexto plataformizado (Guerra, 2000). Assim como afirma Antunes (2006, p. 23):

Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. Diminui-se ou mescla-se, dependendo da intensidade, o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo

envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias.

A acumulação flexível também impactou profundamente a organização do trabalho, com a introdução de práticas como a gestão participativa, trabalho em equipe, polivalência e qualidade total. Essas mudanças resultam na intensificação do trabalho, na captura e precarização do psiquismo, na desqualificação e na desorganização da força de trabalho. Harvey (1992) aponta para o fato de que a acumulação flexível se sustenta na exploração do trabalho vivo e no enfraquecimento dos sindicatos, com o surgimento de formas precárias de emprego, como trabalho parcial, temporário e subcontratado.

A uberização e a acumulação flexível estão profundamente conectadas às transformações no papel do Estado e às mudanças em padrões culturais e políticos, principalmente a partir da década de 1970. Embora o intervencionismo estatal tenha assumido novas formas, especialmente no controle do trabalho, a ascensão do neoliberalismo, do neoconservadorismo e do neofascismo promoveram e promovem a cultura de individualismo competitivo e do empreendedorismo compulsório, que se tornaram elementos fundamentais na reorganização do capitalismo pós-fordista (Harvey, 1992). Assim, a uberização não apenas exemplifica a precarização do trabalho no contexto da acumulação flexível, mas também ilustra como as mudanças nas normas culturais e políticas reforçam a exploração e a desigualdade, favorecendo os já privilegiados e aprofundando a fragmentação social.

Portanto, a uberização emerge como a atualização das transformações do capitalismo contemporâneo, refletindo não apenas a precarização do trabalho, mas também a reconfiguração das relações sociais e econômicas em um contexto de acumulação flexível. Ao analisar essas dinâmicas, é fundamental compreender como as plataformas digitais e a lógica do empreendedorismo compulsório redefinem as formas de exploração e reprodução das desigualdades. Nesse sentido, o próximo tópico se dedica a explorar as transformações do capitalismo de plataforma, questionando se a uberização representa uma outra fase da precarização ou se é a expressão máxima de um trabalho já precarizado, além de discutir como essas mudanças impactam a organização social e a luta de classes.

2.2. As Transformações do Capitalismo de Plataforma: Precarização do Trabalho Uberizado ou Uberização do Trabalho Precarizado?

Inseparável das transformações do trabalho no mundo contemporâneo, estão as tecnologias, que descortina novos caminhos para a exploração do trabalho uberizado, já que

ela permite a criação de engenhosos esquemas compensatórios para estimular o comportamento de consumidores que estão atrás de soluções para o cotidiano (Morozov, 2018). Com isso, vive-se a era dos aplicativos que, supostamente, “facilitam a vida”, em detrimento da precarização e exploração de trabalhadores desempregados, que buscam ocupação e renda para sobreviver no centro do capitalismo.

As tecnologias associadas ao trabalho apresentam-se como soluções “inovadoras”. No entanto, o que de fato as empresas-plataformas buscam são os lucros devido às desregulamentações trabalhistas. Na desburocratização trabalhista através da uberização do trabalho, tem-se um cenário ideal para essas empresas-plataformas.

No atual período histórico percebem-se profundos processos de mercantilização, flexibilização, plataformização, dataficação e gamificação do trabalho. Neste tópico serão destacados os conceitos mencionados, com o intuito de contribuir com a compreensão da uberização do trabalho.

O trabalho uberizado é realizado por seres humanos, mas o acesso aos serviços ocorre através de sites ou aplicativos, mediados por algoritmos, que, geralmente, fazem a conexão entre uma pessoa que realiza o trabalho, como uma entrega, e a pessoa que receberá o resultado daquele trabalho, o cliente. Com isso, geralmente, entre o cliente e o entregador existe o restaurante ou lanchonete, que lida com todas as etapas de preparação do alimento, em se tratando da uberização do setor de serviços alimentícios. Desta forma, o aplicativo reúne em um só lugar, a possibilidade de compra e venda, mas não sem o trabalho humano.

O trabalho, mesmo intermediado por tecnologias, revela o valor-trabalho, pois o valor dos produtos é baseado na quantidade de trabalho socialmente necessário para sua concretização. Segundo Harman (1979, p. 38): Tudo o que os humanos têm usado na sua história para criar riqueza - seja um machado de pedra neolítico ou um computador - teve, em qualquer momento, que ser criado pelo trabalho humano.

Referir-se às tecnologias difundidas na contemporaneidade é apontar para o que Marx costumava se referir aos meios de produção, o “trabalho morto”. Quando os capitalistas falam sobre o capital que possuem, na verdade estão mencionando o fato de que eles controlam o resultado da exploração do trabalho das gerações anteriores, e que geralmente não é o trabalho dos seus antepassados, que em sua grande maioria não trabalhavam. O trabalho morto se distingue do trabalho vivo, pois o primeiro se refere ao trabalho acumulado ao longo da história, como máquinas, ferramentas e infraestrutura, que se tornam propriedade privada no capitalismo; o trabalho vivo diz respeito ao trabalho que é realizado no trabalho no presente, já realizado e transformado em capital (Harman, 1979; Marx, 2004).

Nesse ponto, destaca-se a real função social das classes dominantes, pois estas mantêm uma relação parasitária (organismo que se beneficia do outro) com as classes dominadas, no metabolismo social, ao mesmo tempo em que se mostram privilegiadas em suas condições de vida, atuais e pregressas. A classe dominante aproveita-se do trabalho da classe trabalhadora, que na atualidade acontece principalmente através dos discursos ideológicos que fetichizam o seu estilo de vida. Para Marx (2004), o trabalho que passa entre o homem e a natureza é o trabalho vivo, que continua sendo indispensável, mesmo diante da realidade do trabalho uberizado. Além disso, Marx (2004, pp. 271-272) afirma que:

O capital é trabalho morto que, como um vampiro, se reanima sugando o trabalho vivo, e, quanto mais o suga, mais forte se torna. O tempo em que o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalismo consome a força de trabalho que comprou. Se o trabalhador consome em seu proveito o tempo que tem disponível, furta o capitalista. Como qualquer outro comprador, procura extrair o maior proveito possível do valor-de-uso de sua mercadoria. Mas, subitamente, levanta-se a voz do trabalhador que estava emudecida no turbilhão do processo produtivo.

Desta forma, a realidade do trabalho no contexto contemporâneo apresenta alterações não apenas nas atividades, mas nas formas produtivas e nas relações, principalmente no setor de serviços aqui em destaque. A mesma trama discursiva também se vê, por exemplo, na indústria tradicional, na agroindústria e em outros campos, pois fazem parte da mesma ideologia política e econômica. A uberização é caracterizada por relações de trabalho frequentemente individualizadas e invisibilizadas, pois há uma realidade ideológica que se interconecta com a realidade psíquica do trabalhador tornando-o um “explorador-de-si”, dando corpo a adesão ao projeto pelo trabalhador como um dos resultados das ideologias dominantes (Antunes, 2020).

Como afirmam Netto e Braz (2006), o trabalho não deve ser reduzido e visto como uma mera atividade econômica, mas deve ser entendido como uma categoria central para a compreensão do fenômeno humano-social. A concepção de trabalho é um dos pilares da obra marxista e está inserida na categoria maior: a práxis⁵. Pode-se afirmar que o trabalho é a base de toda a atividade econômica. Desta forma, é imprescindível compreendê-lo, paralela à concepção de uberização, pois se refere diretamente ao ser humano e sua relação com a sociedade. Trabalho é a capacidade do indivíduo transformar a matéria e convertê-la em

⁵ A práxis é um conceito central que se refere a unidade dialética entre teoria e prática, ação e reflexão. A práxis não é meramente uma atividade prática ou um fazer mecânico, mas uma atividade humana consciente e transformadora que, ao mesmo tempo, modifica o mundo e o próprio ser humano (Barbosa, 2010).

produtos que satisfaçam as necessidades, extraindo de fontes naturais aquilo que auxiliará suas atividades sociais (Oliveira, Oliveira & Santos, 2023).

No contexto do capitalismo de plataforma, com o modelo de trabalho uberizado, essa relação entre o homem e o trabalho é profundamente transformada. Para ampliar a compreensão entre capital, exploração do trabalho, desemprego e uberização, cabe retornar ao que Marx (2004) explora na dinâmica entre o capitalista e o trabalhador no processo de produção capitalista, onde a força de trabalho é transformada em trabalho efetivo. O capitalista, ao adquirir a força de trabalho, realiza o seu consumo ao colocar o trabalhador em atividade. Nesse processo, o trabalhador passa de uma potencialidade a uma ação, transformando matérias-primas em valores de uso, que são produtos destinados ao mercado. Sob o controle do capital, o trabalho deixa de ser apenas um ato de produção de bens úteis e se torna parte de um processo de geração de valor de troca, onde o objetivo do capitalista é, além de criar mercadorias, produzir mais-valia; o excedente que se obtém após cobrir os custos de produção.

No capitalismo de plataforma essa dinâmica é ainda mais complexa. Pois, o trabalho humano, nesse contexto, é descrito como um processo que envolve atividade com propósito (trabalho), a matéria-prima (objeto de trabalho) e os instrumentos de trabalho (meios de produção). Ao trabalhar, o ser humano apropria-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes uma forma útil e, ao mesmo tempo, transformando sua própria natureza. O diferencial do trabalho humano em relação às operações instintivas de outros seres vivos está no fato de que o trabalhador racionaliza mentalmente o resultado antes de realizá-lo, subordinando a matéria ao seu planejamento (Marx, 2004).

No entanto, no modelo uberizado, essa racionalização e planejamento são frequentemente suprimidos pela lógica do algoritmo e pela precarização das condições de trabalho. Como Marx (2004) destaca, “uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade” (Marx, 2004, p. 212). No trabalho uberizado, contudo, o trabalhador perde parte dessa capacidade de planejamento e controle sobre o processo de trabalho, sendo subordinado às demandas impostas pela plataforma.

Assim, a precarização do trabalho uberizado reflete as transformações no capitalismo de plataforma, onde a exploração do trabalho assume outras formas, distanciando-se ainda mais dos sentidos ontológico e teleológico do trabalho como atividade humanizadora. Como apontam Oliveira, Oliveira e Santos (2023), o trabalho no modo de produção capitalista é visto como produto, propriedade do capitalista, sempre com valor de uso e de troca. No contexto

uberizado, essa lógica se intensifica, reduzindo o trabalhador a uma mera engrenagem do sistema, alienado de seu próprio trabalho e das condições que poderiam permitir sua emancipação.

A precarização do trabalho no contexto do capitalismo de plataforma tem sido marcada por transformações profundas nas relações de trabalho, impulsionadas por processos como a flexibilização, a plataformização, a financeirização, a dataficação e a gamificação. Esses conceitos, embora apresentem diferenças, interligam-se para descrever as dinâmicas contemporâneas de exploração e reconfiguração do trabalho, especialmente no cenário capitalista e neoliberal.

A seguir, é apresentada a tabela 3 que resume os conceitos mencionados e destaca suas principais características:

Tabela 3

Conceitos do trabalho no capitalismo de plataforma

Conceito	Definição	Transformações do Trabalho	Referências
Flexibilização	Adaptação das organizações às mudanças do mercado por meio de práticas como terceirização, contratos flexíveis e polivalência.	Precarização, aumento da informalidade, redução de direitos trabalhistas e pressão por alta performance.	Piccinini (2004); Secco e Kovaleski (2021); Ceribeli e Rocha (2019).
Plataformização	Dependência de plataformas digitais para organização e controle do trabalho, mediado por algoritmos e infraestruturas digitais.	Informalização, transferência de riscos para os trabalhadores, subordinação algorítmica e intensificação da vigilância.	Abílio, Amorim e Grohmann (2021).
Financeirização	Influência da lógica financeira nas relações de trabalho, tratando o trabalho como ativo sujeito à maximização de retornos e competitividade.	Precificação do trabalho como risco, adoção de contratos temporários, terceirização e redução de direitos, expondo os trabalhadores à incerteza e responsabilidade financeira.	Lins (2019).
Dataficação	Tradução de ações, emoções e interações humanas em dados operacionalizáveis, utilizados para monitorar, prever e moldar comportamentos no trabalho.	Controle e gestão baseados em dados, intensificação da vigilância e redefinição das práticas de trabalho por meio de algoritmos e sistemas de monitoramento.	Segata e Rifiotis (2021).
Gamificação	Aplicação de elementos de jogos (metas, prêmios, competições) em contextos de trabalho para influenciar comportamentos e aumentar a produtividade.	Pressão por produtividade, jornadas extensas, ritmos acelerados e transferência da responsabilidade pela gestão do tempo e desempenho para os trabalhadores, enquanto as plataformas se beneficiam da alta disponibilidade.	Calvete (2023).

A flexibilização do trabalho é a capacidade das organizações de se adaptarem às mudanças do mercado propriamente ditas, impulsionadas, principalmente, por fatores

econômicos, políticos, tecnológicos e sociais, com estratégias político-ideológicas de orientação neoliberal. A flexibilidade do trabalho é uma resposta às incertezas da concorrência global, que se atualiza na flexibilização, caracterizada pela adoção de estratégias como terceirização, subcontratação, contrato de zero horas, pejetização (pessoa jurídica), trabalho remoto, credenciamentos, contratos flexíveis, polivalência, uberização e outros processos (Piccinini, 2004; Ceribelli & Rocha, 2019; Secco & Kovaleski, 2021). Desta forma, a flexibilização é uma das estruturas centrais para a uberização do trabalho. Embora não sejam exatamente o mesmo processo, estão imbricados.

Outra face importante da uberização está na plataformização do trabalho. Esse processo se refere à crescente dependência de mecanismos de plataformas digitais para a execução de atividades, alterando as formas de organização, controle e extração de valor do trabalho. Segundo Abílio, Amorim e Grohmann (2021), as plataformas digitais não se restringem a um meio técnico, mas representam empresas que controlam infraestruturas digitais, processam dados e utilizam algoritmos para gerenciar o trabalho. Esse processo reconfigura as relações trabalhistas, intensificando a informalização, a transferência de riscos e custos para os trabalhadores e a subordinação algorítmica.

Assim, a uberização deve ser compreendida como um processo amplo, que não se limita ao uso de plataformas digitais, ou seja, uberização é uma forma de plataformização, mas não apenas isso, pois o seu conceito diz respeito a um fenômeno histórico de informalização e consolidação do trabalhador sob demanda, como apontado por Abílio (2020b). Enquanto isso, a plataformização tem o seu conceito voltado para as especificidades das plataformas digitais e suas implicações para o trabalho, a uberização envolve um espectro extenso e dinâmico de relações de trabalho precarizadas e flexibilizadas, que remontam a processos de exploração e controle que antecedem a própria era digital (Abílio, Amorim & Grohmann, 2021).

A financeirização do trabalho, se refere ao processo pelo qual a lógica financeira passa a influenciar diretamente as relações e condições de trabalhistas, transformando o trabalho em um ativo sujeito à lógica de maximização de retornos e competitividade. No contexto da financeirização, o trabalho é tratado como capital composto e como capital variável. A mercantilização capitalista, associada à financeirização, portanto, redefinem o papel do trabalho no capitalismo contemporâneo, subordinando-o às demandas dos mercados financeiros e deteriorando as condições de venda da mercadoria, ou seja, a força de trabalho (Lins, 2019).

Partindo do aspecto macro do mercado financeiro às interações digitais, tem-se a dataficação, que diz respeito aos processos de tradução de intenções, ações, reflexos,

sentimentos e outras formas de expressão humana em dados operacionalizáveis, que podem ser utilizados para gerar novas ações, sejam elas coletivas ou individuais. Esse fenômeno é parte de um amplo processo que reduz a complexidade e a contingência da vida a códigos e dados, atualizando profundamente as relações sociais, de trabalho e os indivíduos. Os algoritmos e sistemas de vigilância monitoram e quantificam atividades, criando novas dinâmicas de controle e produtividade. A dataficação, portanto, não apenas redefine a natureza do trabalho, mas também introduz novas formas de gestão e organização (Segata & Rifiotis, 2021).

A dataficação enquanto processo de coleta de dados humanos, é associada à gamificação, que é a aplicação de elementos típicos de jogos eletrônicos, como metas, prêmios e competições, em contextos não lúdicos, como o trabalho, com o objetivo de influenciar comportamentos e aumentar a produtividade. No contexto do trabalho uberizado, a gamificação é utilizada como uma estratégia de gestão algorítmica para controlar e intensificar o ritmo de trabalho. Através de sistemas que simulam jogos, os trabalhadores são incentivados a atingir metas, recebendo recompensas ou acesso a tarefas mais bem remuneradas, o que os leva a prolongar suas jornadas e aumentar a intensidade do trabalho (Calvete, 2023). Essa dinâmica cria um ambiente em que os trabalhadores, muitas vezes sem perceber, são submetidos a um controle contínuo e a uma pressão constante para se manterem produtivos, resultando em jornadas extensas, ritmos acelerados e uma distribuição irregular do tempo de trabalho.

Os aspectos econômicos, políticos e sociais desses conceitos serão fundamentais para a compreensão de outros elementos que serão expostos nesta dissertação, embora o objetivo desta exposição não seja esgotar estes temas, compreende-se que abordar a uberização do trabalho requer levantar uma complexa gama conceitual. A uberização, como expressão contemporânea da precarização do trabalho, evidencia como o capitalismo dependente brasileiro absorve e adapta tendências globais, aprofundando a fragmentação social, a exclusão e desigualdade. Nesse sentido, o próximo tópico se dedica a explorar a precarização do trabalho no Brasil, traçando um panorama entre a herança escravista e o trabalho uberizado.

2.3. A Precarização do Trabalho no Brasil: A Herança Escravista e a Uberização no Capitalismo Dependente

A uberização do trabalho no Brasil é um fenômeno que se insere em um contexto histórico marcado pela coexistência e amalgamação do capitalismo com modos de produção arcaicos, como o escravismo. Desde o período colonial, o Brasil construiu uma estrutura econômica e social que, mesmo após a abolição da escravidão em 1888, manteve elementos

escravocratas nas relações de produção. A lenta transição para um modelo industrial, que só ganhou força a partir dos anos 1930, não eliminou as estruturas arcaicas que sustentavam o sistema, perpetuando as desigualdades (Oliveira, 2003). Essas marcas históricas ainda são visíveis e vividas pelas populações negras e periféricas, que continuam a ser as mais afetadas pelas formas precárias de trabalho, como evidenciado por Abílio e Santiago (2024), ao destacarem que os motoboys, por exemplo, são predominantemente negros. Dessa forma, o passado colonial e escravista se atualiza no presente, conduzindo as condições atuais do trabalho no Brasil.

Diante disso, a trajetória histórica sobre a formação social do trabalho brasileiro requer mencionar a força de trabalho no período do regime escravista brasileiro (séculos XVI ao XIX). A formação do mercado de trabalho, neste contexto, precisa afastar-se da mera implementação do trabalho assalariado ou de simplesmente adotar a perspectiva culturalista e antropológica do escravismo, pois essa abordagem pode ignorar elementos importantes da formação social brasileira, marcados por conflitos de classe e étnico-raciais. Compreender esses processos requer o olhar aprofundado sobre as determinações escravistas que influenciaram a formação do mercado de trabalho no Brasil, destacando a necessidade de compreender a escravidão não apenas como um sistema econômico, mas como uma estrutura social complexa e conflituosa (Lara & Diogo, 2022).

No regime escravista brasileiro, o indivíduo escravizado era tratado como uma propriedade, coisificado tanto dentro quanto fora do processo de trabalho. Essa coisificação difere radicalmente do trabalho livre, onde a força de trabalho só é alienada durante o processo produtivo. A única forma de resistência do escravizado era a negação de sua condição econômica, ou seja, a rejeição de sua própria subjugação. Além disso, o escravizado era duplamente alienado: como propriedade e como força de trabalho, sem controle sobre seu próprio trabalho. Em termos comparativos, ao contrário do trabalhador uberizado, que vende sua força de trabalho, o escravizado era submetido a um mercado de trabalho particular, mediado pela violência e pela captura, refletindo as condições históricas e sociais específicas do colonialismo e do escravismo (Lara & Diogo, 2022).

Sendo assim, é possível fazer aproximações entre esse período histórico e o atual, devido às suas semelhanças óbvias, mas destacam-se as mudanças históricas desde então. Além disso, frisa-se que, apesar das barbaridades do regime escravista brasileiro, as pessoas escravizadas resistiram de diversas formas à essa estrutura.

No escravismo urbano, que apresentava diferenças do escravismo rural, a luta pelo direito aos rendimentos do próprio trabalho passava pela conquista de um outro direito: o de ir

e vir. Nas cidades brasileiras eram comuns instrumentos repressivos para acabar ou diminuir as expressões de humanidade dos escravizados. Era preciso impor a não-liberdade. Apesar disso, o comércio e o setor de serviços urbanos ocupavam um significativo número de pessoas escravizadas em atividades que exigiam a mobilidade. Os “Negros de Ganho” são exemplos importantes a serem citados. Muitos desses escravizados pagavam semanalmente uma certa quantia ao patrão e moravam nos seus próprios casebres (Carvalho, 1998). O regime escravista deixou profundas marcas na vida social brasileira e não seria diferente no mundo do trabalho. Por isso, a importância de considerar a uberização do trabalho no Brasil a partir desse período histórico.

Agora se tratando do modo capitalista, os trabalhadores não possuem os meios de produção e são forçados a vender sua força de trabalho para sobreviver, enquanto os processos de expropriação concentram os meios de produção nas mãos de poucas corporações (Harvey, 2006; Mészáros, 2011). Essa estrutura, baseada na acumulação primitiva e na exploração, sustenta-se em pressupostos como mercados competitivos, propriedade privada e um Estado burguês que garante a estabilidade do sistema.

O capitalismo demonstra uma notável capacidade de reestruturação diante das crises, provocadas por sua própria lógica de funcionamento. No entanto, essa reestruturação não implica uma reinvenção do sistema, mas sim a apropriação de injustiças históricas que sustentam o presente. A superação desse sistema exige alternativas econômicas e sociais sólidas, algo que ainda não se concretizou, mesmo com revoluções socialistas ao redor do mundo no último século. Enquanto isso, reformas e resistências localizadas têm seu valor sociopolítico, mas as mudanças estruturais nas cadeias produtivas são fundamentais para enfrentar as questões concretas da realidade atual (Mészáros, 2011).

A uberização do trabalho surge no contexto de crises como um “novo” padrão de desemprego crônico, que antes era restrito aos “bolsões de subdesenvolvimento”. No passado, o desemprego era justificado como um subproduto inevitável da modernização, mas hoje ele se expande, atingindo várias camadas de trabalhadores. A marginalização dos trabalhadores é justificada como resultado de sua falta de qualificação ou dedicação – a falácia da meritocracia (Mészáros, 2011).

Marx, em sua análise sobre o “exército industrial de reserva”, destaca que a acumulação capitalista produz constantemente uma população trabalhadora excedente, essencial para manter os salários baixos e a disciplina entre os trabalhadores empregados. Esse excedente de força de trabalho é uma consequência direta da acumulação capitalista, que cria uma cadeia constante de precarização e exploração (Marx, 2012).

A contradição inerente ao capitalismo global torna-se evidente quando a tendência de modernização se reverte, com o colapso do modelo fabril (desproletarização) e com o aumento maciço do desemprego. Essa reviravolta não se deve à tecnologia em si, mas à subordinação desta às exigências restritivas da necessidade de lucros capitalista, limitando seu desenvolvimento. A crise torna-se mais visível à medida que a modernização, ao invés de melhorar as condições de trabalho, gera desemprego em larga escala (Mészáros, 2011).

Mesmo quando o crescimento do capital produtivo aumenta a demanda por trabalho e eleva os salários, essa elevação ocorre dentro dos limites impostos pelo capital, que continua a subordinar o trabalhador. A comparação entre uma casa pequena e um palácio vizinho ilustra como, mesmo quando o trabalhador melhora sua situação relativa, ele continua a sentir-se oprimido pelas diferenças crescentes entre ele e a classe dominante. Assim, a “comunhão de interesses” entre o capitalista e o trabalhador se revela uma perspectiva ilusória, pois, na realidade, a expansão do capital apenas reforça o poder do capital sobre o trabalho assalariado e a exploração do trabalhador (Marx, 1982).

Antunes e Braga (2009) ao abordarem as transformações estruturais do trabalho no século XXI, apontam para o processo de precarização que afeta as formas de trabalho e os trabalhadores. Eles identificam três questões principais sobre os dilemas do trabalho contemporâneo: atividade vital ou fazer compulsório; precarização estrutural do trabalho; e nova morfologia do trabalho. Ao abordar a nova morfologia do trabalho, Antunes e Braga (2009) destacam que a precarização e flexibilização resultaram em uma reconfiguração da classe trabalhadora, que agora inclui um conjunto complexo de ocupações, como as terceirizações, *part-time job* (trabalho de meio período), temporários, além do crescimento do trabalho feminino, ainda marcado por desigualdades salariais. A classe trabalhadora atual é heterogênea e multifacetada, incorporando também desempregados, imigrantes e populações LGBTQIAPN+, e não se restringe mais aos trabalhadores manuais, mas a todos que vendem sua força de trabalho em troca de um salário, especialmente no setor de serviços.

Nesse cenário, a uberização surge como uma transformação, que não apenas atualiza as formas de superexploração do trabalho, mas também revela a persistência de estruturas históricas de desigualdade, herdadas de um passado colonial e escravista. A integração entre a organização opressora e precarizada do trabalho com tecnologias digitais de gestão algorítmica, expõe as contradições do capitalismo dependente, que combina elementos modernos e arcaicos para manter e intensificar a exploração. Diante disso, o próximo tópico se dedica a explorar o tema da uberização no Brasil, analisando como essa dinâmica articula modos de produção

arcaicos e contemporâneos, e como ela reforça e intensifica a superexploração, perpetuando desigualdades históricas e criando formas de opressão.

2.4. A Uberização no Brasil: A Integração de Modos de Produção Arcaicos e Contemporâneos e a Superexploração no Capitalismo Dependente

A uberização no Brasil é um fenômeno que sintetiza a integração de modos de produção arcaicos e contemporâneos, como mencionado no tópico anterior. Para compreender esse processo, torna-se necessário recorrer aos fundamentos de Marx sobre o trabalho, além das análises do capitalismo dependente desenvolvidas por Florestan Fernandes e a teoria marxista da dependência. Marx, em sua crítica ao capitalismo, argumenta que o trabalho, na sociedade capitalista, é reduzido a uma atividade de subsistência, alienando o trabalhador de sua essência criativa e transformadora (Marx, 2010). A uberização, ao transformar o trabalhador em um “empresário de si” ou “microempreendedor” precarizado, aprofunda essa alienação, pois o indivíduo é submetido a condições de trabalho que o tornam ainda mais dependente e explorado, reproduzindo a lógica de extração do trabalho excedente e da acumulação de riqueza às custas da classe trabalhadora

No contexto da uberização no Brasil, é possível observar como o capitalismo dependente reforça a desigualdade social e a precarização do trabalho, ao mesmo tempo em que se apropria de discursos sobre modernidade. A flexibilização das relações de trabalho, característica da uberização, esconde a superexploração da força de trabalho, sem direitos básicos, como seguridade social, jornadas regulamentadas ou remuneração justa. Essa realidade remete às estruturas históricas de exploração que marcaram o país, desde o período colonial e escravista até as formas historicamente recentes de marginalização, e agora a uberização.

Apesar das falácias ao redor de empreendedorismo e da liberdade, a uberização aprofunda a dependência dos trabalhadores em relação a plataformas digitais que controlam e extraem valor do seu trabalho. Esse fenômeno ilustra como o capitalismo dependente, longe de promover um desenvolvimento autônomo e justo, reproduz e intensifica as assimetrias sociais e econômicas (Fernandes, 1973).

Além disso, a uberização reflete a integração subordinada do Brasil ao sistema capitalista global, onde as economias periféricas assumem o papel de fornecedoras de mão de obra barata e de recursos, provenientes não apenas da exploração humana, como também da exploração do meio ambiente, enquanto os benefícios econômicos são concentrados nas

economias dominantes (Fernandes, 1973). As plataformas digitais, controladas pelas *Big Techs*, operam como intermediárias que capturam grande parte do valor gerado pelos trabalhadores, reforçando a lógica de acumulação de capital em favor da elite econômica brasileira e global.

Essa dinâmica não apenas perpetua a dominação colonial, agora neocolonial⁶, mas também limita a capacidade de transformação estrutural, já que as elites locais e os setores dominantes tendem a se alinhar aos interesses do capital global em detrimento da maioria da população. Nesse sentido, a uberização não é apenas um fenômeno econômico, mas também político, pois evidencia a necessidade de mudanças profundas no modelo de desenvolvimento, que priorizem a justiça social e a redistribuição de renda (Fernandes, 1973). A resistência a essa lógica, seja por meio de movimentos sindicais, organizações populares ou políticas públicas, torna-se essencial para enfrentar as contradições do capitalismo dependente e construir alternativas que superem a precariedade e a exclusão.

A teoria marxista da dependência oferece o arcabouço teórico para compreender como a uberização se insere nesse contexto. A superexploração, conceito central dessa teoria, manifesta-se claramente na precarização do trabalho dos entregadores por aplicativos. Essa superexploração não é um desvio do sistema, mas sim uma característica intrínseca do capitalismo dependente, que busca compensar a queda da taxa de lucro e a concorrência por meio da intensificação da exploração da força de trabalho (Carcanholo, 2013).

A competição entre capitais e a necessidade de aumentar o trabalho excedente levam à redução dos salários abaixo do valor da força de trabalho. Esse fenômeno é visível na uberização, onde os trabalhadores sempre são remunerados abaixo do custo de reprodução de sua força de trabalho, não só pelo pagamento injusto das entregas, como também pelo repasse da plataforma, que por vezes se mostra sem transparência. Essa e outras justificativas obrigam os trabalhadores a assumir jornadas exponencialmente exaustivas para garantir a sobrevivência. A precarização do trabalho, portanto, não é um acidente ou mera consequência, mas configura-se como uma estratégia do capital para manter sua lucratividade em um contexto de dependência e exploração (Osorio, 2018).

⁶ O neocolonialismo refere-se à manutenção da dominação e exploração econômica e política de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento por potências capitalistas, mesmo após a independência formal desses países. Diferente do colonialismo clássico, que envolvia a ocupação territorial direta, o neocolonialismo opera por meio de mecanismos indiretos, como o controle econômico (dívida externa, investimentos estrangeiros, controle de mercados), a influência política (apoio a regimes favoráveis aos interesses das potências) e a dependência tecnológica (Duménil & Levy, 2007).

O capitalismo dependente configura-se como um sistema econômico que se instalou na América Latina, no Brasil e em outras partes do mundo, de forma subordinada aos interesses dos países centrais do capitalismo, especialmente os europeus e, no século XX, aos EUA. No contexto brasileiro, essa dependência se manifesta na superexploração do trabalho, na manutenção de estruturas de desigualdade de classes, étnico-raciais e de gênero, e na dependência tecnológica e financeira. A transição do modelo agrário-exportador para o urbano-industrial no Brasil ocorreu de maneira desigual, com a persistência de relações de produção precarizadas e a intensificação da exploração da força de trabalho (França & Gershenson, 2023). Esse processo é marcado pela combinação de formas de trabalho livre e assalariado com práticas arcaicas, como a informalidade e a precarização, que ainda hoje caracterizam o mercado de trabalho brasileiro, que são justamente os antecessores e a via régia para a atual uberização brasileira.

A uberização do trabalho emerge como um fenômeno contemporâneo que reflete a fragilização dos vínculos trabalhistas e a precarização das condições de trabalho, resultantes da reestruturação produtiva do capital. Nesse contexto, a precarização do trabalho e a precarização da vida, tornam-se expressões de inúmeras questões sociais, agravadas pela falta de proteção social do Estado e pela flexibilização das relações de trabalho, autorizadas por forças político-econômico-jurídicas instrumentalizadas e subordinadas aos interesses das classes dominantes locais e internacionais, que são características centrais do capitalismo dependente e periférico (França & Gershenson, 2023).

A uberização no Brasil exemplifica de maneira contundente as contradições do capitalismo dependente, articulando avanços tecnológicos com práticas arcaicas de exploração. Esse fenômeno não só intensifica a alienação do trabalhador, conforme descrito por Marx, mas também consolida as estruturas de dependência e superexploração que marcam a posição periférica do país no sistema capitalista global. A superexploração, a precarização e a modernização seletiva emergem como pilares de um sistema que intensifica desigualdades e exploração, evidenciando a urgência de uma transformação social profunda. A resistência a essa lógica, seja por meio de mobilizações sindicais, organizações populares ou políticas públicas que priorizem a justiça social e a redistribuição de renda e terras, torna-se fundamental para enfrentar as contradições do capitalismo e construir alternativas que superem a precarização e a exclusão.

A compreensão das complexidades do fenômeno da uberização, em suas particularidades, é fundamental para situar as discussões desta dissertação. É importante ressaltar, contudo, que essa forma contemporânea de exploração do trabalho mantém uma

relação indissociável com seu processo histórico. Embora as particularidades tecnológicas da uberização representem o cerne de sua distinção em relação a outras formas de exploração, a estrutura de precarização permanece a mesma, o que se altera, na verdade, é o grau de sofisticação na extração da mais-valia.

Capítulo 3. As Resistências ao Trabalho Precarizado: da Fábrica à Empresa-Plataforma

*Caminhante não há caminho,
se faz o caminho ao caminhar...*

(Antônio Machado, 1912, poema “Cantares”)

Neste capítulo, serão exploradas as trajetórias históricas das resistências à precarização do trabalho, contextualizando-as com a evolução do capitalismo e suas reestruturações produtivas, desde a acumulação primitiva até a chamada “Quarta Revolução Industrial”. A análise abordará como as transformações nas relações de produção, marcadas pela intensificação da exploração, geraram diversas formas de resistências e lutas por parte dos trabalhadores. Serão apresentados os movimentos que surgiram em resposta às condições de trabalho impostas, evidenciando a constante busca por melhores condições trabalho ao longo da história.

A partir dessa perspectiva histórica, serão discutidas as diferentes correntes teóricas e as ações práticas que constituíram a resistência operária, desde o ludismo e as primeiras greves até a formação de organizações internacionais e eventos emblemáticos, como a Comuna de Paris e a Revolução Russa. No entanto, ressalta-se que, obviamente, os movimentos mencionados não abarcam todos os movimentos históricos de resistência à precarização do trabalho. Dessa forma, destaca-se que eles representam um recorte e serão importantes para definir, ilustrar e delimitar as concepções de resistência.

O capítulo também abordará a internacionalização da luta contra o capitalismo e a persistência da repressão aos movimentos de trabalhadores. Por fim, será ressaltada a relevância dessas resistências históricas para a compreensão dos desafios e das possibilidades de organização e luta no contexto contemporâneo da uberização do trabalho.

3.1. Trajetórias Históricas de Resistência à Precarização do Trabalho

O processo histórico de acumulação primitiva, identificado por Marx como o “pecado original” do capitalismo (2012, p. 959), privou camponeses e artesãos de suas fontes de sustento, obrigando-os a comercializar sua força de trabalho para sobreviver. Esta dinâmica preparou o terreno para as mudanças da Primeira Revolução Industrial e o avanço do capitalismo.

A Primeira Revolução Industrial, que teve início na Inglaterra no final do século XVIII, marcou uma era de intensificação das atrocidades da exploração do trabalho. A implementação de máquinas a vapor e a divisão do trabalho intensificaram a exploração da classe operária. Esta revolução não só automatizou a produção, mas também reorganizou as relações sociais, resultando, por exemplo, no êxodo do campo e no crescimento urbano, trabalhadores sujeitos a jornadas de trabalho extenuantes e condições de vida e trabalho insalubres (Hobsbawm, 1962; Pasquini, 2020).

Hobsbawm (1962, p.38) ressalta aspectos sobre a Primeira Revolução Industrial Inglesa: “Se a transformação rápida, fundamental e qualitativa que se deu por volta da década de 1780 não foi uma revolução, então a palavra não tem qualquer significado prático. O autor acrescenta “a revolução industrial não foi um evento com início e término definidos” (1962, p.38). No que diz respeito às mudanças sociais e em diversos aspectos, este período pode ser considerado o acontecimento mais significativo na história global até aquele ponto. Contudo, várias consequências foram percebidas a partir disso, mas todas como componentes de um mesmo processo histórico.

No rastro das mudanças produtivas e, conseqüentemente, das condições de trabalho, ocorreu a Segunda Revolução Industrial por volta de 1870, que se estendeu geograficamente, alcançando nações além da Inglaterra, como EUA, Alemanha e Japão. Este período foi caracterizado pela implementação da produção em larga escala, impulsionada pelo Fordismo e pela produção em série (Pasquini, 2020).

Não foram suficientes as mudanças nas linhas de produção fordistas, era preciso expandir os métodos de trabalho para acumular capital. Portanto, a Terceira Revolução Industrial emergiu aproximadamente na década de 1970, impulsionada pelas tecnologias e automação empregadas nos processos de produção. Este período foi caracterizado pelo surgimento de tecnologias como a robótica, biotecnologia e energia nuclear, juntamente com a expansão da globalização econômica e do neoliberalismo. Isso resultou em um aumento do desemprego crônico e na deterioração das condições de trabalho (Pasquini, 2020).

Conforme Harvey (2004) destaca, a acumulação através da espoliação persiste como um mecanismo fundamental do capitalismo atual, porém agora em nível mundial. A acumulação primitiva, retratada por Marx (2012) como um processo violento, foi expandida e modernizada, evidenciando que os processos de expropriação, que antecederam o surgimento do capitalismo, persistem, embora assumam novas formas e alcancem uma escala global.

O capitalismo atual inclui uma variedade extensa de práticas, incluindo a venda e privatização de terras, a eliminação de direitos coletivos, a exploração colonial e neocolonial,

e a exploração de recursos naturais. Esses mecanismos, relacionados por Marx à acumulação primitiva, não são meramente históricos, mas continuam sendo fundamentais na formação do capitalismo atual. Com seu monopólio da violência e sua função na determinação da legalidade, o Estado mantém-se como um elemento crucial na promoção desses processos, assegurando a continuidade das lógicas capitalistas e territoriais de poder (Harvey, 2004).

Um outro traço evidente do capitalismo contemporâneo é a eliminação de métodos alternativos de produção e consumo, que são marginalizados em nome do capitalismo. Ao dar prioridade à automação e a globalização, a Terceira Revolução Industrial não só intensificou a precarização no trabalho, como também ampliou a acumulação através da expropriação. Isso evidencia que violência e expropriação são fundamentos do capitalismo, e não meros acontecimentos históricos (Harvey, 2004; Marx, 2012).

Com isso, pode-se apontar que a uberização é um exemplo atual da lógica de precarização, que visa maximizar os lucros e diminuir os custos, frequentemente em prejuízo da vida dos trabalhadores. Portanto, a “Quarta Revolução Industrial”, nomeada com esse termo como forma de sintetizar diversos processos, simboliza a evolução histórica, na qual o capitalismo se modifica através da tecnologia, mas mantém e intensifica as desigualdades e a exploração que caracterizaram suas etapas anteriores: a modernização da precarização.

Por outro lado, as transformações na exploração do trabalho geraram movimentos sindicais, greves, paralisações e mobilizações históricas, como o ludismo, que surgiu como mecanismo de resistência às condições de trabalho precárias impostas pelos movimentos do capitalismo. Os movimentos dos trabalhadores não só questionavam as condições imediatas de exploração, como também se contrapunham ao avanço da precarização.

De acordo com Marx e Engels (1998), a história humana é a história das lutas de classes, caracterizada pela opressão e violência exercida pelos detentores dos meios de produção contra os trabalhadores. Contudo, a oposição a essa exploração tem se mostrado constante, evidenciando-se em diversos contextos históricos. Segundo Rodrigues (2007), as resistências dos trabalhadores surgem como uma estratégia e contra-ideologia para superar a dominação capitalista. Este objetivo requer não só ação política, mas também a formação de uma consciência crítica nas massas trabalhadoras acerca de sua situação de exploração.

No contexto global, a oposição à precarização do trabalho tem se manifestado de várias maneiras, desde manifestações grevistas e boicotes até a criação de movimentos sindicais e políticos transnacionais. Um caso marcante é o movimento dos trabalhadores japoneses, que, desde o final do século XIX, estabeleceu uma tradição de resistência combativa. Contudo, conforme ressalta Santiago (2020), a implementação do toyotismo como uma mudança nos

processos laborais capitalistas só foi possível graças à supressão desse movimento operário. O sistema toyotista, marcado pela flexibilidade e deterioração das relações de trabalho, foi implementado por meio de repressão brutal aos sindicatos e perseguição a líderes sindicais e figuras políticas.

A “história secreta” do toyotismo, como afirma Santiago (2020), foi escrita a “ferro” e “sangue”, com a aliança entre o exército de ocupação imperialista dos EUA e setores da burguesia japonesa desempenhando um papel fundamental no sufocamento do movimento dos trabalhadores. Esse processo ilustra como a resistência à precarização do trabalho enfrenta a repressão organizada e violenta das elites econômicas e políticas.

No capitalismo, a história da classe trabalhadora tem sido marcada por uma constante resistência à exploração e à precarização. Longe de ser um processo passivo, a emergência do sistema capitalista foi acompanhada por diversas formas de conflito, tanto no campo teórico quanto nas práticas sociais. As manifestações de resistência, embora variadas em suas formas e objetivos, compartilham o fio condutor da busca por melhores condições de vida, trabalho, e pela superação das contradições inerentes ao capital.

A crítica ao capitalismo e a proposição de alternativas sociais e econômicas floresceram em diferentes correntes teóricas. O socialismo utópico, surgido no início do século XIX, representou uma das primeiras reações intelectuais aos problemas da industrialização. Os teóricos desta vertente socialista postulavam que a transformação social ocorreria por meio da criação de comunidades, baseadas na cooperação e na harmonia social, em oposição à competição capitalista. Suas ideias, no entanto, eram frequentemente consideradas idealistas e ausentes de um método (Leonídio, 2007; Marx Engels, 1998).

Em contraposição, o socialismo científico, desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels, ofereceu uma análise rigorosa e materialista da sociedade capitalista. Através do Materialismo Histórico-Dialético, Marx e Engels demonstraram que a exploração do trabalho e a luta de classes eram elementos centrais do capitalismo. Eles argumentaram que a superação desse sistema não viria de ideais abstratos, mas da ação revolucionária do proletariado, que, ao tomar consciência de sua condição e de seu poder, derrubaria a burguesia e construiria uma sociedade sem classes: o comunismo. O Manifesto Comunista, de 1848, tornou-se um marco fundamental para a organização e a conscientização da classe trabalhadora (Leonídio, 2007; Marx Engels, 1998).

O anarquismo, por sua vez, emergiu como outra corrente teórica significativa, defendendo a abolição de toda forma de autoridade e hierarquia, incluindo o Estado. Os autores desta vertente propunham uma sociedade baseada na autogestão, na federação livre de

comunidades e na cooperação voluntária, sem a necessidade de um governo central. Embora compartilhasse com o socialismo científico a crítica ao capitalismo e a busca por uma sociedade justa, o anarquismo divergia na estratégia para alcançar essa transformação, rejeitando a ideia de um Estado de transição ou de uma ditadura do proletariado (Silva, 2011).

Paralelamente às discussões teóricas, a classe operária, desde os primórdios do capitalismo industrial, manifestou sua insatisfação por meio de diversas formas de resistência. As primeiras greves, que ocorreram ainda no início dos anos 1800, foram um claro sinal da emergência de uma consciência de classe. Embora muitas vezes espontâneas e localizadas, essas paralisações demonstravam a capacidade dos trabalhadores de se unirem para reivindicar melhores salários, redução da jornada de trabalho e condições mais dignas (Hobsbawm, 2000).

O ludismo, movimento que se espalhou pela Inglaterra no início do século XIX, é um exemplo da reação operária à introdução de novas máquinas e à consequente precarização do trabalho. Embora frequentemente interpretado como uma reação irracional à tecnologia, o ludismo pode ser percebido como uma forma de protesto contra a desumanização, divisão e alienação do trabalho.

Com o avanço dos movimentos operários, surgiu a necessidade de coordenação e solidariedade internacional entre os trabalhadores, o que levou à fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), também conhecida como “Primeira Internacional”, em 1864. Essa organização reuniu diversas correntes do movimento operário, incluindo marxistas e anarquistas, com o objetivo de unificar as lutas dos trabalhadores em escala global. A AIT desempenhou um papel crucial na disseminação das ideias socialistas e na organização de greves e manifestações em diversos países (Mazzotti, 2001).

Um dos eventos mais emblemáticos da resistência operária foi a Comuna de Paris, em 1871. Após a derrota da França na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), os trabalhadores e a população de Paris se rebelaram contra o governo e estabeleceram um governo popular autônomo. Durante 72 dias, a Comuna implementou uma série de medidas progressistas, como a separação entre Igreja e Estado, a abolição do trabalho noturno nas padarias e a autogestão de fábricas abandonadas. Embora brutalmente reprimida, a Comuna de Paris tornou-se um símbolo da capacidade da classe trabalhadora de construir uma alternativa ao poder burguês e inspirou futuras gerações de revolucionários (Xavier, 2022).

Finalmente, a Revolução Russa de 1917 pode ser vista como o desdobramento de um longo processo de desenvolvimento teórico e prático da luta de classes. Influenciada pelas ideias do socialismo científico e pelas experiências de resistência operária antecessoras, a Revolução Russa resultou na derrubada do regime czarista e na instauração do primeiro Estado

Socialista da história. Esse evento, de proporções globais, demonstrou a possibilidade de uma transformação radical da sociedade e teve um impacto profundo nos movimentos de trabalhadores em todo o mundo (Secco, 2017).

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918), paralela à Revolução Russa, foi um evento histórico que também reverberou nos movimentos de oposição à precarização do trabalho, a nível mundial. Conforme Araújo (2017) destaca, esses acontecimentos impactaram militantes e entidades classistas, que conduziram greves gerais e outras iniciativas contra as injustiças trabalhistas, sociais, políticas e econômicas da época.

Junqueira (2020) ressalta que o ano de 1917 foi caracterizado por intensas greves operárias na Alemanha, França, Grã-Bretanha, Itália, Áustria e Espanha. Além desses eventos, a própria a Revolução Russa, que começou com um protesto de operárias e se desdobrou em uma greve geral e na ocupação de São Petersburgo (Rússia) por centenas de operários e operárias. Essas manifestações dos trabalhadores e trabalhadoras tiveram repercussões mundiais e constituíram movimentos de resistência em diversas regiões do mundo, incluindo o Brasil. A Revolução Russa não só motivou a resistência, como também evidenciou a possibilidade de uma mudança estrutural nas relações de produção e de poder.

Dentre as reivindicações, a luta pela diminuição da carga horária de trabalho foi uma demanda central dos movimentos sindicais globais. A origem do 1º de Maio, como Dia Internacional do Trabalho, está ligada ao massacre de Chicago em 1886, um episódio de uma greve cujo principal pedido era a jornada de oito horas. Esta luta uniu trabalhadores de várias categorias profissionais em um objetivo comum, estabelecendo um ponto de referência na história dos movimentos de resistência à precarização do trabalho (Addor, 2007).

Em paralelo, na América Latina, o anarquismo desempenhou um papel importante na organização dos trabalhadores, como nas manifestações da Federação Operária Regional Argentina (FORA), na década de 1910, e nas mobilizações das indústrias têxteis no Brasil, lideradas por imigrantes italianos e espanhóis. Os coletivos de resistência empregavam táticas de ação como manifestações, boicotes e sabotagens (Silva, 2010).

Nesse sentido cabe enfatizar o aspecto da história da repressão aos trabalhadores. A criminalização dos movimentos sindicais e a repressão violenta são abordagens empregadas pelas elites para preservar o domínio sobre a força de trabalho (Geraldo, 2012). A violência, como meio de dominação, tem sido empregada há séculos para subjugar e fragilizar movimentos de trabalhadores. Isso ocorreu durante o período colonial, nas revoluções industriais e persiste até os dias atuais.

Há diversos obstáculos para a organização da classe trabalhadora, uma vez que a “classe” é, na realidade, agrupamentos sociais variados e pouco estáveis, que lutam para estabelecer um senso de “memória social” e solidariedade de classe (Standing, 2013). A instabilidade e a diversidade dos trabalhadores tornam a organização sindical convencional um desafio, demandando estratégias para mobilizar e integrar os trabalhadores em um cenário de aumento da precarização global, principalmente devido à uberização do trabalho.

Para finalizar a discussão neste tópico, destaca-se que as lutas contra a precarização do trabalho têm tomado várias formas e abordagens. Simultaneamente, os movimentos resistiram e continuam a resistir às repressões. Portanto, a luta contra a precarização do trabalho é constante, o que requer a organização dos trabalhadores em diversos cenários políticos e sociais. Este tópico, assim como o seguinte, não tem a pretensão de esgotar o tema sobre sindicalismo e luta de classes. Considerando a amplitude e complexidade dos tópicos, o objetivo real é situar as discussões deste estudo e destacar os significados do termo: resistência.

3.2. Resistência à Precarização no Brasil: Dos Quilombos à Crise Sindical

A luta contra a precarização do trabalho no Brasil é um fenômeno histórico, que antecede a própria industrialização e se manifestou em diversas formas. Desde os primórdios da formação social brasileira, a exploração do trabalho gerou respostas por parte dos oprimidos, evidenciando a dialética entre a exploração do capital e a resistência dos trabalhadores. É fundamental reconhecer e delimitar que essas lutas não se restringiram apenas aos movimentos operários urbanos, mas abrange um amplo espectro de experiências de resistência.

Antes mesmo da industrialização no Brasil, a resistência à precarização e à exploração do trabalho já se fazia presente entre as pessoas escravizadas e, antes disso, entre os povos indígenas. O escravismo, enquanto forma extrema de precarização e desumanização do trabalho, gerou estratégias de enfrentamento por parte dos indígenas, africanos e seus descendentes.

Destaca-se, neste texto, uma forma significativa de resistência: os quilombos. Essas comunidades, formadas por escravizados que fugiam da condição de cativo, representavam espaços de liberdade, autonomia e organização social, onde se reconstruíam laços culturais e se desenvolviam formas alternativas de produção e vida (Moura, 2021).

Os quilombos não eram apenas refúgios, mas centros de resistência política e cultural, desafiando a lógica escravista e o poder colonial. Além dos quilombos, outras formas de resistência incluíam fugas individuais e coletivas, revoltas, sabotagens, e a manutenção de

práticas culturais e religiosas que subvertiam a ordem imposta. Exemplos importantes são as religiões de matriz africana e a capoeira.

A luta contra a precarização do trabalho atravessa a história do Brasil, desde as resistências de pessoas escravizadas até as paralisações no ABC paulista (1978-1980), constituindo o cenário dos obstáculos colocados pela uberização e pelos desdobramentos dialéticos dos trabalhadores em resistir à precarização uberizada. A exploração e a repressão, seja na era colonial, nas indústrias do século XIX ou nas plataformas digitais do século XXI, foram respostas constantes do capital à organização dos trabalhadores. No entanto, as lutas continuam, mas de forma atualizada.

Os movimentos, principalmente liderados por sindicatos e partidos políticos, sempre estiveram associados à luta por direitos fundamentais. Essas lutas foram essenciais para a obtenção de direitos e a melhoria das condições dignas de trabalho no país, mesmo que a precarização persista como uma realidade constante e ferramenta do capital, especialmente no contexto do trabalho uberizado.

É importante ressaltar que, embora esta análise se concentre no movimento sindical e nas lutas contra a precarização do trabalho no contexto industrial e pós-industrial, existem outros movimentos de trabalhadores de grande importância no Brasil, que também resistem à precarização e à exploração. Exemplos são o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

O MST, por exemplo, luta pela reforma agrária e pela garantia de direitos para os trabalhadores rurais, enfrentando a concentração de terras e a precarização das relações de trabalho no campo. O MTST, por sua vez, atua na luta por moradia digna e contra a especulação imobiliária, abordando a precarização das condições de vida nas cidades.

Neste ponto, além de mencionar o MST, destaca-se também a questão agrária no Brasil, entendida como categoria que compreende um conjunto de problemas ligados à estrutura fundiária, desigualdade social, desigualdade de gênero, desigualdade racial, conflitos no campo, entre outros, com raízes profundas na história do país. Nesse contexto, um dos principais problemas está na concentração de terras, em que uma parcela da elite detém grande parte das áreas rurais, enquanto um grande número de trabalhadores não possui terras.

A questão agrária tem profunda importância na história do país, principalmente quando se discute precarização do trabalho. No entanto, devido à necessidade de realizar recortes, optou-se por não a aprofundar, mas ressalta-se que os temas aqui analisados e discutidos estão profundamente imbricados com essa e outras questões.

Retomando as resistências operárias, destaca-se a greve das cigareiras em 1903 no Recife, liderada por mulheres demitidas por manifestações, onde reivindicavam o fim das penalidades por “falhas” na produção e a equiparação salarial com os homens (Souza, 2019). A greve, que se estendeu por 15 dias e envolveu 300 trabalhadoras e trabalhadores, levou a indústria a negociar, o que foi um progresso importante em um período em que os sindicatos eram criminalizados.

As trabalhadoras não só enfrentaram a exploração do trabalho, mas também a discriminação de gênero, evidenciando como as questões de gênero e a divisão sexual do trabalho estruturaram as abordagens de resistência e a organização dessas trabalhadoras (Saffioti, 1976; Souza, 2019).

Sempre houve uma dupla exploração das mulheres no mercado de trabalho: de classe e de gênero. A paralisação das fábricas têxteis apenas representou um marco na luta por direitos e no reconhecimento das mulheres no movimento operário do Brasil. Portanto, pode-se afirmar que existe uma dualidade na participação feminina no mercado de trabalho e no movimento sindical. A divisão de tarefas domésticas entre os gêneros dificulta a participação sindical feminina, reforçando a discriminação social que já sofrem. As cigareiras, ao se unirem coletivamente, confrontaram tanto a exploração de classe quanto as normas de gênero que as marginalizavam, destacando a interseccionalidade da luta (Saffioti, 1976; Souza, 2019).

A exclusão das mulheres nas estruturas do trabalho atua como um instrumento para amenizar as tensões do mercado, mantendo muitas mulheres economicamente inativas e prontas para serem mobilizadas de acordo com as demandas do capitalismo, ou seja, uma face do exército industrial de reserva (Saffioti, 1976). A luta das trabalhadoras evidencia a intersecção entre a exploração de classe e de gênero, enfatizando a importância de estratégias de resistência que levem em conta essas dimensões para atingir mudanças sociais significativas, além, é claro, da questão étnico-racial.

No começo do século XX, a organização de sindicatos e a realização de greves gerais fortaleceram o movimento operário no Brasil, como as ocorridas em 1917 e 1919. Junqueira (2020) ressalta que a greve geral de 1917, que começou também por mulheres em uma fábrica de tecidos em São Paulo, rapidamente se propagou para outras fábricas e cidades, interrompendo a produção industrial em várias partes do país. As demandas das trabalhadoras e trabalhadores englobavam a diminuição da carga horária, o pagamento em dia dos salários, a eliminação do trabalho infantil e a elevação do salário, revelando as condições de trabalho precárias que a classe operária enfrentava naquele período. A paralisação de 1917 representou um ponto fundamental na trajetória do movimento operário no brasileiro.

Araújo (2017) afirma que a resistência à precarização do trabalho também foi evidente no setor ferroviário. Em 1903, os trabalhadores de uma companhia britânica interromperam a circulação de trens por melhores salários. A mesma modalidade de greve ocorreu em janeiro de 1909, com os trens parados durante 12 dias. Em 1903, outra paralisação começou também em uma indústria têxtil, localizada no bairro das Laranjeiras na Cidade de São Paulo, e se propagou rapidamente para outras regiões da cidade. Esta paralisação foi marcada por agressões policiais. Este movimento levou à algumas vitórias para os trabalhadores, com profissões obtendo aumentos salariais e diminuição da carga horária (Addor, 2007).

Além do trabalho fabril, destacaram-se os movimentos compostos por funcionários do ramo hoteleiro no Rio de Janeiro. Esse centro cosmopolita serviu como um importante reduto para anarquistas e teve um papel importante nas greves que ocorreram na cidade na segunda metade do século XX. Os garçons, cozinheiros e lavadores de pratos, ocupações desempenhadas por muitos imigrantes galegos, lidavam com longas jornadas de trabalho, sem direito a descanso ou férias (Silva, 2010). Os imigrantes da Europa trouxeram consigo uma estrutura sindical que teve um impacto significativo no movimento operário brasileiro.

Embora as greves tenham surgido no começo do século XX como reação à industrialização desenfreada, na década de 1930 a resistência teve que se ajustar ao autoritarismo do Estado Novo (1937-1945). Durante esse período, o movimento operário no Brasil sofreu repressão ainda mais intensa. Soares (2019) ressalta que, mesmo com a repressão do regime varguista, existiram formas de mobilização dos trabalhadores, o que contradiz a percepção de que o movimento operário estava totalmente submetido ao cenário político da época.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a resistência brasileira à precarização do trabalho também se expressou em ações de oposição ao regime autoritário de Getúlio Vargas (1930-1945). Soares (2019) ressalta que, após o anúncio da guerra, as manifestações populares no Brasil não se restringiram a apoiar os Aliados, mas também evoluíram para movimentos de oposição ao regime varguista.

Em se tratando de autoritarismo, a repressão durante a ditadura militar (1964-1985) não acabou com as lutas, mas as reviveu. Conforme ressaltado por Ferreira (2013), as paralisações no ABC paulista representaram um marco na luta dos trabalhadores contra a exploração do trabalho e as condições desumanas impostas pelo regime. A paralisação dos metalúrgicos em São Bernardo do Campo marcou o começo de uma onda de greves que se disseminou por outras áreas do país, evidenciando a capacidade de mobilização dos trabalhadores brasileiros, mesmo diante de um cenário de repressão.

Paralelo à esse período, Ricardo Antunes (1991) afirma que “o novo sindicalismo, surgido no final dos anos 1970, representou uma ruptura com o sindicalismo tradicional e uma retomada das lutas operárias em um contexto de intensa repressão política” (p. 45). Antunes relaciona o novo sindicalismo com as greves do ABC, que trocaram o modelo peleguista⁷ por assembleias diretas e parcerias com movimentos sociais. Isso foi uma reação à precarização imposta pela ditadura e pela reestruturação produtiva capitalista que se beneficiava dela.

A resistência à precarização do trabalho no Brasil também se expressou na luta dos operários negros, marginalizados nas fábricas no começo do século XX. Conforme ressaltado por Nascimento (2016), a historiografia tradicional do movimento operário brasileiro negligenciou a existência e a resistência dos trabalhadores negros. Contudo, esses trabalhadores sempre se integraram em grupos para conquistar melhores condições de trabalho. A luta das pessoas escravizadas por liberdade na segunda metade do século XIX representou um capítulo significativo na história do movimento operário brasileiro, e a cultura política de resistência teve um impacto nas lutas subsequentes desses trabalhadores.

A exclusão dos trabalhadores negros do mercado formal de trabalho é um processo que revela as disparidades raciais e sociais do Brasil após a abolição. O racismo estrutural condenou as populações negras a ocupações mais precárias após a abolição, como nas docas do Rio de Janeiro, onde eram a maioria, mas foram marginalizados dos sindicatos brancos (Fernandes, 1964). Esses aspectos reverberam o mercado de trabalho até hoje, como apontado no segundo capítulo desta dissertação.

Contra-pondo-se aos exemplos dos movimentos sindicais abordados, encontra-se a crise do sindicalismo no Brasil, um fenômeno intrincado inserido em um cenário mundial de transformações produtivas, caracterizado pela flexibilização, precarização e privatização. Desde a década de 1980, nota-se, em países com economias capitalistas consolidadas, a diminuição na taxa de adesão sindical, indicando a diminuição do poder sindical. Contudo, o Brasil apresentava uma situação única, marcada por um ciclo de intensas lutas trabalhistas que levaram ao surgimento do denominado “novo sindicalismo”, marcado por uma mobilização mais ampla e conquistas relevantes para os trabalhadores (Antunes, 1991; Farias & Schmitz, 2024).

Desde a década de 1990, a conjuntura política e econômica do Brasil se alinhou cada vez mais com as tendências mundiais, com a intensificação do neoliberalismo, a chamada

⁷ O termo “peleguista” é utilizado no contexto do movimento sindical brasileiro para designar líderes sindicais que atuam em conluio com o patronato ou com o Estado, traindo os interesses da classe trabalhadora.

“década neoliberal”, e a aplicação de políticas de reestruturação produtiva. Este período intensificou a crise do sindicalismo no país, resultando na diminuição da densidade dos sindicatos e da quantidade de manifestações. O neoliberalismo debilitou os alicerces do sindicalismo tradicional, particularmente no setor privado, ao incentivar a flexibilidade nas relações de trabalho e a deterioração das condições de trabalho (Farias & Schmitz, 2024).

Recentemente, a taxa de sindicalização no Brasil atingiu seu nível mais baixo na história, com apenas 11,2% dos trabalhadores formalmente associados a sindicatos no ano de 2019. Essa diminuição é ainda mais notável no setor público, que costuma ter índices mais altos de sindicalização. A crise no sindicalismo não apenas revela as transformações do trabalho, mas também o desafio dos sindicatos em se ajustar a um contexto de precarização e informalidade (Farias & Schmitz, 2024).

A trajetória das resistências no Brasil demonstra tendências, já que a cada transformação do capital (industrialização, ditaduras, políticas neoliberais, entre outras), os trabalhadores também transformam seus métodos de resistência. Atualmente, no cenário da uberização, o desafio é parecido, ou seja, trata-se de organizar aqueles que estão isolados por algoritmos.

No entanto, ressalta-se que os movimentos políticos dos trabalhadores se atualizam no cenário da uberização do trabalho. A expansão e a superexploração conduzidas pelo trabalho mediado por plataformas limitam diversos movimentos, contudo, isso não elimina a possibilidade de reivindicar direitos e lutar por dignidade, na verdade, essa possibilidade apenas se atualiza.

3.3. Resistência à Precarização no Trabalho Uberizado: Da Organização Digital às Alternativas Coletivas

A resistência à precarização no trabalho uberizado desafia modelos tradicionais de organização sindical. Se nas fábricas do século XX as greves unificavam operários das linhas de produção, hoje entregadores por aplicativos, isolados devido ao funcionamento dos algoritmos, atualizam a luta coletiva. Como demonstram Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010), a precarização, ainda que estrutural, não é imutável; e seus enfrentamentos assumem outras formas.

Para que as lutas contra a precarização se tornem um horizonte, são necessários o resgate e a permanência da solidariedade de classe, da dignidade, do pertencimento social, da identidade profissional, da consciência política e de classe, como instrumentos contra os

desmontes do trabalho (Franco et al., 2010). Para esse fim, torna-se fundamental desnaturalizar a precarização e o sucesso como consequências da falta de esforço individual.

A meritocracia é a atualização da negação social do indivíduo e da ideologização do trabalho, a partir da expressão do sucesso ou do fracasso como únicos horizontes possíveis na realidade. Essa concepção produz o estado de conformação entre os trabalhadores, que não só acreditam no discurso ideológico meritocrático, como o reproduz. No entanto, cabe nesta discussão analisar a formação social e ideológica dessa estrutura no intrincado e perverso sistema capitalista.

Para entender como os entregadores assimilam e resistem à precariedade, a Psicologia Histórico-Cultural (Pereira, 2023) fornece apontamentos importantes: a consciência de classe surge primeiramente no âmbito coletivo (como nos fóruns online), antes de se manifestar individualmente. Isso esclarece como plataformas como *Facebook* e *WhatsApp*, originalmente instrumentos de controle, podem ser transformadas em ambientes de organização.

Portanto, é crucial entender a construção social e ideológica dos significados das resistências à precarização do trabalho. Esses sentidos estão inseridos e submetidos aos sistemas de dominação capitalista, portanto, também serão parte dos significados de resistência ou ausência dela no trabalhador.

Com base nisso, é possível identificar a definição de ideologia, isto é, as ideias que simbolizam o interesse de classe, o particular, em contraste com o universal. A estrutura ideológica da sociedade capitalista deve possibilitar a construção de signos que possibilitem a transformação psicológica dos indivíduos enquanto defensores da própria estrutura capitalista. Para isso, existe a estrutura neoliberal, que representa a ideologia política do modo capitalista de produção (Pereira, 2023).

A ideologia neoliberal, que naturaliza a precarização como desdobramento do mérito individual, é rejeitada pelas práticas coletivas dos entregadores de aplicativos. Embora no cenário de trabalho uberizado haja ultraexploração e a ausência de direitos, há possibilidades, ainda que a nível local, isto é, originadas de indivíduos ou coletivos pequenos, não representando transformações estruturais ou revoluções, mas possibilidades.

Um exemplo dessas opções são os fóruns virtuais, frequentemente usados por trabalhadores no capitalismo de plataforma, particularmente os trabalhadores uberizados nos EUA. Estes ambientes virtuais possibilitam a partilha de informações sobre temas como mudanças no funcionamento das plataformas, estratégias para aumentar os ganhos financeiros e desafios relacionados, sobretudo, aos clientes.

O *Turkopticon* (fórum para compartilhamento de experiências), desenvolvido por trabalhadores da *Amazon Mechanical Turk* (plataforma de microtarefas), desafia a lógica unidirecional de avaliação das plataformas: ao invés de serem classificados por algoritmos, são os empregadores que obtêm classificações por pagamento justo e respeito. No Brasil, apesar de não existir um equivalente oficial, grupos de *WhatsApp* de entregadores desempenham um papel parecido ao denunciar clientes que não dão gorjetas ou plataformas que cortam bonificações sem aviso prévio (Kalil, 2020).

Esses espaços virtuais são fundamentais para estabelecer solidariedade entre trabalhadores que, de outra maneira, estariam isolados devido à fragmentação do trabalho uberizado. No cenário brasileiro, há outras ferramentas online, como as redes sociais, que desempenham funções semelhantes, porém igualmente eficazes entre os trabalhadores.

As plataformas de mídia social, como *Facebook*, *Instagram*, *TikTok* e *WhatsApp* e *YouTube*, são empregadas como meios de comunicação instantânea e mobilização de trabalhadores através de aplicativos. Por exemplo, no Brasil, motoristas de aplicativos planejam greves e manifestações públicas através de grupos e publicações nessas redes, o que auxilia na unificação de trabalhadores que normalmente estão dispersos no ambiente urbano (Kalil, 2020).

Ao mesmo tempo que oferecem recursos para a disseminação de informações relevantes e a formação de movimentos coletivos em favor dos trabalhadores, as plataformas digitais também estão profundamente imersas nas contradições do capitalismo de plataforma. Por um lado, elas ecoam vozes marginalizadas e auxiliam na articulação de reivindicações trabalhistas; por outro, desempenham um papel essencial no processo de uberização, que deteriora as relações de trabalho e enfraquece direitos sociais.

A dualidade revela um paradoxo: as redes que auxiliam na resistência funcionam sob lógicas algorítmicas que intensificam a exploração do trabalho. Os algoritmos das plataformas digitais das *Big Techs* não são imparciais, já que são elaborados com base em interesses econômicos e de mercado, favorecendo a flexibilidade e a individualização das necessidades, no lugar de ações em grupo. Portanto, o instrumento que poderia emancipar o trabalhador também funciona como um mecanismo de controle, vinculado a uma ideologia que considera a precarização como algo inescapável.

Portanto, as mídias sociais têm o potencial de auxiliar ou prejudicar a classe trabalhadora. Além disso, apesar de possibilitarem o surgimento de movimentos, essas plataformas também impõem restrições às demandas dos trabalhadores devido à sua natureza

algorítmica mercadológica, independentemente de serem direcionadas a trabalhadores uberizados ou não.

Iniciativas provenientes da organização online, como fóruns e ferramentas de avaliação, podem funcionar como alicerce inicial, com potencial para resultar na criação de entidades coletivas organizadas, como sindicatos ou associações (Kalil, 2020). Levando em conta esse fator, é importante refletir sobre concepções que orientem a organização do trabalho de maneira independente, especialmente dos interesses das *Big Techs*. Scholz (2017) aborda o Cooperativismo de Plataforma, argumentando que, para combater a uberização do trabalho, é importante reorganizar a utilização das tecnologias. Em outras palavras, os trabalhadores não devem opor-se ao uso das tecnologias, mas sim incorporá-las na luta por direitos e dignidade.

Scholz (2017) sugere o Cooperativismo de Plataforma como uma opção à uberização, contudo, seus princípios encontram obstáculos para a aplicação prática. A tabela a seguir resume as propostas e contradições:

Tabela 4

Princípios do Cooperativismo de Plataforma

Princípios do Cooperativismo de Plataforma (Scholz, 2017)	
Propriedade compartilhada	A propriedade compartilhada de plataformas cooperativas tem o potencial de restaurar práticas de cooperação e alterar as interações digitais.
Remunerações justas e proteção ao rendimento	Sublinha a importância de um salário justo para que os empregados possam ter uma vida digna.
Transparência e portabilidade de dados	Transparência no processo de coleta, análise, estudo e venda dos dados.
Reconhecimento e apreciação	Remuneração pontual, comunicação eficaz entre empregados e plataformas, e esclarecimentos em caso de dispensas.
Trabalho codeterminado	Participação ativa dos empregados em todos os processos de produção e etapas do trabalho.
Proteção jurídica adequada	Estrutura jurídica que favoreça o funcionamento de cooperativas.
Proteções trabalhistas portáteis e benefícios	Portabilidade de benefícios trabalhistas, ou seja, que permaneçam inalterados caso haja alteração na atividade.
Proteção contra comportamento arbitrário	Criar sistemas de reputação e identidades independentes, que se distanciem dos mecanismos abusivos e sem transparência das plataformas.
Rejeição de vigilância excessiva	Proibição de monitoramento excessivo como instrumento de controle.
O direito de se desconectar do trabalho	Oportunidade de descanso, livre de penalidades arbitrárias das plataformas, seja por não estar em atividade ou por recusar certas entregas ou viagens.

Apesar das dificuldades de concorrência em um contexto dominado pelas *Big Techs*, esses princípios inspiram experiências como a cooperativa de entregadores *Fairwork* na Alemanha, que administra seu próprio aplicativo com jornadas de trabalho de 6 horas e salário-

mínimo assegurado (Scholz, 2020). No Brasil, projetos parecidos enfrentam a escassez de recursos e a concorrência desleal das plataformas.

Estes princípios ressaltam outras maneiras de empregar as tecnologias no trabalho uberizado, que podem ser entendidas e aplicadas para resistir ou modificar a realidade do trabalho mediado por plataformas. Frequentemente, as normas arbitrárias estabelecidas pelas empresas-plataformas se apresentam incontornáveis, muito por causa da concepção fatalista de que não se pode lutar ou agir contra as corporações. Contudo, conforme indicam os princípios, é claro que algumas ações são possíveis.

A precarização estrutural do trabalho uberizado, caracterizada pela falta de mediações formais, sejam elas públicas ou privadas, requer a reformulação dos modelos convencionais de organização e mobilização coletiva. Neste cenário, modelos tradicionais, como o sindicalismo, não conseguem lidar com as necessidades difusas e a fragmentação intrínseca a essa força de trabalho. No entanto, isso não implica que os sindicatos sejam desnecessários, mas que as respostas emergentes costumam surgir em ambientes alternativos, seja por meio de coletivos informais, conexões digitais ou processos judiciais coletivos (Abílio, Amorim & Grohmann, 2021; Tonelo, Silva & Framil Filho, 2022). Essas ações, apesar de frequentemente serem complementares às lutas sindicais (ou até mesmo impulsionadas por elas), demonstram uma reinvenção da ação coletiva em áreas onde a regulação não opera e a exploração se torna natural.

O movimento #BrequeDosApps em 2020, a maior greve de entregadores da América Latina, ilustra as potencialidades das plataformas digitais. Organizado através de grupos de *WhatsApp*, o movimento reuniu 5 mil trabalhadores em 10 cidades do Brasil para reivindicar o aumento nas tarifas e o fim dos bloqueios arbitrários (Abílio et al., 2021). O método conhecido como “breque”, que interrompe o fluxo de entregas em horários de pico, demonstra como a fragmentação do trabalho através de aplicativos pode ser usada contra ela mesma (Abílio, Amorim & Grohmann, 2021; Tonelo, Silva & Framil Filho, 2022).

A reboque dos movimentos alternativos aos sindicatos, no contexto contemporâneo, pode-se citar o antitrabalho, que como o próprio nome aponta, são iniciativas, coletivas ou individuais, que servem para minimizar os efeitos da ultraprecarização, seja no contexto do trabalho formal, desdobrado na atualidade com o contexto corporativo, ou no próprio trabalho uberizado.

Apesar das diferenças metodológicas, o #BrequeDosApps e as estratégias antitrabalho revelam uma mesma lógica de resistência ajustável no capitalismo de plataformas: a capacidade de transformar as ferramentas da precarização em instrumentos de luta. Se o

movimento dos entregadores evidenciou como a fragmentação do trabalho pode se transformar em poder coletivo, as práticas antitrabalho mostram a resistência diária, como a diminuição da produtividade ou a utilização de falhas algorítmicas para contornar objetivos abusivos.

A tabela a seguir ilustra como as possibilidades antitrabalho emergem como formas de resistência à precarização do trabalho, refletindo insatisfações com as condições de trabalho e a busca por mudanças nos contextos de trabalhos atuais.

Tabela 5

Possibilidades Antitrabalho: Formas de Resistência à Precarização do Trabalho

Possibilidades Antitrabalho: Formas de Resistência à Precarização do Trabalho (Magri, 2022)		
Possibilidade	Conceito	Utilidade no Contexto da Uberização
Pedidos de demissão ou descadastramento	Trabalhadores pedem demissão ou cancelam seus cadastros para resistir às práticas abusivas.	Trabalhadores uberizados acabam tendo as possibilidades reduzidas devido à hegemonia de determinados aplicativos.
Compartilhamento de Experiências	Compartilhamento de histórias pessoais sobre más condições de trabalho.	Fortalece a solidariedade de classe e aumenta a visibilidade das más condições de trabalho
Questionamento do propósito do trabalho	Reflexões sobre o sentido do trabalho e sua relação com a vida pessoal.	Reflete a insatisfação com a precarização.
Organização de Ações Coletivas	Participação em greves e apoio a movimentos coletivos, formais ou não.	Apesar das dificuldades de organização coletiva dos trabalhadores uberizados, elas têm a possibilidade de ocorrer.
Crítica à cultura do lucro das empresas-plataformas	Oposição à priorização do lucro em detrimento do bem-estar dos trabalhadores.	Reflete a exploração no modelo de plataforma.
Denúncia de abusos e violências	Exposição de casos de assédio e violências pelos trabalhadores, no cotidiano do trabalho em meios digitais.	Comum no contexto do trabalho uberizado, porém frequentemente invisibilizado.
Resistência à disponibilidade constante (<i>just-in-time</i>)	Rejeição à cultura de disponibilidade 24 horas por dia, principalmente a disponibilidade não remunerada.	Embora seja difícil de aplicar no contexto da uberização, é uma reivindicação dos trabalhadores.
Busca por autonomia e liberdade	Reflexões sobre a possibilidade de trabalhar sem estar submetido à lógica do algoritmo no trabalho uberizado.	Reflete a busca por flexibilidade, que se configura uma contradição.
Crítica à exploração do trabalho	Questionamento da exploração de trabalhadores essenciais e os baixos salários oferecidos para o desempenho das funções.	Reflete a precarização do trabalho uberizado.

Apesar disso, em ambos os casos, o breque e o antitrabalho, os trabalhadores se deparam com o mesmo problema: a ausência de institucionalização dessas resistências, tornando-as suscetíveis à repressão das plataformas (como o bloqueio de contas) ou à captura pelo aspecto financeiro (por exemplo, os trabalhadores que fura a greve por conta dos bônus e promoções fornecidos pela plataforma durante a greve). A tensão entre ação coletiva temporária (como o

bloqueio) e sabotagem silenciosa (como o antitrabalho), formas ativas e passivas de resistência, destaca as restrições e as oportunidades da organização na uberização, porém, para a persistência das conquistas são necessárias estruturas que superem a lógica das plataformas, e alcancem esferas político-jurídicas, por exemplo (Duarte, 2020).

Segundo Branco e Silva (2024), a luta dos entregadores por melhores condições de trabalho não se restringe ao ambiente virtual, mesmo que este seja um mecanismo importante de interações. Grupos como “Os Entregadores Antifascistas” e o “Treta no Trabalho” se originaram, inicialmente, nas redes sociais. No entanto, suas ações muitas vezes ultrapassam o ambiente digital resultando em manifestações como buzinações, motociatas e até mesmo ações diretas em resposta à violência sofrida pelos trabalhadores.

Existem movimentos em ascensão, tanto no Brasil quanto globalmente, para o desenvolvimento de alternativas, como cooperativas e plataformas autogeridas (cooperativismo de plataforma), onde os próprios trabalhadores gerenciam o trabalho e a distribuição dos ganhos. A FENAMOTO (Federação Nacional de Motociclistas Profissionais e Autônomos), associada à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística (CNTTL), ilustram essa tendência ao promover a criação de cooperativas de plataforma que questionam o modelo convencional das grandes empresas de entrega (Barbosa, 2020).

Iniciativas como a Despatronados (Rio de Janeiro), a *Señoritas Courier* (São Paulo), evidenciam que é possível criar modelos equitativos e democráticos. Igualmente, a *Feme Express*, composta por motociclistas da Grande São Paulo, destacam a luta pela inclusão e igualdade de gênero em um cenário predominantemente masculino (Barbosa, 2020).

Simultaneamente, existem organizações sindicais tradicionais, como a Associação dos Motofretistas de Aplicativos e Autônomos do Brasil (AMABR), o Sindicato dos Motoboys de São Paulo (SindimotoSP), o Sindicato dos Condutores de Veículos de Duas Rodas do Estado de Goiás, que visam pela proteção dos direitos dos trabalhadores. Em se tratando de cooperativas existe a *Fastrack* (São Paulo) e a Cooperativa dos Condutores de Motocicletas do Estado de Goiás (COOPMEGO). O surgimento de cooperativas, sindicatos e grupos autogeridos, indica possibilidades de transformações estruturais de gerenciamento do trabalho. Esta dinâmica mostra um panorama variado, onde os entregadores não só protestam contra as injustiças do modelo atual, mas também criam e aplicam alternativas.

No campo da ação política dos trabalhadores, existem diferenças fundamentais na abordagem das reivindicações entre os grupos de espaços virtuais e os sindicatos. Exemplo disso, está na unificação das duas esferas de reivindicações, informais ou formais. Para que

estejam em constante comunicação, como no próprio exemplo do #BrequeDosApps, onde, para a realização de ações, os sindicatos tradicionais financiaram e contribuíram para a realização das ações.

Enquanto sindicatos focam em ações judiciais por reconhecimento de vínculo empregatício, os coletivos priorizam estratégias de confronto direto, como motociatas em frente à sede da iFood. Essas abordagens, porém, são complementares: nas paralisações de 2022, ambas as frentes atuaram em conjunto (Branco & Silva, 2024).

Diante disso, torna-se importante também a consolidação de relações orgânicas com movimentos e causas sociais, para que se possa fugir dos temas exclusivamente econômicos. As pautas de gênero, classe, questões étnico-raciais, questões ambientais e outras, são fundamentais nas lutas por direitos trabalhistas, dignidade e pela democracia (Branco & Silva, 2024).

Os trabalhadores devem fortalecer as lutas em torno de sindicatos, assim como do Ministério Público do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho, Superintendências Regionais do Trabalho, Rede Nacional de Saúde do Trabalhador (por meio dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST), Programas de Saúde do Trabalhador, entidades governamentais e não governamentais voltadas para a proteção do trabalho, Políticas Públicas de Atenção Primária em Saúde, Políticas Públicas de Atenção Psicossocial em diversos níveis, Universidades Públicas e Privadas, além de outras entidades (CFP, 2010; Franco & Seligmann-Silva, 2010).

Os direitos socialmente conquistados devem ser preservados e ampliados. Consequentemente, esse processo inclui diversos desafios. A construção histórica do fatalismo e desesperança de camadas sociais é combustível para a degradação dos seus próprios direitos. A despolitização das pautas sociais, principalmente do trabalho, torna-se uma ferramenta de manutenção do poder (Franco & Seligmann-Silva, 2010).

As resistências dos entregadores por aplicativos (dos fóruns online ao #BrequeDosApps), demonstram que a precarização não é um beco sem saída. Se o sindicalismo tradicional apresenta dificuldades para alcançar esses trabalhadores, as estratégias digitais e movimentos antitrabalho apontam para atualizações das formas de reorganização o trabalho. Como afirma Mészáros (2011), a superação do capitalismo exigirá criatividade política, pois não basta adaptar velhas estruturas, é preciso reinventar a luta coletiva ao contexto contemporâneo.

Capítulo 4. Aspectos Psicossociais da Uberização: Considerações a partir dos Sentidos e Significados do Trabalho de Entregadores por Aplicativo

*E flutuou no ar como se fosse um príncipe
E se acabou no chão feito um pacote bêbado
Morreu na contramão atrapalhando o sábado*
(Chico Buarque de Holanda, 1971, Construção)

*Há aqueles que lutam um dia; e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam anos; e são melhores ainda;
Porém há aqueles que lutam toda a vida; esses são os imprescindíveis.*
(Bertolt Brecht, poema “Os que lutam”)

4.1. Introdução

Neste capítulo serão buscados os fundamentos conceituais, a organização dos núcleos de significação e a abordagem metodológica utilizada na análise dos dados. Assim, o foco está na exploração aprofundada dos aspectos psicossociais da uberização, particularmente a partir dos sentidos e significados atribuídos às formas de resistências às precarizações do trabalho uberizado. Este capítulo não apenas aprofunda a discussão sobre as complexas relações entre o indivíduo e o trabalho no cenário contemporâneo da economia de plataforma, mas também busca desvelar as contradições e os desafios imediatos e estruturais enfrentados por esses trabalhadores.

A relevância desta análise reside na capacidade de superar a simples descrição dos fenômenos, buscando a compreensão mais aprofundada das dinâmicas que constituem a experiência do trabalho em um contexto de extrema precarização e controle algorítmico. Ao discutir as perspectivas teóricas e os dados empíricos, este capítulo visa oferecer contribuição para as complexidades dos processos psicossociais e a subjetividade do trabalhador uberizado, além de fomentar reflexões sobre as possibilidades de resistência e transformação social.

4.2. Conceitos Fundamentais

Para construir a compreensão dos fenômenos das entrevistas realizadas com os motoboys, a presente pesquisa busca um arcabouço teórico que promove o diálogo entre a Psicologia Histórico-Cultural (PHC) e a Psicologia da Libertação. No âmbito da Psicologia Histórico-Cultural, a Teoria da Atividade (Leontiev, 2004) emerge como fundamento, servindo como mola mestra para a análise das mobilizações dos trabalhadores uberizados. Essa teoria, desenvolvida por Leontiev, a partir das postulações de Vigotski, proporciona o instrumental conceitual para analisar a estrutura e a dinâmica da atividade humana, compreendendo-a como um sistema complexo de ações orientadas por motivos e objetivos. A partir dessa perspectiva, é possível discutir as intrincadas relações que permeiam o trabalho uberizado.

Entre os conceitos importantes para a compreensão do trabalho uberizado está a alienação, pois este conceito pode ser compreendido como a ruptura entre o significado social do trabalho e o sentido pessoal que o indivíduo atribui à sua própria atividade (Leontiev, 2010). No contexto da uberização, a alienação se manifesta de múltiplas formas, desde a despersonalização do trabalho, onde o entregador se torna gerenciado e submetido ao algoritmo, até a perda de controle sobre os processos e os produtos do seu próprio trabalho.

A fragmentação das tarefas, a invisibilidade das relações de trabalho e a ausência de reconhecimento social contribuem para que o trabalho, que deveria ser fonte de realização e desenvolvimento, se transforme em uma atividade esvaziada de sentidos, gerando o estranhamento do trabalhador em relação a si mesmo, ao produto do seu trabalho e à sua classe. A alienação, portanto, não é apenas um conceito teórico, mas uma experiência vivencial dos entregadores, que percebem a desconexão entre o seu trabalho e o valor gerado, bem como a ausência de um motivo em sua atividade para além da subsistência.

Outro conceito fundamental desta análise é o Fatalismo, que pode ser entendido como uma expressão ideológica da dominação capitalista. Ele se manifesta na internalização da crença de que as condições de opressão são imutáveis, naturais ou inevitáveis, reduzindo a capacidade dos indivíduos de conceberem e agirem em direção à transformação social (Martín-Baró, 2017). No trabalho dos entregadores uberizados, o fatalismo se traduz na descrença e na desconfiança na efetividade das manifestações e das ações coletivas. A fala de um dos entrevistados, “Não muda nada [...]” (Entrevista 19), é um exemplo dessa percepção.

Apesar da observação do fatalismo enquanto ideias, sentimentos e comportamentos, que se atualizam de formas específicas em direção à concepção de vida predestinada, resignação, conformismo e submissão (Martín-Baró, 2017), observa-se uma importante contradição: os entregadores, ou ao menos parte considerável deles, resistem. Essa resistência se desdobra na forma de ações, manifestação e protestos frequentes, incluindo atos organizados

contra as empresas-plataforma, além da solidariedade cotidiana entre trabalhadores da mesma categoria. Com isso, nesta análise destaca-se o fatalismo, mas também o seu oposto, isto é, formas de resistências ativas e passivas contra a precarização (Duarte, 2020).

Com isso, destaca-se que a resignação, o conformismo e a submissão não são inatos, mas construídos e reforçados pelas estratégias das empresas-plataformas para desmobilizar e individualizar as resistências, além das experiências e tentativas frustradas de mudanças. O fatalismo não é uma característica individual, mas um fenômeno psicossocial que reflete a eficácia das estruturas de poder em deslegitimar e desarticular as iniciativas de organização e luta dos trabalhadores (Martín-Baró, 2017). A superação do fatalismo, portanto, exige a construção de narrativas e experiências coletivas que possam restaurar a esperança e a crença na capacidade de transformação.

Diante desta realidade, as resistências coletivas tornam-se contraposições ao fatalismo e à alienação, pois a resistência coletiva emerge como fundamento para compreensão das tentativas dos trabalhadores de reintegração de sentidos e a superação da fragmentação da consciência. A resistência não se limita a atos de confronto, ela abrange diversas ações, desde a organização de paralisações e manifestações até a criação de redes de apoio informais e a partilha de informações sobre as melhores estratégias para lidar com os algoritmos. É por meio da ação coletiva que os trabalhadores podem superar a lógica da individualização imposta pela uberização capitalista e construir um senso de pertencimento e solidariedade.

Contribuindo com o conceito de resistência coletiva, estão as mediações coletivas, como aponta Fernandes (2022), que são estratégias e processos que permitem a transição da consciência individual para a ação política. No contexto da uberização, onde a comunicação e a organização são dificultadas pela natureza fragmentada do trabalho, as mediações coletivas assumem papel ainda mais importantes. Elas podem se manifestar através de grupos de mensagens, associações de entregadores, sindicatos, ou mesmo encontros informais que permitem a troca de experiências, a identificação de problemas comuns e a formulação de estratégias conjuntas. Essas estratégias são a força motriz que transforma a insatisfação individual em força política, capaz de desafiar as estruturas de poder e promover mudanças nas relações de trabalho.

Esses conceitos, intrinsecamente interligados, dialogam de forma direta e profunda com os indicadores empíricos que surgiram da análise das entrevistas. A presente investigação revela como a precarização extrema do trabalho uberizado, aliada à lógica do neoliberalismo, atualiza-se na fragmentação da consciência dos trabalhadores e na individualização de suas resistências. A ausência de vínculos formais, a lógica dos algoritmos e a constante pressão por

produtividade contribuem para um cenário onde cada trabalhador se percebe de forma individualizada em suas lutas.

No entanto, esta análise não se restringe a diagnosticar os problemas, pois ela também aponta caminhos para a reorganização do trabalho. Esses caminhos se fundamentam na construção de motivos socialmente compartilhados (Asbahr, 2005), que são essenciais para enfrentar o estado atual da exploração do trabalho. A identificação de motivos coletivos e a valorização da solidariedade podem contribuir com a superação da lógica da individualização.

Além dos conceitos apresentados, existem outros com grande importância, como o conceito de Mediação Instrumental (Vigotski, 1993) e Escravidão Digital (Antunes, 2018). Estes conceitos são articulados no segundo núcleo de significação, intitulado “Exploração do trabalho e controle algorítmico”. A mediação instrumental, na perspectiva vigotskiana, refere-se ao uso de ferramentas e signos para mediar a relação do ser humano com o mundo e com os outros. No contexto da uberização, o aplicativo e o algoritmo funcionam como as principais ferramentas de mediação do trabalho. No entanto, essa mediação assume uma dupla forma: se, por um lado, possibilita a realização do trabalho e a conexão entre entregadores, restaurantes e consumidores; por outro, transforma-se em um mecanismo de controle.

A Escravidão Digital, por sua vez, descreve a condição em que a tecnologia, que deveria, em tese, servir como ferramenta para a liberdade e autonomia, torna-se instrumento de dominação e exploração (Antunes, 2018). Essa contradição é ilustrada pela tensão entre a liberdade aparente e o controle real, expressa na fala do trabalhador: “Querem é ter liberdade de escolher”. A promessa de autonomia feita pelas empresas-plataformas, conflita com a realidade de um controle algorítmico que determina rotas, tarifas e avaliações, limitando a capacidade de decisão do entregador.

A resistência à precarização, portanto, não pode se dar apenas no plano individual, ela exige a construção de novas mediações coletivas que sejam capazes de reposicionar o trabalho uberizado, transformando as ferramentas de controle em instrumentos emancipatórios (Branco & Silva, 2024). Isso implica em repensar a tecnologia não como um fim em si mesma, mas como um meio para a construção de relações de trabalho igualitárias.

A Fragmentação do Trabalho (Leontiev, 2004) e o Drama do Desenvolvimento Psíquico em uma perspectiva vigotskiana (Delari Júnior, 2011), são conceitos abordados no terceiro núcleo de significação, denominado “Contradições do trabalho formal”. A fragmentação do trabalho, na perspectiva de Leontiev, refere-se à divisão do processo de trabalho em tarefas cada vez mais divididas e ausentes de sentidos para o trabalhador, o que impede a apreensão do produto final e a compreensão do significado social de sua atividade.

No contexto da uberização, essa fragmentação é exacerbada pela natureza atomizada das entregas. O conceito vigotskiano de drama do desenvolvimento psíquico, por sua vez, descreve os momentos de crise e transformação na vida do indivíduo, nos quais as contradições entre as novas necessidades e as formas de satisfazê-las impulsionam o desenvolvimento. A suposta escolha entre o trabalho formal e o trabalho uberizado, que à primeira vista poderia parecer uma forma de liberdade, revela-se, na verdade, como uma expressão das contradições estruturais inerentes ao capitalismo (Delari Júnior, 2011).

O trecho síntese “Não valeria a pena [...]” captura a percepção aguda do trabalhador sobre a precarização presente em ambos os modelos de trabalho: formal e uberizado. Essa percepção desvela a realidade onde a posse de direitos trabalhistas, por si só, não é suficiente para garantir condições dignas de existência.

A análise desses conceitos permite compreender que a escolha entre o trabalho formal e o uberizado não é livre, mas uma decisão condicionada por um sistema que precariza ambas as modalidades, forçando os trabalhadores a optar pelo “menos pior” em um cenário de exploração generalizada. O drama do desenvolvimento psíquico, nesse contexto, se manifesta na luta interna dos trabalhadores para encontrar sentido e dignidade em um trabalho que, em suas diferentes formas, nega o desenvolvimento humano pleno e integral.

Os conceitos de Violência Estrutural (Minayo, 1994) e Produção Imaginária (Pino, 2016) são analisados de forma crítica no quarto núcleo de significação, intitulado “Condições de trabalho e violências”. A violência estrutural, na concepção de Minayo (1994), refere-se às formas de violência que são intrínsecas à própria estrutura social, manifestando-se através de desigualdades, exclusão e privação de direitos. No trabalho uberizado, essa violência se expressa não apenas em agressões físicas diretas, como as relatadas pelos entregadores (“[...] arma na cabeça”), mas também em violências simbólicas, como o tratamento desrespeitoso (“trata com ignorância”). Essas agressões são sintomas da precarização das relações de trabalho no capitalismo de plataforma, onde a vida e a integridade do trabalhador são secundarizadas.

A Produção Imaginária, conceito abordado por Pino (2016), refere-se à forma como os indivíduos constroem suas representações da realidade, influenciadas por ideologias dominantes. No caso dos entregadores, a narrativa de “liberdade” e “autonomia” promovida pelas plataformas contrasta com a realidade de exploração e violência. Essa dinâmica demonstra a natureza histórica e classista da violência no trabalho uberizado.

No quinto e último núcleo de significação, denominado “Alternativas ao trabalho uberizado e desconfiança”, o conceito de Atividade Criadora de Vigotski (2009) é explorado em suas duas dimensões fundamentais: a reprodutiva e a combinatória. A dimensão reprodutiva

da atividade criadora refere-se à capacidade do indivíduo de se adaptar às condições existentes, reproduzindo padrões e comportamentos já estabelecidos. No contexto da uberização, isso se manifesta na conformidade com as regras das plataformas e na busca por estratégias individuais para otimizar os ganhos dentro do sistema.

A dimensão combinatória, por sua vez, diz respeito à capacidade de construir novas realidades, de combinar elementos existentes de formas diferentes para gerar algo novo. É nessa dimensão que reside o potencial de superação da precarização e de construção de alternativas ao modelo uberizado.

Este núcleo também revisita o conceito de alienação do trabalho (Marx, 2004), mas a partir da ótica das possibilidades de superação. A partir da análise dos cinco núcleos de significação, torna-se evidente a importância de cada um dos conceitos abordados, mas, destacam-se, as bases preconizadas por Marx e seu caráter incontornável para o reconhecimento das contradições inerentes ao sistema capitalista. A obra marxiana oferece as ferramentas analíticas para a defesa intransigente da classe trabalhadora e para a produção de resistências efetivas à precarização do trabalho.

Dentre os conceitos marxianos, a alienação se destaca como fio condutor recorrente nas análises. A alienação, nesse sentido, não se trata apenas de um caráter ontológico, mas um processo dinâmico que exige ser compreendido para que as estratégias de resistência possam ser transformadoras. A atividade criadora, portanto, é a chave para que os trabalhadores possam transcender a alienação e construir um horizonte onde o trabalho seja fonte de dignidade e realização, e não de exploração e sofrimento.

4.3. Metodologia dos Núcleos de Significação

Sobre a forma como foram feitos os núcleos de significação desta análise, ou seja, o método, foram utilizadas 19 entrevistas de entregadores da cidade de Goiânia-GO. Essa escolha deu-se pelo fato de o autor ter participado diretamente da realização das entrevistas mencionadas, assim como das transcrições, processo que foi realizado em conjunto com outros(as) pesquisadores(as), totalizando dois (2) mestrados do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás (PPGP-UFG) e quatro (4) graduandas do curso de Graduação em Psicologia da UFG.

Foram realizadas entrevistas em profundidade por permitirem a apreensão dos valores, crenças e significados atribuídos pelos trabalhadores a um determinado fenômeno (Minayo, 1996). As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. Além disso, foram adotados

procedimentos éticos para garantir tanto a voluntariedade da participação quanto a confidencialidade dos dados e a identidade dos participantes. Um dos procedimentos foi informar, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A), desde os primeiros momentos, ao possível participante, sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos para coleta e análise dos dados, bem como seus destinos, alertando-o sobre a possibilidade de desistência a qualquer momento da pesquisa.

As entrevistas em profundidade, realizadas junto aos trabalhadores cadastrados em plataformas digitais, foram conduzidas com o apoio de instrumental previamente elaborado (Anexo B), como parte da pesquisa Nexos da Uberização. O referido projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, e apresenta como Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): 66951022.2.0000.5083, validando os procedimentos mencionados. Para os critérios de inclusão dos participantes, assumiu-se que os trabalhadores:

- a) estivessem com seus cadastros ativos em ao menos uma plataforma digital;
- b) estivessem realizando atividade de entrega ou transporte de passageiros em plataforma digital há pelo menos um mês;
- c) tivessem realizado ao menos uma entrega ou transporte de passageiro durante os últimos sete dias que antecederam a pesquisa;
- d) realizassem entregas ou transporte de passageiros em Goiânia-GO.

Como critérios de exclusão, assumiu-se:

- a) trabalhar como entregador apenas com vínculo trabalhista com uma empresa que não seja empresa-plataforma;
- b) trabalhar há menos de um mês nessa atividade;
- c) não ter realizado atividade de entrega ou transporte de passageiros na última semana.

Para a análise dos dados coletados durante as entrevistas com os trabalhadores, foi utilizada como proposta metodológica os Núcleos de Significação, fundamentais para instrumentalizar o pesquisador no processo de apreensão dos sentidos e significados construídos pelo sujeito frente à realidade. Essa abordagem busca superar a mera descrição empírica das palavras, visando alcançar a compreensão das mediações sociais e históricas que configuram as significações. O processo de análise parte dos significados aparentes das palavras, avança em direção aos sentidos mais profundos e instáveis, que são construídos na articulação dialética entre pensamento e linguagem (Aguilar, Soares & Machado, 2015).

A proposta dos Núcleos de Significação nesta pesquisa foi operacionalizada em cinco etapas:

1ª etapa: leitura flutuante, recorte e destaque dos trechos das entrevistas de acordo com o objetivo pretendido;

2ª etapa: identificação dos pré-indicadores, por meio de destaques nos trechos das entrevistas;

3ª etapa: construção dos indicadores e conteúdos temáticos, a partir de comentários sobre os pré-indicadores (trechos destacados);

4ª etapa: construção dos núcleos de significação;

5ª etapa: Análise dos núcleos de significação (intranúcleos e internúcleos).

Na primeira etapa, realizou-se a leitura flutuante das entrevistas, paralelamente ao recorte e destaque dos trechos relevantes, com base no objetivo de investigar os sentidos e significados das resistências ao trabalho uberizado. Na segunda etapa, o pesquisador identificou palavras ou trechos das falas que revelam indícios das formas de pensar, sentir e agir dos indivíduos, considerando o contexto histórico e social em que estão inseridos. Na terceira etapa, os pré-indicadores foram articulados com base em critérios de similaridade, complementaridade e contraposição, resultando na formação de indicadores que expressam relações mais complexas e contraditórias. Na quarta etapa, os indicadores foram sintetizados em núcleos de significação, que representam uma abstração superior e permitem ao pesquisador alcançar a compreensão concreta dos sentidos constituídos pelo sujeito. Na quinta e última etapa, foi realizada a análise e articulação internúcleos e intranúcleos, com os pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural e outras teorias importantes (Aguiar, Soares & Machado, 2015; Vargas, 2014).

Os Núcleos de Significação, portanto, não se limitam a uma análise superficial das palavras, mas buscam revelar as contradições e mediações que configuram o processo de significação. Eles são entendidos como um momento superior de abstração, no qual as partes (palavras e indicadores) são articuladas dialeticamente para formar uma síntese que avança em direção ao concreto pensado. Essa abordagem metodológica permite ao pesquisador apreender não apenas os significados aparentes, mas também as zonas de sentido, que são construídas na atividade social e histórica do sujeito, contribuindo para uma análise crítica e contextualizada da realidade (Aguiar, Soares & Machado, 2015).

Agora sobre o tratamento dado às entrevistas em si, destaca-se que elas foram realizadas ao longo do segundo semestre de 2023, em diferentes localidades da cidade de Goiânia, onde se julgou que haveria a presença de trabalhadores que atendessem aos critérios de inclusão para a pesquisa, mencionados no percurso metodológico. Após a coleta, os áudios das entrevistas foram distribuídos entre os pesquisadores e a coordenadora da pesquisa local, para a transcrição.

As tentativas, erros e acertos durante o processo de realização das entrevistas foram compartilhados pelo grupo de pesquisadores, presencialmente e por aplicativo de mensagens. Os desafios encontrados foram diversos, tendo em vista a dinâmica do funcionamento do trabalho dos motoboys. Por isso, a realização das entrevistas demandou tempo, disponibilidade, adaptação, insistência e paciência. As entrevistas foram tentadas e realizadas principalmente nas proximidades de restaurantes, lanchonetes, parques, centros comerciais, durante o dia e à noite.

Observou-se alguns receios e desconfianças, verbalizados por alguns dos entregadores, devido à aproximação dos pesquisadores, pois foram, em algumas ocasiões, interpretadas como outras abordagens comuns do cotidiano. Além disso, outras dificuldades estavam relacionadas à duração da entrevista, os chamados para entregas feito pelo aplicativo e a finalidade da coleta dessas informações. Após as devidas orientações e a ciência do que consta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A), a Entrevista em Profundidade (Anexo B), foi possível de ser aplicada, e os áudios gravados. As dificuldades devem-se também a outros pontos, como o ruído causado pelo trânsito captado nos áudios. Apesar disso, todos os obstáculos foram analisados, discutidos e contornados.

O roteiro para as entrevistas em profundidade (Anexo B) foi estruturado a partir de seis eixos temáticos, que são: trajetória laboral; sentido, significado e emoções relacionadas ao trabalho; os sentimentos em relação às organizações representativas dos trabalhadores; percepções sobre os direitos trabalhistas; vulnerabilidade e saúde no trabalho; e projetos laborais. A partir dos eixos mencionados, a entrevista apresenta 26 perguntas, divididas em oito tópicos, que são: trajetórias de trabalho (1ª pergunta); contexto de trabalho (2ª à 8ª perguntas); liberdade no trabalho (perguntas 9 e 10); saúde e adoecimento no trabalho (11ª pergunta até 15ª); sentido e significado do trabalho e do dinheiro (16ª pergunta até 19ª pergunta); significado do trabalho como entregador por aplicativo (20ª pergunta até 22ª pergunta); projeto laboral (23ª pergunta); e, por último, sentido e significado dos direitos, mobilizações e organizações dos trabalhadores. Além disso, foi aplicado um questionário sociodemográfico, que conta com 14 itens.

Considerando-se os objetivos desta pesquisa, foram analisadas as respostas às perguntas 24, 25 e 26 para a construção dos núcleos. Essas perguntas abordam os “sentidos e significados dos direitos, mobilizações e organizações dos trabalhadores”, por meio de reportagens veiculadas em portais eletrônicos de notícias, envolvendo temas do trabalho dos entregadores por aplicativos, exibindo a manchete e um breve trecho que contextualiza a notícia. As referidas reportagens podem ser encontradas no Anexo B desta dissertação. No entanto, ressalta-se que

a ilustração de temas e discussões, por meio das falas dos trabalhadores, foi feita com respostas a outras perguntas do questionário.

4.4.1. Núcleo 1: Mobilizações dos trabalhadores e formas de resistência

Trecho síntese: “*Cara, não muda nada! Não muda nada!*” (Entrevista 19)

4.4.1.1. Os Sentidos das Lutas Coletivas dos Trabalhadores Uberizados: Fatalismo e Alienação

As participações e experiências em manifestações (Indicador 1), que destaca relatos voltados para as reivindicações por melhores condições aos trabalhadores uberizados, relaciona-se à consciência como produto da atividade coletiva. No entanto, o fatalismo sobre a efetividade das manifestações (Indicador 2) pode ser compreendido como um desdobramento da alienação, onde o trabalhador não vê a conexão entre suas ações (reivindicações) e transformações concretas (melhores condições de trabalho). Além disso, assim como relatado pelo Entrevistado 1: “Não! Eu creio que o... os entregadores não tem capacidade ainda para isso não”, ilustrando a impossibilidade de mudanças pelas ações dos próprios trabalhadores.

As formas de resistência coletivas (ativas), como as manifestações, greves e paralisações, no contexto de fatalismo, alienação e fragmentação da atividade humana, podem ser interpretadas como uma tentativa dos trabalhadores uberizados de reintegrar o significado e o sentido do trabalho. No entanto, a percepção fatalista de que “Não muda nada!” (Entrevista 19), reflete exatamente a fragmentação da consciência na sociedade de classes.

O desdobramento da individualização da resistência ao trabalho precarizado está no uso maior de soluções individuais (passivas) do que soluções coletivas (ativas), refletindo o fatalismo e a desesperança nas mobilizações coletivas (Indicadores 2 e 4). Como apontado por Nüssle e Coelho-Lima (2023), a utilização de soluções individuais, no lugar de soluções coletivas, para as reivindicações do trabalho, não visa mudanças estruturais, mas a adaptação ao trabalho.

As jornadas extenuantes devido ao trabalho por demanda, são construções propositais da lógica do capital, representada nesta discussão pelas empresas-plataforma, justamente para enfraquecer ações coletivas, assim como outras ações também são adotadas para este fim, de acordo com o Indicador 6 e com a fala do Entrevistado 1: “Sobre pagamento por km; eles fizeram um reajuste, se não me engano, de 10%. Aí acabou que a greve foi praticamente em vão, porque o iFood já... Quando ele ficou sabendo, ele já... Já se antecipou, e a greve foi praticamente em vão [...]”.

De acordo com Abílio, (2021), o trabalho por demanda obriga o trabalhador a estar sempre disponível para a empresa-plataforma; caso não esteja, sofrerá punições. O que coloca

o trabalhador uberizado em uma condição similar com a realidade do trabalhador formal, onde é frequente o uso do tempo de descanso para realizar atividades do trabalho, mas com diferença da total disponibilidade de tempo, enquanto estiver ativo no aplicativo da empresa-plataforma (Nüssle & Coelho-Lima, 2023).

Outra semelhança com o trabalho formal está nas divergências dos trabalhadores para se mobilizar por reivindicações. Assim como aponta o Indicador 4, existem diferenças nas motivações para as ações coletivas, pois os entregadores têm demandas diversas, o que os diferencia na forma de mobilizar, onde alguns, por exemplo, aproveitam-se do momento de paralisação (breque dos apps) para continuar entregando, muitas vezes com bônus, devido às promoções que a empresa-plataforma promove, justamente para enfraquecer as manifestações, conforme o Indicador 6 e o relato do Entrevistado 19: “O ifood vai e coloca promoção, você entendeu? Então dessa forma, ele... exemplo, se a manifestação é de dia, aí tá, o almoço, todo mundo parado. Aí quando é a noite ele bota lá, mais cinco, ou mais quatro, aí todo mundo vai trabalhar, você entendeu?”.

A lógica neoliberal das empresas-plataformas e a mercantilização do trabalhador aceleram processos de desmobilização ao ameaçar os entregadores que participam de mobilizações, através de bloqueios sem justificativas nos aplicativos. Estratégia similar à demissão, adotada por instituições que reproduzem a lógica capitalista. Demitir ou bloquear o trabalhador torna-se uma estratégia do capital para resolver conflitos e divergências do trabalho (Nüssle & Coelho-Lima, 2023).

Apesar das tentativas coletivas dos trabalhadores uberizados em resistir à precarização, existem ações predominantemente passivas, que buscam manter as condições mínimas de trabalho. Exemplo disso está na forma de se mobilizar “ficando em casa” e não realizando entregas no dia do Breque dos Apps, que, apesar de contribuir com a luta coletiva, há um visível apassivamento do trabalhador ao se recusar a participar de manifestações públicas (Dias et al., 2023). Muitos desses pontos podem ser encontrados no Indicador 3, sobre “Condições para participação em manifestações”.

O trecho síntese retirado do Entrevistado 19: “Cara, não muda nada! Não muda nada!”, pode ser categorizado a partir do comportamento fatalista, que, segundo Martín-Baró (2017), é uma característica que se expressa quando há separação entre a realidade concreta e o funcionamento das estruturas políticas, econômicas e sociais (Oliveira & Schlösser, 2020).

O fatalismo é um esquema ideológico que tem suas origens sociopolíticas, por meio da reprodução do trabalhador, da dominação social e da manutenção do poder. A realidade brasileira apresenta extrema desigualdade, onde a maior parcela da população está distanciada

de uma vida digna. O fatalismo se expressa a partir das relações de dominação e violência sustentadas por camadas historicamente favorecidas, econômica e politicamente (Martín-Baró, 2017; Oliveira & Schlösser, 2020).

A consciência na sociedade capitalista é fragmentada. Assim, significados e sentidos não apenas deixam de coincidir, como passam a ser contraditórios. A divisão entre o trabalho manual e intelectual, característica central da sociedade capitalista, ganha contornos particulares quando se trata do trabalho uberizado, tendo em vista a captura de todas as funções psicológicas superiores (memória, atenção, fala, pensamento, imaginação, planejamento, resolução de problemas e outras) do trabalhador e o processo da sua instrumentalização, para a superexploração e produção de lucros para as empresas-plataforma. Assim, a atividade da unidade físico-intelectual, direcionada ao trabalho de fazer entregas, torna-se um meio de sobreviver, submetido às condições gerais de reprodução do capital. Com isso, a extrema precarização do trabalho uberizado leva à extrema perda dos sentidos das atividades e torna-se simplesmente uma forma de o trabalhador subsistir (Asbahr, 2005; Leontiev, 2004).

O fatalismo dos entregadores atualiza a fragmentação da consciência do trabalhador, lastreado no sentimento individual de culpa pelo estado das coisas. Diante disso, a consciência limita-se ao elevar-se acima do singular-particular ao fixar todos os elementos dos sentidos do trabalho, demonstrando a expressão espontânea do senso comum, historicamente alienado (Fernandes, 2022).

A produção social de um indivíduo fragmentado, individualizado, centrado em si e que se responsabiliza pelas condições da realidade é historicamente intencional, além de ser necessária para a reprodução das relações capitalistas neoliberais (Fernandes, 2022; Nüssle & Coelho-Lima, 2023).

4.4.1.2. Ruptura Entre Significados Sociais e Sentidos Pessoais do Trabalho

Para os entregadores, embora o significado social do seu trabalho seja específico, ou seja, entregar, o sentido de realizar a atividade de entregas é outro, isto é, fazer a entrega e receber por ela, para sobreviver. Leontiev (2004) chama de alienação as rupturas entre significados e sentidos do trabalho. Assim, realizar uma entrega, ou uma atividade desligada da cadeia produtiva, não tem um sentido em si mesma, apenas o de receber o valor das entregas (Asbahr, 2005; Fernandes, 2002). Essa concepção pode ser ilustrada pelo relato do Entrevistado 2:

[...], mas só que você ganha por minuto e é bem menos, aí você passa... igual, você pega uma corrida de..., é difícil você pegar, mas você pega uma corrida de R\$15,00, R\$18,00, você ganha a metade dela em 30 minutos. Você ganha aí R\$8,00, por exemplo, hoje em dia se você esperar os mesmos 30 minutos na corrida de R\$18,00, vai ganhar R\$2,00. Ajudou que a partir de 15 minutos já começa a ganhar, mas só que você ganha bem menos, eu mesmo gostava de antigamente.

Ao falar que a atividade humana, o trabalho, é inseparável das relações sociais, Leontiev (2004, p. 130) aponta que:

A “alienação” da vida do homem tem por consequência a discordância entre o resultado objetivo da atividade humana e o seu motivo. Dito por outras palavras, o conteúdo objetivo da atividade não concorda agora com o seu conteúdo subjetivo, isto é, com aquilo que ela é para o próprio homem. Isto confere traços psicológicos particulares à consciência.

A significação é a generalização da realização da realidade que é sintetizada e amalgamada na palavra. Além disso, a significação pertence aos fenômenos históricos da consciência social (exterior), mas quando são apropriadas pelos indivíduos, passam a fazer parte da consciência deste (internalização). O sentido pessoal é produzido através da atividade humana (Asbahr, 2005).

A criação dos sentidos na consciência forma-se pela relação objetiva que se reflete no aparato da unidade cognição-afeto humano, ou seja, sentido pessoal e motivação são uma unidade dialética, pois, para encontrarmos o sentido, devemos encontrar o seu motivo correspondente. Em termos psicológicos, o que motiva o ser humano a agir é aquilo para o qual a atividade se direciona como resultado imediato (Asbahr, 2005; Leontiev, 2004).

A alienação é um fenômeno social e histórico no capitalismo, pois a estruturação da consciência humana é social e histórica. Para abordar esse ponto, Leontiev exemplifica com o trabalho em uma tecelagem: “A tecelagem tem, portanto, para o operário a significação objetiva de tecelagem, a fiação de fiação” (Leontiev, 2004, p. 131). No entanto, o próprio autor destaca que não é esta via que explica a consciência “[...], mas pela relação que existe entre estas significações e o sentido pessoal que tem para ele as ações do trabalho” (Leontiev, 2004, p. 131).

Nesse contexto, o sentido da tecelagem ou da fiação, para o operário, é determinado pela motivação de tecer, para manter as condições de existência o trabalhador precisa do salário. Então, é o salário que confere ao fio e ao tecido o seu sentido para o operário que o produziu (Leontiev, 2004). Assim, o trabalho do operário na tecelagem, embora carregue um

significado social objetivo (produzir tecidos), adquire para ele um sentido subjetivo vinculado à sobrevivência, ou seja, o salário que garante sua subsistência. Essa ruptura entre significado coletivo e sentido individual é a essência da alienação no trabalho, na qual o trabalho deixa de ser uma expressão da realização humana para se tornar um meio instrumental de obtenção de recursos.

Portanto, a partir da análise da atividade dos entregadores, assim como a dos operários da tecelagem, revela-se a contradição inerente ao trabalho no capitalismo: enquanto o significado social de sua atividade reside na utilidade coletiva (entregas ou produção de tecidos), o sentido pessoal reduz-se à simples transação financeira. Essa ruptura, como apontam Leontiev (2004), é o sintoma da alienação que fragmenta a relação do trabalhador com o fruto do seu trabalho, transformando-o em um executor de tarefas destituídas de significado. A superação dessa condição exigiria, então, a reconstituição de vínculos entre atividade, motivação e sociedade, de modo que o trabalho possa ser não apenas um meio de sobrevivência, mas também um espaço de realização e identidade humana.

4.4.1.3. Resistência Coletiva Como Forma de Reintegração Entre Significados e Sentidos do Trabalho

Em se tratando das resistências dos trabalhadores uberizados, a organização coletiva (resistência ativa) pode ser um caminho para superar a alienação. Paralelamente, as mobilizações dos trabalhadores uberizados poderiam se beneficiar de uma estrutura de atividade coletiva com motivações socialmente compartilhadas, isto é, alinhamento político e ideológico fundamentado na luta de classes.

A resistência ativa à precarização torna-se atividade quando os projetos individuais dos entregadores giram em torno de um mesmo objetivo e os trabalhadores assumem a existência de necessidades em comum, que são: melhores taxas de entrega, suporte com custos e riscos, transparência nos processos de comunicação com a empresa-plataforma e outras. Um projeto coletivo é maior que a soma dos vários projetos pessoais, pois as motivações individuais da atividade tornam-se motivações socialmente compartilhadas, dando corpo ao conflito dialético das resistências ativas/coletivas e individuais/passivas (Asbahr, 2005; Dias et al., 2023; Duarte, 2020).

Nos termos de Duarte (2020), enfrentar o capitalismo neoliberal requer estratégias de resistência ativa, que são, ao mesmo tempo, coletivas e propositivas. No entanto, o caráter

coletivo das resistências não exclui as individualidades, isto é, as resistências passivas, mas reconhece que existem determinações históricas e sociais para a precarização do trabalho.

Uma atividade socialmente compartilhada surge quando indivíduos, mobilizados por necessidades comuns, articulam-se em torno de um plano de ação coletivo. No caso dos entregadores, a convergência entre motivos individuais e coletivos possibilita a organização em torno de objetivos definidos democraticamente, fortalecendo sua identidade como categoria. Essa construção consciente não só reforça a coesão do grupo, mas também impulsiona transformações estruturais no trabalho mediado por plataformas. Entre as reivindicações que emergem desse processo estão: suporte com custos e riscos, a redução do tempo de espera, maior transparência na comunicação com as empresas-plataformas, o fim de bloqueios arbitrários de trabalhadores, a possibilidade de bloquear clientes abusivos, a exigência de códigos de entrega e outras melhorias nas condições de trabalho (Asbahr, 2005). Como relata o Entrevistado 5, ao falar sobre a importância do suporte da plataforma: “Isso aí ia ser uma boa mesmo. Um apoio. Pelo menos na gasolina. se tivesse pelo menos um convênio com alguns postos já ajudaria, né?! Um real a menos já dá uma grande diferença”.

As formas de resistência dos trabalhadores mostram-se contraditórias, principalmente as formas passivas, pois a resistência coletiva é um fenômeno dialético: pode gerar sofrimento pela frustração das reivindicações que não se desdobram em mudanças; e pode gerar tomada de consciência das relações de exploração do trabalho (Asbahr, 2005; Fernandes, 2022).

Para Leontiev (2004), a condição primordial para a transformação psicológica é a reintegração entre significados e sentidos do trabalho, que está na abolição da propriedade privada:

Esta supressão prática das relações de propriedade privada e esta libertação prática do trabalho humano que conduzem à “reintegração” (Marx) do próprio homem, conduzem ao mesmo tempo à reintegração da consciência humana. É assim que se efetua a passagem a uma nova estrutura interna da consciência, a uma nova “formação” da consciência, à passagem à consciência do homem socialista.

A desesperança na efetividade das mobilizações apresentadas, principalmente nos Indicadores 2 e 3, exemplificam a alienação no trabalho dos entregadores. No entanto, ações coletivas organizadas podem reconstruir sentidos e motivações para o trabalho. A satisfação de necessidades humanizadoras, que se transformam em motivos estimuladores no campo individual, pode estar ligada a diversos processos humanos, inclusive os de resistência.

A superação da alienação do trabalho exige mediações coletivas que articulem a crítica à estrutura e a ação prática. Os entregadores assimilam as significações de desvalorização

social, que, associadas às condições precárias do trabalho, agravam as contradições internas da consciência e os sentimentos de fatalismo, desconfiança e desesperança. Como afirma o Entrevistado 15 ao falar sobre os sentidos de como a empresa-plataforma percebe os entregadores: “A gente somos nada, um merda. Só isso que eu acho que eles devem pensar da gente. Olham como um cachorro, né?! Somos igual um cachorro aí na rua solto”.

No entanto, é justamente por meio das mediações coletivas que os significados negativos internalizados podem ser questionados, reestruturando os sentidos de desvalia pessoal e grupal. Ao articular as resistências, essas práticas coletivas tornam-se centrais não apenas para confrontar as condições objetivas de alienação, mas para transformá-las (Fernandes, 2022). Como pode ser ilustrado pelo relato do Entrevistado 5: “E quando a gente para, reclama. E a gente trabalha ninguém reconhece. Só que a gente fez a paralisação foi mais por conta da empresa mesmo [...]. Questão de taxa de espera, essas coisas.”

As mediações coletivas, na forma de resistências, permitem que os entregadores reflitam e tomem consciência sobre elementos universais e singulares da divisão e alienação do trabalho. Ao fazer isso, podem criticar as condições precarizadas do trabalho uberizado e as medidas opressivas das empresas-plataforma que os desvalorizam e os colocam em condições desumanas de vida (Fernandes, 2022). Assim, a efetividade das mobilizações dos trabalhadores uberizados requer integração da reflexão crítica e ação prática, condições fundamentais para a transformação das mediações sociais.

Desta forma, torna-se evidente o enfraquecimento da resistência ativas, através da construção histórica e social da precarização do trabalho no capitalismo, além dos processos de individualização e culpabilização impostos ao trabalhador pelos desdobramentos do capitalismo neoliberal. Contudo, existem formas de construir ações coletivas e resistências ativas, ou seja, que ultrapasse a esfera individual, direcionada ao enfrentamento da precarização do trabalho uberizado (Duarte, 2020).

4.4.2. Núcleo 2: Exploração do Trabalho e Controle Algorítmico

Trecho síntese: “[...] *as pessoas não querem ser escravo! Não querem! Querem é ter liberdade de escolher. Eu não vou e não vou.*” (Entrevista 10)

4.4.2.1. Mediação Algorítmica e Instrumentos Psicológicos

A partir das postulações teóricas da Psicologia Histórico-Cultural, a mediação refere-se ao processo pelo qual os indivíduos utilizam instrumentos (como a linguagem, as tecnologias e a cultura) para interagir com a realidade material. Esses instrumentos constituem as mediações para a internalização da consciência humana (Ripper, 1993).

Compreender o processo de produção de sentidos do trabalho requer destacar a relevância da atividade mediada na internalização das funções psicológicas superiores. O uso de signos e instrumentos, como mediações, orienta as motivações humanas no processo de internalização dessas funções (Ripper, 1993). Correlacionando ao contexto das atividades dos entregadores, tem-se os celulares, os aplicativos das empresas-plataforma, os recursos do aplicativo, a moto, a mochila e outros elementos como instrumentos. Como signos, pode-se destacar as rotas no Sistema de Posicionamento Global (GPS), as notificações do aplicativo, as normas sociais e os termos de uso do aplicativo para interações com os clientes, entre outros pontos. Como exemplo, destaca-se o relato do Entrevistado 2 sobre mudanças para a realização do trabalho e o controle algorítmico:

“[...] igual recentemente, eles colocaram agendamento. Quer dizer, pra gente agendar, pra gente fica melhor. Pra a gente ter, saber que horário que tem mais motoqueiro, mas só que, nisso se você não agendar, [...] você fica sem prioridade de receber, igual, se você não agendar uma outra pessoa vai ter prioridade na sua frente.”

A relação entre instrumentos e signos pode ser exemplificada quando o GPS orienta o entregador através dos mapas e setas (signos) e a interpretação que o trabalhador faz através da sua unidade cognição-afeto. Outro exemplo acontece quando o aplicativo de entregas (instrumento) notifica (signos) mensagens que orienta o entregador em relação à quando e onde entregar. Essa mediação instrumental e simbólica ajuda na compreensão de como o entregador internaliza as ferramentas do seu trabalho e as transforma em ações e escolhas, a partir da concepção de que a consciência ou atividade são constituídas por mediações (Vigotski, 1993).

Para abordar o trabalho a partir de Vigotski (1993), torna-se necessário explicar o trabalho motivado pelas necessidades humanas, pela forma que os instrumentos serão utilizados e a mobilização dos meios necessários e adequados para este trabalho.

Todas as funções psíquicas de grau mais elevado são processos mediados, e os signos são os meios fundamentais utilizados para os dominar e orientar. O signo mediador é incorporado na sua estrutura como parte indispensável, a bem dizer fulcral, do processo total. Na gênese do conceito, esse signo é a palavra, que a princípio desempenha o papel de meio de formação de um conceito, transformando-se mais tarde em símbolo (Vigotski, 1993, p. 42).

Os aplicativos das empresas-plataforma, como mediadores algorítmicos, impõem signos (notificações e rotas) que limitam a autonomia real do trabalhador, contradizendo a promessa de liberdade do discurso falacioso do capital, como expresso no trecho síntese: “[...] as pessoas não querem ser escravo! Não querem! Querem é ter liberdade de escolher” (Entrevista 10).

A formação de conceitos, através do trabalho dos entregadores, permite o desenvolvimento de categorias internas que permitem a compreensão e organização da realidade do trabalho. O uso dos signos no trabalho uberizado, principalmente a linguagem intermediada pelos celulares e interações sociais (restaurantes, clientes e outras), será a fonte para a aquisição de conceitos predominantemente espontâneos, pois estão na experiência cotidiana do trabalho (Vigotski, 1993). A formação dos conceitos depende da Zona de Desenvolvimento Próximo (ZDP), que será abordada posteriormente.

No que se refere à aquisição de conceitos pelo trabalho uberizado, o trabalhador irá assimilar normas, valores e práticas sociais, transformando-as em parte de sua consciência, sendo a consciência socialmente constituída e em constante interação com a realidade concreta do trabalho. Assim, os entregadores irão internalizar as condições do trabalho como parte inevitável do trabalho em si. A naturalização da jornada exaustiva e da renda variável (Indicador 9) revela como a precarização é assimilada, mesmo quando conflita com necessidades básicas, como descanso ou segurança.

Os signos apresentados à unidade cognição-afeto dos trabalhadores têm sua origem nas bases ideológicas capitalistas, o neoliberalismo, como a competitividade, materializada no instrumento de gamificação do aplicativo, ou no estímulo à produtividade, materializado nos bônus e promoções ao realizar as entregas, como aponta o Indicador 8 (Maior & Vidigal, 2022; Vigotski, 1993).

Mesmo diante da precarização do trabalho, é possível mobilizar ferramentas de mediações e ações coletivas para enfrentar a exploração das empresas-plataformas. A uberização, enquanto estágio avançado da precarização capitalista, dissolve direitos trabalhistas históricos, mas também abre margens para o surgimento de novas formas de organização contra a precarização. Redes espontâneas, como nos grupos de *WhatsApp*, funcionam como ferramentas mediadoras, permitindo trocas de informações e a articulação de resistências (Branco & Silva, 2024; Vigotski, 1993).

A Zona de Desenvolvimento Próximo (ZDP) manifesta-se na cooperação entre trabalhadores nas ações coletivas, espontâneas ou organizadas. A dinâmica das mediações e linguagens digitais evidencia a resistência ativa à precarização do trabalho como atividade transformadora. Ao se organizarem, os trabalhadores não apenas contestam a precarização, mas constroem outros sentidos, desenvolvendo as funções psicológicas superiores, como a percepção, a memória, a atenção, a solução de problemas, a fala, a atividade motora e outras (Branco & Silva, 2024; Vigotski, 1993).

Nesse contexto, a mediação semiótica é fundamental, pois a linguagem utilizada em meios digitais constitui significados compartilhados e sentidos pessoais de resistência à precarização. Os espaços digitais também são campos de disputa, considerando a dominação algorítmica, que representa os interesses ideológicos dos oligopólios de tecnologia (Indicador 8). Ao identificar a dominação algorítmica, os trabalhadores podem contestar as estruturas ideológicas através de linguagens que envolvem reconstrução identitária e política. A apropriação crítica das tecnologias e a ação coletiva são formas de resistir à realidade precarizada (Branco & Silva, 2024; Vigotski, 1993).

Portanto, a análise do trabalho dos entregadores à luz da Psicologia Histórico-Cultural revela que a mediação algorítmica e os instrumentos psicológicos não apenas constituem a internalização da precarização, mas também abrem possibilidades para sua superação. Se, por um lado, os signos e instrumentos das plataformas reproduzem a lógica neoliberal, como a gamificação e a competitividade, por outro, a Zona de Desenvolvimento Próximo (ZDP) e as mediações coletivas demonstram que a consciência crítica e a organização dos trabalhadores podem reestruturar essas ferramentas. Ao transformar grupos informais em espaços de resistência ativa, os entregadores não apenas contestam a dominação algorítmica, mas reconstróem sentidos coletivos para o trabalho, desenvolvendo funções psicológicas superiores que superam a simples reprodução do capital.

Assim, a apropriação crítica das tecnologias e a ação política organizada emergem como caminhos para converter os instrumentos de alienação em ferramentas de emancipação,

reafirmando que a consciência humana, mesmo sob condições precarizadas, mantém seus sentidos e significados transformadores quando mediada pela cooperação e pela linguagem revolucionária (Branco & Silva, 2024; Vigotski, 1993).

4.4.2.2. A Autonomia Uberizada: Controle Algorítmico e Subordinação

As condições de trabalho precarizadas aumentam a distância entre o trabalhador e a possibilidade deste se reconhecer e ter a identidade enquanto trabalhador. No entanto, as armadilhas do trabalho ideologizado pelo neoliberalismo ampliam a autoexploração que, contraditoriamente, conferem a sensação de liberdade ao trabalhador (Abílio, 2020; Vidigal, 2022). O trabalhador uberizado encontra-se entre a promessa de “liberdade de escolha” e a realidade da subordinação algorítmica, que precariza profundamente o trabalho (Oliveira & Luna, 2023). Essa contradição reverbera na fala da Entrevista 10 “Não querem ser escravo!”, evidenciando a distância entre o discurso das empresas-plataformas (autonomia) e o controle real (Indicador 8), que dita ritmo, remuneração e penaliza recusas de entregas ou pausas para descanso (Indicador 9).

A mediação alienante imposta pelas empresas-plataformas ao trabalhador uberizado esconde as relações de exploração sob o argumento de “parceria” ou “colaboração”. No entanto, o aplicativo é mais do que isso, pois ele é uma mediação que controla e organiza o trabalho. Nesse contexto, a tecnologia, política e ideologicamente localizada, redefine as relações de poder (Abílio, 2020; Duarte, 2000; Vidigal, 2022).

Através da referida mediação alienante, ocorre a internalização ideológica do ideário neoliberal. Pois, a suposta liberdade do trabalho uberizado revela a internalização, pelo trabalhador, dos mecanismos de controle, com destaque para a disponibilidade constante, que é um desdobramento do trabalho sob demanda (mediação) e da autoexploração (internalização). O algoritmo é um mediador da exploração, levando o trabalhador a perceber a produtividade como valor, configurando a naturalização da precarização (Duarte, 2000; Vidigal, 2022; Vigotski, 1993).

Os aplicativos exploram sob o discurso de conferir autonomia ao trabalhador. No entanto, a realidade demonstra a mediação alienante, o controle e a internalização da precarização pelo trabalhador. Por isso, o destaque ao trecho síntese “[...] as pessoas não querem ser escravo! Não querem! Querem é ter liberdade de escolher” (Entrevista 10), revela a contradição entre a suposta autonomia e a realidade do controle algorítmico.

O discurso das empresas-plataforma sobre “liberdade” e “empreendedorismo” esconde as relações de exploração mediadas pelos algoritmos, configurando a mediação alienada. Sob o discurso neoliberal, os aplicativos gerenciam o trabalho por meio de lógicas de produtividade enquanto transferem os riscos ao trabalhador. Esse discurso é vazio, e a suposta autonomia é limitada ou inexistente. Esse funcionamento expõe como a subordinação digital realiza a mediação da internalização da autoexploração (Durães, 2020). As críticas às plataformas (Indicador 7) emergem dessa falácia: transferência de custos (combustível e manutenção) e riscos (acidentes e assaltos) aos trabalhadores, enquanto concentram lucros e decisões (Indicador 10).

A mediação tecnológica das empresas-plataformas tem uma dupla perspectiva: primeiro, o discurso de “autonomia”; e segundo, o discurso como ferramenta de controle para a intensificação da exploração. As empresas-plataformas atualizam formas e processos de trabalho permeados por atividades precarizadas, mal remuneradas, instáveis, afetando as formas de viver dos trabalhadores, reificando o humano através da lógica do capitalismo flexível, conforme aponta o indicador 9. Assim, nesse contexto, o trabalhador torna-se “empresário de si” (Souza, 2021).

A flexibilidade do trabalho uberizado esconde a colonização do tempo, pois a liberdade de poder usufruir do tempo é uma mercadoria no capitalismo e o descanso tem custos. Além disso, a necessidade de “fazer dinheiro”, seja pelo trabalho uberizado ou outras formas-trabalho, dificulta a realização de ações coletivas. Com a internalização da lógica do desempenho, a autorrealização e autoexploração se confundem (Sell, 2020; Souza, 2021).

A mediação alienante das tecnologias tem um caráter ambivalente: primeiro, as ferramentas digitais são ferramentas de aproximação, conexão e interação entre trabalhadores; segundo, são ferramentas de controle (Indicador 8). Esse processo de mediação alienante transforma não apenas as condições materiais do trabalho, mas o psiquismo dos trabalhadores, que internalizam a precarização como sinônimo de “liberdade” (Franco et al., 2023).

O trabalho uberizado não representa simplesmente uma nova modalidade de exploração do trabalho, mas um fenômeno que empurra o indivíduo em sociedade a assumir a máxima exploração de forma naturalizada. Assim, a ZDP, tradicionalmente pensada como espaço de potencialização e aprendizado das capacidades humanas pelas mediações sociais, é cooptada pela lógica das empresas-plataformas, que estabelecem parâmetros de desempenho e produtividade através do controle algorítmico (Franco et al., 2023). Desta forma, pode-se confirmar a concepção de que as tecnologias não são politicamente neutras.

4.4.2.3. Precarização, Custos e Riscos da Uberização do Trabalho

Em se tratando do trabalho uberizado, as empresas-plataforma que gerenciam o aplicativo de entregas atuam como instrumento de mediação que controla e organiza o trabalho, influenciando nas escolhas, ações e, conseqüentemente, nas condições para a realização do trabalho. Condições materiais envolvendo custos e riscos como tempo e deslocamento, limpeza da moto e manutenção não recebem suporte da empresa-plataforma, logo são exemplos materiais de como o trabalho é precarizado (Indicadores 8 e 10).

Com a ausência de suporte das empresas-plataformas, o trabalhador terá que arcar com todos os custos (instrumentos), produzindo uma série de internalizações de signos da própria precarização destes processos de trabalho (Vigotski, 1993; Maior & Vidigal, 2022). Os riscos do trabalho apontados nos pré-indicadores do Indicador 10, como riscos de acidentes, assaltos, desgaste físico/emocional, são individualizados, expondo a violência estrutural das plataformas, que se eximem de qualquer responsabilidade. Como afirma o Entrevistado 19 em seu relato sobre como a empresa-plataforma se beneficia dos instrumentos custeados pelo próprio trabalhador: “Então, só pelo fato da gente tá saindo da nossa casa e estamos aqui, com esses equipamentos, que custou caro, não foi a empresa que te proporcionou. [...]. Então, ele já tá ganhando muito em cima da gente, cara”.

O trabalho humano é orientado por sentidos constituídos na história e contexto social, portanto, o regime de trabalho por demanda, característica central do trabalho uberizado, empurra o trabalhador a se autoexplorar, atualizando-se a reprodução social da precarização do trabalho e das formas de vida. A alimentação, a hidratação, a moradia, a mobilidade urbana, os processos fisiológicos, a saúde física e mental, além de outros pontos, estão submetidos aos processos de precarização (Vigotski, 1993; Maior & Vidigal, 2022).

A exploração e precarização do trabalho (Indicador 9) se materializam na degradação da vida cotidiana, onde até necessidades fisiológicas são subordinadas à lógica do “tempo é dinheiro”. A uberização, portanto, não é um fenômeno de natureza puramente técnica, mas a sua primazia está no campo político. A uberização, ao mediar as relações de trabalho pelo gerenciamento algorítmico, reestrutura a consciência sobre o trabalho paralelamente à do trabalhador, a partir de mediações ideológicas neoliberais. Assim, a tecnologia torna-se um importante instrumento de produção de precarização e de mediações alienantes; com isso, o trabalho perde o sentido coletivo, e a precarização emerge ao ser internalizada (Sell, 2020; Souza, 2021).

Assim, os trabalhadores uberizados não vendem o produto de seu trabalho, mas sua força de trabalho à empresa-plataforma, aprofundando o distanciamento entre a atividade e o seu resultado. Essa alienação é agravada pelo isolamento físico decorrente do trabalho com entregas, onde os trabalhadores são “unidades de autoexploração”, o que dificulta, mas não impede a organização coletiva (Franco et al., 2023).

A uberização introduz mecanismos que naturalizam a precarização. Assim, os conceitos surgidos das transformações nas relações de produção atualizam e constituem a compreensão dos trabalhadores de sua própria condição. O trabalho uberizado representa uma transformação nas relações sociais de trabalho, que atinge a consciência dos trabalhadores, produzindo novas formas de objetividades e subjetividades no trabalho.

4.4.2.4. Alienação e Escravidão Digital no Capitalismo de Plataforma

A alienação do trabalho ocorre quando o trabalhador não se reconhece no produto do seu trabalho, o que pode levar a diversos desdobramentos. Nos termos de Marx (2004, p. 80):

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas[...] aumenta em proporção direta a desvalorização dos homens [...] O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e o trabalhador como mercadoria, e isto na proporção em que ele de fato produz mercadorias.

Neste trecho, Marx evidencia a contradição do capitalismo: quanto mais o trabalhador produz riqueza, mais se empobrece e se torna mercadoria. Na uberização, essa lógica se intensifica, pois a autoexploração necessária para o trabalho sob demanda precariza todos os campos da vida. A alienação, assim, se atualiza na degradação das condições objetivas e subjetivas (Marx, 2004; Vigotski, 1993). Ainda se tratando da alienação do trabalho, destaca-se o que Marx postula (2004, p. 81):

Quanto mais, portanto, o trabalhador se apropria do mundo externo, da natureza sensível, por meio do seu trabalho, tanto mais ele se priva dos meios de vida segundo um duplo sentido: primeiro, que sempre mais o mundo exterior sensível deixa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho, um meio de vida do seu trabalho; segundo, que [o mundo exterior sensível] cessa, cada vez mais, de ser meio de vida no sentido imediato, meio para a subsistência física do trabalhador.

Assim, Marx (2004) destaca como o trabalho alienado afasta o trabalhador tanto do produto de seu trabalho quanto da própria humanidade. Quanto mais o trabalhador transforma a natureza (exterior), por meio do trabalho no capitalismo, menos ele se reconhece nela, pois a natureza deixa de ser um objeto que ele domina (o seu trabalho foi apropriado pelo capitalista); além disso, a natureza deixa de ser um meio de subsistência direto, considerando que o fruto do trabalho não mais é dele e será vendido como mercadoria. Em linhas gerais, o trabalhador produz para os outros e não para si. Além disso, para Marx (2004, p. 81-82):

[...] o trabalhador se torna, portanto, um servo de seu objeto. Primeiro, porque ele recebe um objeto de trabalho, isto é, recebe trabalho; e, segundo, porque recebe meios de subsistência. Portanto, para que possa existir, em primeiro lugar, como trabalhador, e, em segundo, como sujeito físico. O auge dessa servidão é que somente como trabalhador ele [pode] se manter como sujeito físico e apenas como sujeito físico ele é trabalhador.

O que Marx (2004) aponta é a servidão ao capital, pois o trabalhador será submetido ao sistema de dominação, produzindo a precarização do trabalho e dos meios de subsistência. Como trabalhador, ele só trabalha se o capitalista disponibilizar o emprego e um objeto para transformar; como ser físico, o trabalhador só sobrevive se vender sua força de trabalho direto para comprar meios para existir (comida, moradia, saúde, educação e outros).

Assim, nessa estrutura, significa que o trabalhador é reduzido a uma condição instrumental: sua existência física e psicológica só importa na medida em que serve ao capital. A escravidão digital (Antunes, 2018) ilustra a atualização dessa dinâmica: o algoritmo (Indicador 8) define quem “merece” trabalhar, reduzindo o entregador a um “realizador de trabalhos por demanda”, descartável, como aponta a Entrevista 10: “Não querem ser escravo!”. A possibilidade de pensar por si e ter dignidade com o trabalho pode ser ilustrada pelo relato do Entrevistado 2:

“[...] porque, como se diz, adianta nada você assalariar ou fazer [...] obrigar uma empresa a assinar contrato de, de motoqueiro, sendo que no futuro [...] a empresa vai, [...] dar uns bloqueios, ou vai cobrar muito mais do que já cobram hoje em dia, então tem que pensar muito bem nisso.”

4.4.3. Núcleo 3: Contradições do trabalho formal

Trecho síntese: *“Não! Não valeria a pena no Brasil. Porque eles vão querer pagar o salário-mínimo [...] pra gente trabalhar no aplicativo, com manutenção, gasolina, óleo, pra você mesmo trocar”.* (Entrevista 11)

4.4.3.1. Alienação, Fragmentação e Exploração do Trabalho no Capitalismo de Plataforma

O trecho síntese com o comentário do entregador: “Não! Não valeria a pena no Brasil. Porque eles vão querer pagar o salário mínimo[...] pra gente trabalhar no aplicativo [...]”, foi uma resposta à manchete sobre a possibilidade de os trabalhadores de aplicativo serem reconhecidos como assalariados na Espanha (Apêndice 1). A partir desta resposta, pode-se discutir sobre a produção da alienação do trabalho no capitalismo.

Leontiev (2004), ao abordar as transformações da consciência no contexto da divisão social do trabalho, aponta para a mudança na estrutura interna do indivíduo. A maior parte dos trabalhadores separou-se dos meios de produção, e as relações humanas tornaram-se relações entre coisas (reificação), que se separam do próprio ser humano, a alienação propriamente dita. Assim, o conteúdo objetivo do trabalho não é o mesmo do seu conteúdo subjetivo.

No modo de produção capitalista, o trabalhador busca a satisfação de suas necessidades por meio de sua atividade. No entanto, o seu produto objetivo é diferente; no caso dos entregadores, é a entrega. O que estes trabalhadores produzem não é o produto que transportam até o cliente, mas o próprio salário (Leontiev, 2004).

A percepção de que esse salário será de uma quantidade determinada, em um contexto social de excessos e consumos, faz com que os sentidos do trabalho formal não coincidam com a satisfação objetiva de suas necessidades. De acordo com Marx (2004, p. 57): “[...] seja qual for a natureza da origem delas [...] [as necessidades], provenha do estômago ou da fantasia”.

Assim, o trabalhador não se reconhece no fruto de sua atividade, que é reduzida a um meio de subsistência precarizado, sem garantias sociais, e mesmo quando essas garantias existem, são insuficientes para a satisfação das necessidades socialmente constituídas e perversamente ideologizadas através do capitalismo neoliberal. Logo, as necessidades humanas no capitalismo serão, fundamentalmente, caras, em se tratando da relação trabalho-valor-mercadoria. A fragmentação do trabalho na uberização revela a lógica capitalista de

decompor atividades em funções utilitaristas, esvaziadas de significados (Marx, 2004; Facci & Barros, 2018).

Assim, destaca-se o estranhamento, que ocorre quando o trabalhador não se reconhece no produto de seu trabalho, levando à alienação. De acordo com Marx (2004, p. 82):

O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacional-econômicas, em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador.

O Indicador 16 “Impacto financeiro do trabalho assalariado”, também descreve, implicitamente, a expressão da ideologia neoliberal enraizada na realidade do trabalho. Ao transferir os custos e riscos, as empresas-plataformas geram vários desdobramentos ao trabalhador, mas todos eles envolvem a precarização de algum aspecto da vida humana. Nesse contexto, os aspectos quantitativos da produção humana sempre se sobrepõem aos aspectos qualitativos, ou seja, a humanidade estará sempre sendo mercantilizada (Marx, 2004; Santos & Silva, 2017). A atividade humana é orientada por motivos, e a alienação ocorre quando o trabalho é reduzido a um meio de sobrevivência, fragmentada dos sentidos pessoais.

4.4.3.2. A Uberização do Trabalho e o Drama do Trabalhador Uberizado

O Indicador 16 “Impacto financeiro do trabalho assalariado”, evidencia como o trabalho, mesmo formal, impõe uma realidade incompatível à realidade material, inviabilizando a adesão dos trabalhadores, seja pelo desemprego estrutural do capitalismo dependente, seja porque a uberização é a única opção ao desemprego. Neste contexto, propostas como o “Fim da Escala 6 por 1”, através da PEC 08/25 da Deputada Erika Hilton (PSOL-RJ) e movimentos como o “Vida Além do Trabalho” (VAT) são fundamentais, inclusive para se pensar o contexto do trabalho uberizado.

Os trabalhadores submetem-se à uberização também por saberem da realidade do trabalho formal. Em se tratando de trajetórias de trabalho, uma parcela dos entregadores teve experiência com o trabalho formal ou mantém um vínculo formal e trabalha como entregador. As reformas trabalhistas, como a que houve em 2017 no Brasil (Lei nº 13.467), exemplificam a atualização e instrumentalização do campo jurídico-político para a precarização do trabalho

sob o argumento de “crise” (Mészáros, 2011) ou de que “o país vai quebrar”, discursos comuns entre economistas subservientes ao capital e arautos do medo do “deus mercado”, conforme exposto no Capítulo 1 desta dissertação.

A escolha (socialmente constituída) pelo trabalho uberizado, mesmo ausente de direitos fundamentais e historicamente conquistados, expõe a flexibilização perversa do capitalismo, que fragiliza vínculos trabalhistas ao ponto de que não ter vínculos e direitos pode ser uma escolha viável, mas frequentemente, a única. Nesse contexto, o trabalho como mediador espontâneo do desenvolvimento das funções psicológicas superiores (Vigotski, 2000) torna-se atividade alienada (Leontiev, 2004), onde o sentido pessoal (realização) é substituído pela pura satisfação de necessidades (sobrevivência). A recusa pelo “salário-mínimo” (Entrevista 11) ilustra a ruptura entre o significado social do trabalho (experiência objetiva) e o sentido pessoal (experiência subjetiva). As contradições entre o trabalho formal e o trabalho uberizado, além da lógica do individualismo, podem ser ilustradas pelo discurso do Entrevistado 10: “Mas agora você é autônomo, você é livre, você escolhe, se você tá ruim para você, por que você vai caçar [...]. Vai trabalhar em outro serviço [...].”

As contradições do trabalho uberizado e formal, analisadas à luz da experiência dos entregadores por aplicativos, revelam processos amplos de precarização que não atingem apenas os entregadores, mas toda a classe trabalhadora. No entanto, esses fenômenos não podem ser observados como fatalidades, mas como produtos de relações sociais. O desafio encontra-se justamente na construção de outras formas de organização do trabalho, desde que essas transformações sejam para o resgate emancipatório através do trabalho (Santos & Silva, 2017).

O cerceamento das possibilidades de ação do trabalhador, principalmente no que diz respeito às condições de trabalho, que na uberização são propositalmente precárias, provoca uma série de consequências às motivações do indivíduo que trabalha (Rosa et al., 2024).

O conceito de drama revela-se fértil para analisar o contexto do trabalho uberizado, principalmente as contradições sobre escolhas entre o trabalho formal ou uberizado. Em um sentido geral, o drama se insere nesse contexto ao se discutir o desenvolvimento da consciência do trabalhador como uma “peça”, onde cada período do desenvolvimento são “atos” (escolarização, idade produtiva, aposentadoria) e as formações do psiquismo (como a linguagem) são os “personagens” que entram em cena. Essa perspectiva destaca a transformação diacrônica (ao longo da vida do indivíduo), mediada por relações sociais (Delari Júnior, 2011; Rosa et al., 2024).

Em um sentido específico, o drama do trabalho pode ser entendido como um conflito interno, isto é, um conflito psíquico sincrônico (simultâneo à vida do indivíduo), como a tensão entre a motivação para a sobrevivência e as vontades do trabalhador; ou o trabalho formal na escala 6 por 1 ou o trabalho uberizado com entregas, por exemplo. Diferente de concepções puramente biológicas ou puramente cognitivas, o drama surge das contradições sociais internalizadas, sem primazia ao biológico ou ao cognitivo, mas pensando esses aspectos de forma concomitante e em relação. A concepção específica do drama enfatiza a luta interna que define a condição humana, que converge na ideia de que o ser humano está em permanente transformação dialética, mediada pela cultura (Delari Júnior, 2011).

O trabalho humano se distingue pelo uso de instrumentos mediadores, tanto físicos quanto simbólicos, que transformam a relação do trabalhador com a sua atividade. No contexto da uberização, essa mediação assume características particulares, pois a plataforma digital se torna o principal instrumento mediador, reorganizando as relações de trabalho (Facci & Esper, 2020). Sobre o funcionamento algorítmico do aplicativo, o Entrevistado 2 destaca: “[...] eles melhoram a taxa de entrega, mas só que eles pioram no, no suporte, eles melhoram no quilômetro rodado, mas pioram no desempenho, em algum seguro, em algumas coisas [...]”.

Nesse ponto, destacam-se os motivos que orientam a ação humana (Leontiev, 2004). Enquanto o trabalho formal pode estar ligado ao reconhecimento social, no trabalho uberizado predominam os “motivos-estímulo” imediatos: a realização da entrega, a avaliação do cliente, o recebimento do valor da entrega e outros. Essa estrutura altera profundamente o trabalho, fragmentando-o em relações desconexas e esvaziadas (Facci & Esper, 2020).

A diferença entre significado e sentido pessoal no trabalho é fundamental de ser analisada, pois, enquanto o significado social do trabalho com entregas permanecer como serviço essencial à sociedade, o sentido pessoal para o trabalhador uberizado será reduzido à obtenção de renda, sem conexão com outros aspectos do desenvolvimento humano. Essa fragmentação é contraditória, pois o trabalhador executa uma atividade socialmente necessária, mas vivenciada pessoalmente como esvaziada (Facci & Esper, 2020).

Além de todos esses aspectos, a uberização transforma as relações com o tempo, principalmente quando comparado ao trabalho formal. Como o trabalho uberizado se caracteriza pela realização de trabalho por demanda, isso dificulta a construção de trajetórias de identidades profissionais. Assim, a uberização não é simplesmente uma forma de organização do trabalho, mas também uma transformação qualitativa nas relações de trabalho, com profundas consequências para a experiência subjetiva dos trabalhadores (Facci & Esper, 2020).

4.4.3.3. A Internalização da Cultura em Contextos de Precarização e os Obstáculos à Humanização

Os conceitos são apropriados e internalizados por meio da apropriação ativa dos instrumentos culturais (Santos & Silva, 2017). Como afirma Leontiev (2004, p. 301): “O homem não nasce dotado das aquisições históricas da humanidade. Resultando estas do desenvolvimento das gerações humanas, não são incorporadas nem nele, nem nas suas disposições naturais, mas no mundo que o rodeia, nas grandes obras da cultura humana.”

Os processos de internalização ocorrem por meio da atividade e da mediação. No entanto, em contextos de contradições como o trabalho uberizado, marcados pela desvalorização e instabilidade, essa apropriação será profundamente afetada, uma vez que as condições precarizadas do trabalho limitam o acesso a bens culturais e restringem a possibilidade do desenvolvimento humano pleno (omnilateral). A contradição do trabalho, no capitalismo, está no fato de este ser central entre o indivíduo e a cultura, mas a precarização impede a internalização crítica e criativa das produções humanas. Assim, a precarização do trabalho não apenas explora economicamente, mas também obstrui os processos de humanização (Marx & Engels, 2011; Leontiev, 2004).

Leontiev (2004, p. 301) conclui sobre o desenvolvimento humano ao afirmar a relação com a aquisição das obras da cultura humana: “Só apropriando-se delas no decurso da sua vida é que ele adquire propriedades e faculdades verdadeiramente humanas. Este processo coloca-o, por assim dizer, aos ombros das gerações anteriores e eleva-o muito acima do mundo animal.”

Nesse contexto, a formação humana objetivada deve ser integral, permitindo o desenvolvimento de todas as potencialidades do indivíduo, em contraposição à unilateralidade imposta pelo capitalismo. Ao abordar a unilateralidade, que imprime a cada indivíduo a atual divisão do trabalho, Marx & Engels (2011) mencionam o modo comunista como contraposição ao modo capitalista. Desta forma, a sociedade comunista permite aos seus membros a possibilidade de desenvolvimento integral. O resultado disso é o desaparecimento das diferenças de classe. Por isso, o modo comunista é incompatível com a existência de classes sociais, que é exatamente a base da reprodução social no modo capitalista.

4.4.4. Núcleo 4: Condições de Trabalho e Violências

Trecho síntese: *“É igual eu te falei sobre aquele respeito que na pandemia tratava a gente bem, né? Hoje em dia não trata, né?! Trata com ignorância. Eu já tive muito amigo meu que cliente já pôs a arma na cabeça [...]. Aqui em Goiânia mesmo...”* (Entrevista 21)

4.4.4.1. A Violência Como Expressão das Relações Sociais no Trabalho Uberizado

A violência citada pelo Entrevistado 21: “[...] já tive muito amigo meu que cliente já pôs arma na cabeça”, pode ser analisada a partir da divisão de classes, pela violência socialmente produzida ao longo da história, incluindo, na atualidade, a falta de políticas de proteção ao trabalhador, principalmente o uberizado, entre uma infinidade de outros fatores. A divisão de classes, a precarização do trabalho, com destaque à falta de identidade profissional, ecoa a violência no trabalho (atos físicos/verbais e simbólicos), materializado pelo funcionamento algorítmico em si (Facci, 2019).

A violência mencionada pelo trabalhador “[...] arma na cabeça” (Entrevista 21), não se trata de um fato isolado, mas da organização social que naturaliza a violência em diversos campos, incluindo nas relações de trabalho (cliente-entregadores), expostas no Indicador 14. O trecho síntese ilustra a expressão da violência física e direta (agressão) e simbólica (o desrespeito e a humilhação), que são desdobramentos históricos e atualizações do escravismo, do colonialismo, do racismo estrutural, do elitismo, da precarização das condições de trabalho, entre outros processos, mas essencialmente da luta de classes (Facci, 2019).

A violência, enquanto prática política e relacional, tem sido uma preocupação, principalmente acerca da sua definição, compreensão e origens. O nível de conhecimento atual permite alguns consensos, mas ao mesmo tempo não exclui as contradições. Assim, é possível afirmar que a violência não faz parte da natureza humana, como característica inata, assim como não tem raízes biológicas (Minayo, 1994).

Assim, a violência para além da esfera individualizante e psicologizante, é um fenômeno psicossocial, complexo e dinâmico, mas o cerne do seu desenvolvimento está nas relações históricas e sociais. Desta forma, para compreender a violência, é necessário compreender a especificidade histórica, pois neste fenômeno se entrecruzam problemáticas políticas, culturais, econômicas, ético-morais, jurídicas, psicológicas, institucionais, individuais e outras (Martins & Lacerda Junior, 2014; Minayo, 1994).

Enquanto fenômeno psicossocial e histórico, a violência manifesta-se nas estruturas institucionais que reproduzem e legitimam as desigualdades sociais (o Estado burguês a serviço do capital, por exemplo). Desta forma, a violência se configura como expressão de forças sociais concretas, determinadas pela luta de classes (entregadores/empresas-plataforma). Assim, é possível compreender que a violência institucional não é um ato isolado, mas parte de um sistema que necessita de mecanismos repressivos para manter a dominação. A violência institucional é exatamente aquela que se expressa em estruturas hierárquicas que naturalizam, legitimam e reproduzem a injustiça estrutural (Martins & Lacerda Junior, 2014).

Na dialética interior/exterior, a violência integra uma racionalidade histórica e, com isso, a origem da consciência do trabalhador. A violência, nesse contexto, deve ser analisada a partir de diferentes perspectivas, pois integra a própria condição humana e social, considerando que ela surge de maneira particular (visível) e de forma específica (singular), levando questões vivenciadas universalmente e individualmente, considerando o indivíduo enquanto sujeito e objeto da violência (Minayo, 1994; Pasqualini, 2015).

Do ponto de vista histórico, passando pela acumulação primitiva, escravismo, revoluções industriais e outros processos, até o atual estado da precarização do trabalho, o que há de comum entre o passado e a atualidade é exatamente a estrutura capitalista, marcada por determinações pautadas pela violência. Nos termos de Marx (2004): “Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência” (p. 960).

Um aspecto importante a ser destacado na violência está nas suas formas, dentre elas, a estrutural. Essa forma é assim denominada devido aos componentes histórico-econômicos e sociais, tornando vulneráveis as possibilidades de desenvolvimento do trabalhador. O fato de ser estrutural confere à violência faces ainda mais cruéis, pois, a partir disso, passa a ser perene, isto é, permanente. Além disso, não requer a intervenção imediata dos que detêm os meios de produção e se atualiza nas relações: trabalhador-trabalhador (Minayo, 2006).

A violência estrutural refere-se aos processos que reproduzem a desigualdade social. Essa violência se perpetua nos micros e macroprocessos psicossociais, pois naturaliza, no campo cultural, a dominação de classes e de privilégios (Minayo, 2006). A natureza dos atos violentos descritos pelos trabalhadores envolve abusos físicos com o uso de força e o abuso psicológico, com agressões verbais e gestuais, voltadas a intimidar, coagir e humilhar, restringindo a liberdade e atacando a dignidade. A violência verbal e psicológica pode ser ilustrada pelo relato do Entrevistado 13, que fala sobre o comportamento de alguns clientes no

cotidiano do trabalho com entregas: “[...] ruim é só os clientes. Por que tem cliente que é desafortado. Um ou outro. Não é todo mundo, né [...]”.

A violência por ter o caráter histórico e social afeta fortemente os aspectos psicossociais dos trabalhadores, principalmente trabalhadores em condições precarizadas, predominantemente negros e periféricos (Abílio & Santiago, 2024). A violência ao trabalhador gera mortes, traumas físicos, adoecimento psíquico, diminuição da qualidade de vida dos indivíduos e grupos. Por isso, o olhar sobre a violência, por sua natureza diversa, requer olhares também diversos, com ações coletivas dos trabalhadores (Minayo, 2006).

A violência estrutural afeta não apenas os trabalhadores uberizados, mas toda a classe trabalhadora, pois todos estão submetidos ao mesmo sistema político-econômico e ideológico. Desta forma, a resistência à precarização do trabalho requer ações e mudanças estruturais.

O trecho síntese corrobora a concepção de que a violência não se trata apenas de um ato, mas faz parte de uma rede de significados sociais, historicamente constituídos (Facci, 2019). Por isso, o Indicador 20 aponta as insatisfações com as condições objetivas do trabalhador, pois o sentido “insatisfação” será constituído a partir das relações sociais concretas do trabalho (Vigotski, 2022).

4.4.4.2. As necessidades, Motivos e a Produção Imaginária do Trabalho Uberizado

A atividade humana é guiada por motivos hierarquizados. Segundo Leontiev (1961, p.1): “Toda atividade do organismo está dirigida a satisfazer as necessidades naquilo que lhe é indispensável para prolongar e desenvolver sua vida”. Quando o motivo do trabalho, por exemplo, a identidade e o reconhecimento (Indicadores 14 e 20), são substituídos por motivos, como salário (pagamento pela entrega), há um esvaziamento da própria atividade. Essa substituição precariza o trabalho e os motivos de produção de sentidos do trabalho, corroborando a insatisfação dos trabalhadores (Indicador 20).

O Entrevistado 21 relata questões importantes para compreender a violência mencionada no tópico anterior, mas também a dinâmica do funcionamento do trabalho dos entregadores e como a herança escravista e classista contribuem para fomentar os conflitos de classes no cotidiano, principalmente sobre o dilema de “subir ou não subir até o apartamento do cliente”:

Nós saímos para entregar quanto mais rápido deixar na sua porta melhor. Aí tem cliente hoje em dia, não... Quer obrigar nós subir. Muitas vezes, não pode subir. Aí o que é que acontece, eles querem obrigar. Se você não sobe eles chegam com ignorância,

entendeu? [...] Na hora que nós pegamos a comida no estabelecimento a preferência é entregar pro cliente, entendeu? O mais rápido possível. Deixar lá para ele, só que o cliente não faz aquela questão, hoje em dia, né?! (Entrevistado 21).

As necessidades humanas são objetivamente direcionadas, ou seja, dependem de condições materiais e sociais para sua satisfação ou insatisfação (Indicador 20). No entanto, como afirma Leontiev (1961), as necessidades são historicamente constituídas, pois o seu conteúdo (interno) e a sua expressão (externa) são constituídos pelas mediações sociais. No entanto, ao imaginar-se as condições precárias e violentas, a atividade humana será afetada. O desenvolvimento das necessidades está interconectado à dinâmica de relações sociais, principalmente o trabalho.

Além disso, a linguagem constitui a mediação das relações e a construção de sentidos. Quando as relações são mediadas por hierarquias rígidas (como a expressão da violência na sociedade de classes), a atividade perde seu caráter humanizador. Assim, o trecho síntese, que aponta a mudança no tratamento dos clientes para os entregadores “[...] na pandemia tratava a gente bem, né?” (Entrevistado 21), revela a mediação da linguagem e como essa mediação será o ponto crucial da internalização de diversos fatores, incluindo a precarização expressa na forma de violência, além da corrosão das motivações da atividade (Leontiev, 1961; Vigotski, 1993).

Com a impossibilidade da satisfação das necessidades de forma humanizadora e emancipadora, o trabalho uberizado não será suficiente para a satisfação de necessidades fundamentais, desde “substâncias alimentícias” (Leontiev, 1961, p. 1), às “formas mais complicadas e derivadas” (Leontiev, 1961, p. 1) de necessidades, como segurança, reconhecimento e emancipação.

A visão de Leontiev (1961) sobre a satisfação de necessidades permite compreender a insatisfação e satisfação com o trabalho (Indicador 20), como um compasso ou descompasso entre as condições objetivas do trabalho e as exigências mínimas para a atividade humana. Nos relatos de agressões “[...] arma na cabeça” ou desrespeito “Trata com ignorância [...]” (Entrevista 21), evidencia-se a impossibilidade da satisfação das necessidades, alimentícias ou complexas, que deveriam ser garantidas pela estruturação das relações sociais de trabalho, ou pelo menos, viabilizadas, tendo em vista que o trabalhador é alvo de violências e, por isso, impedido de trabalhar (Pino, 2016).

Nesse contexto, a produção imaginária como atividade criadora, fundamental para a constituição da consciência, baseia-se na motivação de transformar a realidade material e simbólica. Assim, essa produção tem o caráter antecipatório, pois o ser humano tem a

capacidade de projetar mentalmente as ações e resultados antes de concretizá-los. Como afirma Marx (2004, p. 327) sobre o arquiteto que “tem a colmeia em sua mente antes de construí-la”.

Além disso, a produção imaginária é criadora de significados, pois, através do imaginário, o indivíduo reinterpreta e produz outros sentidos à realidade e, por último, a produção imaginária é influenciada pelo contexto social e histórico, logo, pelas relações de trabalho (Pino, 2016).

A atividade criadora exige condições materiais e simbólicas adequadas. Ao enfrentar a ausência de direitos e as violências, a capacidade de produção imaginária do trabalhador é dificultada. A violência física, psicológica, simbólica e institucional aniquila a função imaginária e a resistência ativa ou passiva à precarização perde os sentidos (Pino, 2016).

A produção imaginária permite a compreensão da insatisfação com o trabalho (Indicador 20) e como a relação com os clientes e as violências (Indicador 14) impedem a produção imaginária, função essencial para o processo humanizador do trabalho. Com isso, sem a possibilidade de criar sentidos e motivos para superar a precarização através da resistência, o trabalhador vive uma alienação dupla: é privado da produção do seu trabalho (ruptura entre significados e sentidos do trabalho); e é privado da possibilidade de resistir à precarização, ou seja, a constituição de sentidos (Marx, 2004/1844; Pino, 2016).

Para Vigotski (2000), o funcionamento do pensamento discursivo é um processo associativo onde as palavras e significados estão ligados por associações, como os bairros elitizados de uma capital brasileira e a possibilidade de sofrer violências pelos clientes que moram nestes bairros. Além disso, a linguagem é mediada por imagens semióticas (representações mentais), que ativam conexões prévias, configurando um mecanismo reprodutivo entre signos e experiências da história individual.

O trecho síntese revela como a violência no trabalho (física e simbólica) estrutura o pensamento e a linguagem do trabalhador, de forma reprodutiva e não de forma criativa. A fala do trabalhador “[...] cliente já pôs arma na cabeça” evidencia a associação entre a realização do trabalho e os riscos, reduzindo o pensamento a unidades associativas limitadas que impedem mediações de resistência (Vigotski, 2000).

A violência simbólica, gera imagens semióticas negativas ao cliente e associa-se à possibilidade de sofrer violências. A violência sofrida durante o trabalho reduz as associações lineares, impedindo a constituição de novos sentidos. A fala do entregador na Entrevista 21 atualiza e revela significados do trabalho com entregas, como o pouco valor social atribuído (fora do período da Pandemia), e revela também sentidos, como a possibilidade de sofrer violências. Nesse contexto, a impossibilidade de resistir, através de mediações materiais ou

simbólicas (políticas de segurança da empresa-plataforma ou do Estado, por exemplo) reforça a linearidade da unidade do pensamento: Trabalhador → Cliente → Violências (Vigotski, 2000; Paula & Santos, 2019).

A conduta violenta dos clientes é socialmente constituída, resultante das relações históricas e culturais. Compreendendo a violência mediada pela cultura, como fenômeno psicossocial e sócio-histórico, embricado nas estruturas sociais de poder (luta de classes), pontua-se que a violência não é um ato individual, mas uma resposta às condições precarizadas das relações sociais de trabalho (Martins & Lacerda Júnior, 2014; Minayo, 1994; Vigotski, 2000).

4.4.5. Núcleo 5: Alternativas ao Trabalho Uberizado e Desconfiança

Trecho síntese: “Se não pagar bem eu acho que os motoqueiros não ficam, não. Todo mundo vaza.” (Entrevista 15).

4.4.5.1. Processos Criativos, Cooperativos e Alternativos

A criatividade como resposta às condições precarizadas destaca a criação humana como enfrentamento às complexidades da realidade. Além disso, essa capacidade configura-se como função psicológica superior ao permitir ao indivíduo a constituição de sentidos e a transformação da realidade (Oliveira & Lima, 2017).

Vigotski (2009) aponta a atividade criadora como “aquela que cria algo novo” (p. 11). Ao discutir esse tema, Vigotski aponta para dois tipos principais de atividades criadoras: a primeira, reconstituidora ou reprodutiva; e a segunda, combinatória ou criadora. A atividade reconstituidora ou reprodutiva está intimamente relacionada à memória e consiste na reprodução de comportamentos ou impressões anteriores da história do indivíduo. Como Vigotski (2009, p.11) explica sobre o primeiro tipo de atividade criadora, “[...] sua essência consiste em reproduzir ou repetir os meios de conduta anteriormente criados e elaborados ou ressuscitar marcas de impressões precedentes”.

Esse tipo de atividade é fundamental para a adaptação humana, pois permite a conservação de experiências passadas e a formação de hábitos. A base orgânica dessa função está na plasticidade do sistema nervoso, que retém marcas de modificações anteriores, facilitando sua reprodução em condições semelhantes. No entanto, essa atividade limita-se ao que já foi vivido pelo indivíduo, por isso, não produz novidades (Vigotski, 2009).

A atividade combinatória ou criadora refere-se à geração de novas imagens ou ações, combinando elementos das experiências anteriores, mas agora de formas inéditas. Vigotski (2009, p. 13) destaca que “Toda atividade do homem que tem como resultado a criação de novas imagens ou ações e não a reprodução de impressões ou ações anteriores de sua experiência, pertence a esse segundo gênero”.

Assim, essa capacidade, denominada imaginação ou fantasia, é fundamental para as novas criações do trabalho e para a transformação da realidade do trabalho. Diferentemente da visão do senso comum, que atribui a criação apenas a gênios, Vigotski (2009) enfatiza que a criação é onipresente, isto é, está em todo lugar ao mesmo tempo, até mesmo nas atividades simples do cotidiano e apesar da precarização. Nisso, o indivíduo reelabora impressões para construir novas realidades.

Assim como os trabalhadores uberizados podem utilizar a atividade criativa para enfrentar os desafios do trabalho, tal como ele se apresenta na atualidade (reconstituindo ou reproduzindo), eles também podem buscar alternativas coletivas que produzam mudanças na realidade social e do trabalho (combinatórias ou criadoras). Como o exemplo das plataformas gerenciadas pelos próprios trabalhadores, cooperativas, sindicatos, coletivos ou outros movimentos para superar a precarização. A atividade criativa, nesse contexto, pode estar a serviço das resistências ativas ou passivas.

A partir dessa perspectiva é possível enfatizar a importância das mediações sociais e dos sistemas simbólicos (como cooperação) para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores e superação dos desafios impostos pelo capitalismo. No entanto, como contradição dialética às mediações que consideram a coletividade como possibilidade transformadora, encontra-se o Indicador 17, que agrupa as desconfianças sobre novas plataformas ou cooperativas.

Apesar das tentativas dos trabalhadores, na busca por novas alternativas e modelos de gerenciamento do trabalho, destacam-se as dificuldades em relação à hegemonia do capital, por exemplo, no campo da publicidade, como destaca o Entrevistado 10: “Pode criar 10 cooperativas, que o povo, aí a Uber lança sabe o que, uma placona aqui, Ó! Uau! [...] a partir de hoje você liga e você vai ganhar uma semana de graça na sua entrega.”. O relato revela o domínio monopolista das empresas-plataforma e como isso dificulta as tentativas de resistência.

Para pensar processos mediadores, que possam reduzir as desconfianças destes trabalhadores, pode-se discutir espaços de diálogo e trocas de experiências, justamente o oposto da realidade imposta pelo trabalho uberizado, que ocupa o tempo, e a unidade corpo-subjetividade (atividade criadora), além de separar os entregadores nos espaços urbanos (Oliveira & Lima, 2017).

Espaços de diálogo para o compartilhamento de experiências, articulação de movimentos e prática de ações para a transformação da realidade do trabalho são fundamentais aos entregadores, pois permitem a reconstituição de significados estereotipados (como a desconfiança) e a produção de novos sentidos para o trabalho. Assim, os entregadores podem abandonar as posturas fundamentalmente fatalistas e passivas, enquanto assumem resistências ativas, fortalecendo a identidade, através de processos criativos, na luta contra a precarização do trabalho (Duarte, 2020; Martín-Baró, 1998; Oliveira & Lima, 2017;).

As opiniões e desconfianças sobre a efetivação de alternativas ao modelo atual de trabalho com entregas (Indicadores 15 e 17), são a expressão da alienação, onde as ações de

reprodução dos trabalhadores em manter o trabalho como está “Se não pagar bem [...]” (Entrevista 15), expressam o fatalismo e negam as resistências ativas de forma combinatória ou criativa.

4.4.5.2. A Unidade Cognição-Afeto na Desconfiança dos Trabalhadores Uberizados

As emoções inspiram a criação e a imaginação. Assim, ao pensar a unidade cognição-afeto da desconfiança, do fatalismo e da desesperança dos entregadores, pode-se inferir que a construção de alternativas ao modelo das empresas-plataformas depende da mobilização de afetos, nesse caso, a desconfiança, o fatalismo e a desesperança. Ao associar-se que a atividade criadora transforma a realidade; e o sentimento e pensamento movem a criação humana, os afetos apresentados pelos trabalhadores fazem sentido (Oliveira & Lima, 2017).

A ruptura entre significados e sentidos do trabalho e a fragmentação das ações coletivas são o cerne para a não realização de qualquer mudança ativa e social na realidade. Desta forma, a ideologia neoliberal toma forma pelo capitalismo e passa a constituir a realidade material do trabalho, logo das mediações para a constituição da unidade cognição-afeto também. A partir dos pressupostos ideológicos e políticos do capitalismo neoliberal, o trabalhador perde as esperanças para a transformação ativa da realidade, ao mesmo tempo em que se torna cúmplice da sua própria dominação e precarização, ao reproduzir as mediações alienantes.

Para compreender as estruturas psíquicas da imaginação, da realidade e da unidade cognição-afeto, torna-se importante esclarecer a relação entre fantasia e realidade no comportamento do trabalhador. De forma sintética, existem quatro formas de relação entre a imaginação e a realidade: a primeira se refere à relação material; a segunda à relação com fenômenos complexos; a terceira diz respeito à relação emocional (cognição-afeto); e a quarta se refere à relação de encarnação material ou cristalização (Vigotski, 2009).

A relação material entre imaginação e realidade diz respeito a como a imaginação constrói-se a partir de elementos de experiências anteriores. A relação com fenômenos complexos, isto é, a experiência de outros indivíduos, permite a imaginação compreender realidades não vivenciadas diretamente, aspecto que ilustra a interpretação das manchetes apresentadas aos entregadores (Anexo I), pois os trabalhadores emitiram opiniões baseando-se em narrativas sociais ou históricas (Vigotski, 2009).

O componente emocional (cognição-afeto) da relação entre imaginação e realidade apresenta duas leis fundamentais: a primeira refere-se à lei do signo emocional comum, isto é, a organização de imagens e ideias, propriamente ditas (desconfiança às cooperativas ou novas

plataformas); e a segunda é a lei da realidade emocional da imaginação, onde as construções imaginárias constituem emoções reais (Vigotski, 2009). Na relação de encarnação material ou cristalização, a imaginação, quando materializada, transforma-se em força real que modifica a realidade (Vigotski, 2009).

Apesar da importância de todas as formas de relação entre imaginação e realidade, nesta discussão destaca-se a terceira forma, a emocional, pois através dela é possível compreender a desconfiança, o fatalismo e a desesperança dos entregadores, antes mesmo da realização de possíveis mudanças. Para Vigotski (2009), a imaginação é limitada pela experiência acumulada, pois se a realidade vivenciada é precarizada, como apontado no Indicador 19, sobre a falta de transparência e dificuldades de comunicação com a empresa-plataforma, as emoções dominantes (desconfiança, fatalismo e desesperança) filtram as possibilidades de transformação da realidade, reforçando opiniões estereotipadas “Todo mundo vaza.” (“vazar” das alternativas às empresas-plataforma), como expõe o trabalhador da Entrevista 15.

A lei do signo emocional comum atua quando a precarização se associa às experiências fatalistas do indivíduo, criando-se um aspecto afetivo que impede novas combinações psíquicas. Isso pode ser exemplificado pelas propostas de criação de cooperativas ou regulamentações serem lidas, pelos trabalhadores, com descrença, pois a emoção dominante, a desconfiança, relaciona-se apenas com memórias que confirmam a visão fatalista (Vigotski, 2009). Como aponta o relato do Entrevistado 7, que aponta dois aspectos inerentes para uma possível plataforma dar certo: pagar bem o trabalhador e ter boa relação com o cliente; caso contrário, não dará certo. “Então, acho assim, é uma coisa boa, um evento bom, esses aplicativos, mas que tem que ver certinho se o aplicativo tem procedência. [...] e é confiável. Então, se não for, não compensa nem nada”.

A lei da realidade emocional da imaginação mostra por que mediações coletivas (como as greves) podem reconstituir a experiência: ao ter a resistência materializada, gera-se emoções reais, como a solidariedade, que reestruturam a unidade cognição-afeto. No entanto, sem a ampliação das experiências, através do acesso a direitos trabalhistas, informações ou modelos alternativos de trabalho, a imaginação permanece reduzida, reproduzindo o fatalismo. A superação desses aspectos exige mediações que produzam rupturas à unidade cognição-afeto fatalista, permitindo novas combinações e reestruturações entre a cognição “é possível mudar” e o afeto “esperança”. Esse aspecto pode ser ilustrado pelo relato do Entrevistado 8, ao falar sobre sua experiência e percepção acerca das mobilizações: “A última até aderi, deu nada pra aumentar taxa. Na verdade, algumas coisas estão mudando, mas é muito pouco, entendeu?”.

4.4.5.3. O Trabalho Como Atividade Humanizadora e Alternativa ao Trabalho Uberizado

Na sociedade capitalista, marcada pela divisão de classes, o trabalho assume uma natureza dual e contraditória. Por um lado, constitui a principal atividade humanizadora, muitas vezes a única, sendo essencial para o desenvolvimento do ser humano, ainda que sob condições de exploração que impedem sua emancipação. Por outro lado, esse mesmo trabalho se torna alienante: fragmentado e precarizado, o que empobrece o psiquismo do trabalhador, subordinando-o à lógica do capital. Quando o trabalho prioriza a reprodução do capital em detrimento do desenvolvimento humano, as habilidades criativas do trabalhador são exigidas apenas na medida necessária para cumprir suas funções. Realidade que dialoga fortemente com o contexto do trabalho uberizado (Rios & Rossler, 2017).

A consciência de classe surge ao trabalhador como tensão dialética entre a humanização e a alienação, podendo levar a ações coletivas com possibilidades de transformação da realidade. Nesse sentido, a desconfiança sobre cooperativas, regulamentação do trabalho ou novas plataformas (Indicador 17), pode ser compreendida como a atualização da alienação, enquanto a participação em alternativas coletivas representa um movimento em direção à consciência de classe (Rios & Rossler, 2017).

A atividade dominante é a atividade social que permite o desenvolvimento psíquico, mediando a relação entre o indivíduo e a realidade social. A atividade dominante muda de forma ao longo da vida do indivíduo e, conseqüentemente, o direcionamento da formação da consciência e da práxis. No contexto da uberização, a atividade dominante pode ser entendida como a relação alienada com a plataforma (Indicador 19), que limita a autonomia dos trabalhadores. Alternativas como cooperativas e plataformas gerenciadas pelos próprios trabalhadores podem configurar-se como novas atividades dominantes, mediando relações de produção de consciência e coletividade no trabalho (Abrantes & Eidt, 2019; Leontiev, 2004;).

Além disso, a atividade dominante pode ser compreendida como uma mediação para a reorganização de processos psíquicos, que constitui funções da unidade cognição-afeto, além de transformar a personalidade, pois influencia a formação de identidades e relações sociais. A atividade dominante não significa necessariamente a atividade mais frequente para o indivíduo, mas a que estrutura o desenvolvimento psíquico, sendo histórica e socialmente constituída (Leontiev, 2004). No entanto, no contexto da uberização, o trabalho geralmente é a atividade com maior frequência, devido às longas jornadas.

Para os entregadores, nesse contexto, a atividade dominante é o trabalho precarizado mediado por algoritmos. Assim, essa atividade reorganiza processos psíquicos através da lógica

da produtividade imposta pelo aplicativo (gamificação), que reestrutura a unidade cognição-afetos (desconfiança, fatalismo e desesperança). Além de transformar a identidade, através da internalização da concepção “empresário de si”, enquanto a precarização limita as mediações para a formação da consciência de classe (Leontiev, 2004).

Contudo, através da mudança da realidade material, como leis trabalhistas (regulamentação do trabalho), coletivos de trabalhadores, sindicatos, cooperativas e alternativas ao modelo hegemônico atual das empresas-plataformas, a atividade dominante pode deslocar-se para formas coletivas e não apenas individualizantes, permitindo a reorganização psíquica dos trabalhadores.

A desconfiança (Indicador 17) não é apenas individual, mas determinada pelas condições particulares, como a falta de transparência das empresas-plataforma (Indicador 19) e universais, pois está submetida à lógica do capital. Por isso, direitos trabalhistas, cooperativas, sindicatos e coletivos surgem como tentativas de resistência, apesar de serem limitadas pelo contexto da precarização do trabalho uberizado (Silva & Santana, 2021).

Capítulo 5. Análise Internúcleos dos Núcleos de Significação: A Dialética das Significações Produzidas Pelos Trabalhadores Uberizados

5.1. Introdução

A análise internúcleos constitui uma etapa avançada do método dos Núcleos de Significação, que busca articular e sintetizar os núcleos construídos, revelando as relações dialéticas entre eles. Essa etapa da pesquisa apresenta a análise internúcleos de cinco núcleos de significação elaborados a partir das entrevistas com os entregadores. Os núcleos analisados foram: 1. Mobilizações dos trabalhadores e formas de resistência; 2. Exploração do trabalho e controle algorítmico; 3. Contradições do trabalho formal; 4. Condições de trabalho e violências; e 5. Alternativas ao trabalho uberizado e desconfiança.

A metodologia dos Núcleos de Significação, fundamentada, nesta pesquisa, através da Psicologia Histórico-Cultural, permite compreender as significações produzidas pelos indivíduos em sua totalidade, considerando as contradições, complementaridades e mediações sociais/históricas que constituem o fenômeno abordado nesta investigação, no caso os significados e sentidos das formas de resistência à precarização do trabalho uberizado. Conforme Aguiar, Aranha e Soares (2021), a análise internúcleos não busca apenas as similaridades, mas principalmente as contradições que revelam a complexidade do real, contextualizando as significações a partir processos sociais amplos.

Nesta análise internúcleos, busca-se articular os cinco núcleos, explorando suas relações dialéticas e revelando as dimensões subjetivas e objetivas da atividade dos trabalhadores uberizados, considerando os contextos institucionais, políticos e ideológicos que permeiam suas experiências. A análise internúcleos nos permite recompor as significações como expressões de uma totalidade orgânica, singular e histórica, revelando a dimensão subjetiva das formas de resistência à precarização do trabalho uberizado.

5.2. A Dialética Entre Resistência e Exploração: Articulação Entre os Núcleos 1 e 2

A articulação entre o Núcleo 1 “Mobilizações dos trabalhadores e formas de resistência” e o Núcleo 2 “Exploração do trabalho e controle algorítmico” revela a seguinte contradição: quanto maior o controle algorítmico e a exploração do trabalho, mais complexas e desafiadoras se tornam as possibilidades de resistências coletivas (ativas). A referida relação dialética se expressa na fala de um entregador: “Cara, não muda nada! Não muda nada!”

(Entrevista 19), que expõe o fatalismo diante das tentativas de mobilização, contrastando com a percepção de que “[...] as pessoas não querem ser escravo! Não querem! Querem é ter liberdade de escolher” (Entrevista 10). Apesar da desconfiança e desesperança, os trabalhadores têm objetivos claros em relação à própria liberdade, autonomia e atividade. No entanto, a realidade do trabalho (precarizado) será o obstáculo para a concretização destes e outros objetivos.

O controle algorítmico, analisado no Núcleo 2, funciona como mediação alienante que fragmenta a consciência do trabalhador, dificultando a percepção da totalidade das relações de exploração. Como apontado por Leontiev (2004), a alienação ocorre quando há uma ruptura entre o significado social e o sentido pessoal do trabalho. No contexto da uberização, a ruptura é intensificada pela mediação tecnológica, que cria a ilusão de autonomia enquanto intensifica a exploração.

As empresas-plataforma desenvolvem estratégias específicas para enfraquecer as mobilizações, como evidenciado no Indicador 6 do Núcleo 1. As referidas estratégias se articulam diretamente com os mecanismos de controle algorítmico descritos no Núcleo 2, considerando que as empresas-plataforma possuem ferramentas que reduzem a autonomia do trabalhador e, conseqüentemente, atrapalham a organização coletiva, tanto na organização, quanto na realização de manifestações, por exemplo.

A contradição principal entre os Núcleos 1 e 2 está no fato de que as mesmas tecnologias que intensificam a exploração (aplicativos, algoritmos, sistemas de geolocalização e outras) também podem ser apropriadas como instrumentos de resistência. Como apontado na análise do Núcleo 1, onde as mediações coletivas, na forma de resistências, permitem que os entregadores reflitam e tomem consciência sobre elementos universais e singulares da divisão e alienação do trabalho. Simultaneamente, o Núcleo 2 revela que a mediação tecnológica das empresas-plataformas tem uma dupla perspectiva: primeiro, o discurso falacioso de “autonomia”; e segundo, a materialidade da plataforma como ferramenta de controle para a intensificação da exploração.

5.3. A Precarização Como *Continuum*: Articulação Entre os Núcleos 2 e 3

A articulação entre o Núcleo 2 “Exploração do trabalho e controle algorítmico” e o Núcleo 3 “Contradições do trabalho formal” revela que a precarização não é exclusividade do trabalho uberizado, mas constitui um *continuum* que perpassa diferentes modalidades de trabalho no capitalismo contemporâneo, seja ele formal, informal, uberizado ou outros. Essa

generalização da precarização pode ser identificada na fala do Entrevistado 11: “Não! Não valeria a pena no Brasil. Porque eles vão querer pagar o salário-mínimo [...] pra gente trabalhar no aplicativo, com manutenção, gasolina, óleo, pra você mesmo trocar”.

O Núcleo 2 analisa como o controle algorítmico intensifica a exploração ao transferir custos e riscos para os entregadores, enquanto o Núcleo 3 revela que mesmo o trabalho formal, com suas garantias legais, não assegura condições dignas de existência no capitalismo. Por isso, a contradição central entre estes núcleos está na suposta dicotomia entre trabalho formal e uberizado, quando, na verdade, ambos representam diferentes perspectivas da mesma lógica de exploração capitalista.

O conceito de drama, abordado no Núcleo 3, ilustra essa contradição ao apontar o conflito vivenciado pelos trabalhadores, pois o drama do trabalho pode ser entendido como um conflito interno, isto é, um conflito psíquico sincrônico (simultâneo), como por exemplo, a tensão entre a motivação para a sobrevivência e as vontades do trabalhador, ou o trabalho formal na escala 6 por 1 (quando existe essa possibilidade) ou o trabalho uberizado com entregas (quando existe essa possibilidade).

A mediação histórica desta relação de similaridade entre modalidades diferentes de trabalho se dá pelas reformas trabalhistas, principalmente no aspecto da flexibilização das relações de trabalho, que aproximam cada vez mais o trabalho formal das condições precárias do trabalho uberizado. Como apontado no Núcleo 3, as reformas trabalhistas, como a que houve em 2017 no Brasil (Lei nº 13.467), exemplificam a atualização e instrumentalização do campo jurídico-político para a precarização do trabalho sob o argumento de enfrentamento de supostas “crises” (Mészáros, 2011).

5.4. A Violência Estrutural no Trabalho e as Resistências: Articulação Entre os Núcleos 3 e 4

A articulação entre o Núcleo 3 “Contradições do trabalho formal” e o Núcleo 4 “Condições de trabalho e violências”, revela como a precarização do trabalho se manifesta na forma violências físicas, psicológicas, simbólicas e estruturais que permeiam a experiência dos trabalhadores uberizados. A experiência das violências fica evidente na fala do Entrevistado 21: “É igual eu te falei sobre aquele respeito que na pandemia tratava a gente bem, né? Hoje em dia não trata, né?! Trata com ignorância. Eu já tive muito amigo meu que cliente já pôs a arma na cabeça [...]. Aqui em Goiânia mesmo”.

O Núcleo 3 analisa as contradições do trabalho formal e a falaciosa concepção de escolha entre diferentes modalidades de precarização, enquanto o Núcleo 4 revela como estas contradições se materializam em violências no cotidiano dos trabalhadores. A violência, como apontado no Núcleo 4, não trata de um fato isolado, mas da organização social que naturaliza a violência em diversos campos, incluindo nas relações de trabalho; cliente-entregadores, entregadores-restaurantes, entregadores-plataforma e outras.

A contradição deste núcleo está no fato de que a violência, aparentemente individual e circunstancial: “caso isolado”, é na verdade uma expressão da violência estrutural da forma como a sociedade capitalista é estruturada. Como apontado no Núcleo 4, a violência mencionada pelo trabalhador “[...] arma na cabeça” (Entrevista 21), é um desdobramento histórico e atualização do escravismo, do colonialismo, do racismo estrutural, do elitismo, da precarização das condições de trabalho, entre outros processos, mas principalmente da luta de classes.

A mediação histórica desta relação se dá pela transformação das relações de trabalho no capitalismo contemporâneo, onde a uberização representa a intensificação da precarização. O breve reconhecimento dos entregadores durante a pandemia, mencionado no trecho síntese do Núcleo 4, revela o caráter instrumental do reconhecimento, que rapidamente deu lugar à desvalorização e à violência, após a flexibilização das medidas sanitárias.

5.5. Violência e Desconfiança: Articulação Entre os Núcleos 4 e 5

A articulação entre o Núcleo 4 “Condições de trabalho e violências” e o Núcleo 5 “Alternativas ao trabalho uberizado e desconfiança” revela como as violências cotidianas reforçam a desconfiança em relação às alternativas ao modelo atual de trabalho, tendo em vista a incerteza e volatilidade da realidade uberizada. A articulação se expressa na contradição entre a violência naturalizada: “Eu já tive muito amigo meu que cliente já pôs a arma na cabeça” (Entrevista 21), e a desconfiança em relação às alternativas: “Se não pagar bem eu acho que os motoqueiros não ficam, não. Todo mundo vaza.” (Entrevista 15).

O Núcleo 4 analisa as condições concretas de trabalho e as violências físicas, psicológicas, simbólicas e institucionais enfrentadas pelos entregadores, enquanto o Núcleo 5 articula as possibilidades e limites das alternativas ao trabalho uberizado. A contradição entre estes núcleos (4 e 5) está no fato de que as mesmas violências que poderiam impulsionar a busca por alternativas também reforçam a desconfiança, o fatalismo, a resignação, e desesperança, dificultando a efetivação de possibilidades de transformação.

Como apontado no Núcleo 5, a lei do signo emocional comum atua quando a precarização se associa às experiências fatalistas progressas do indivíduo, criando-se aspectos cognitivo-afetivos que impedem novas combinações psíquicas. Isso pode ser exemplificado pelas possibilidades de criação de cooperativas ou regulamentações serem compreendidas, pelos trabalhadores, com descrença, pois a emoção dominante, a desconfiança, relaciona-se apenas com memórias que confirmam a visão fatalista.

A mediação histórica desta relação se dá pelas experiências prévias de fracasso de iniciativas coletivas e pela naturalização da precarização como um destino que não tem como escapar. O breve reconhecimento dos entregadores durante a pandemia, mencionado no Núcleo 4, contrasta com a desconfiança em relação às alternativas, revelando como a experiência da violência e da desvalorização limita a imaginação de possíveis futuros.

5.6. Alternativas e Mobilizações: Articulação Entre os Núcleos 5 e 1

A articulação entre o Núcleo 5 “Alternativas ao trabalho uberizado e desconfiança” e o Núcleo 1 “Mobilizações dos trabalhadores e formas de resistência” encerra a análise internúcleos, revelando como a desconfiança em relação às alternativas limita as mobilizações, mas também como as mobilizações realizadas podem reduzir a desconfiança. Esta relação se expressa na contradição entre a desconfiança: “Se não pagar bem eu acho que os motoqueiros não ficam, não. Todo mundo vaza.” (Entrevista 15) e o fatalismo diante das mobilizações: “Cara, não muda nada! Não muda nada!” (Entrevista 19).

O Núcleo 5 analisa as possibilidades e limites das alternativas ao trabalho uberizado, enquanto o Núcleo 1 examina as formas de resistência e mobilização dos trabalhadores. A contradição entre estes núcleos está no fato de que a desconfiança em relação às alternativas limita as mobilizações, mas as mobilizações realizadas podem reduzir a desconfiança, criando potencial para transformação. Além disso, destacam-se as contradições entre pensar, sentir e agir: há relatos de que as mobilizações não “mudam” nada, ao mesmo tempo em que existem registros de adesão e participação em protestos, paralisações e outras formas de mobilização.

Como apontado no Núcleo 5, a lei da realidade emocional da imaginação mostra por que mediações coletivas (como as greves) podem reconstituir a experiência: ao ter a resistência materializada, gera-se emoções reais, como a solidariedade de classe, que reestruturam a unidade cognição-afeto. Simultaneamente, o Núcleo 1 revela que as formas de resistência dos trabalhadores mostram-se contraditórias, principalmente as formas passivas, pois a resistência coletiva é um fenômeno dialético: pode gerar sofrimento pela frustração das reivindicações que

não se desdobram em mudanças; e pode gerar tomada de consciência das relações de exploração do trabalho.

A mediação histórica desta relação se dá pela transformação das formas de organização coletiva no contexto da uberização. Como apontado no Núcleo 1, a resistência ativa à precarização torna-se atividade quando os projetos individuais dos entregadores giram em torno de um mesmo objetivo e os trabalhadores assumem a existência de necessidades em comum, que podem ser: melhores taxas de entrega, suporte com custos e riscos, transparência nos processos de comunicação com a empresa-plataforma e outras.

5.7. Síntese da Totalidade do Trabalho Uberizado

A análise internúcleos dos cinco núcleos de significação aponta a complexidade do trabalho uberizado como uma totalidade dialética, onde exploração, resistência, contradições, violências e alternativas se articulam em um processo dinâmico, histórico, político, ideológico, social, cultural e individual. A totalidade desses processos pode ser compreendida, nesta pesquisa, a partir de quatro eixos principais:

1º eixo: A dialética da alienação e da resistência:

A alienação, conceito que perpassa todos os núcleos, manifesta-se na ruptura entre o significado social e o sentido pessoal do trabalho (Leontiev, 2004). No trabalho uberizado, esta ruptura é intensificada pela mediação algorítmica, que fragmenta a consciência e a atividade do trabalhador, além de dificultar a percepção da totalidade das relações de exploração.

Simultaneamente, as resistências coletivas, surgem como alternativas ao modelo atual e, principalmente, tentativas de reintegrar significados e sentidos, superando a fragmentação imposta pelo controle algorítmico. Como apontado no Núcleo 1, a resistência coletiva pode produzir sofrimento pela frustração das reivindicações que não se desdobram em mudanças, mas também pode gerar tomada de consciência das relações de exploração do trabalho.

2º eixo: A precarização como processo histórico e estrutural:

A precarização não é exclusividade do trabalho uberizado, mas constitui processos históricos e estruturais que perpassam diferentes modalidades de trabalho no capitalismo primitivo e contemporâneo. Como revelado na articulação entre os Núcleos 2 e 3, a falsa dicotomia entre trabalho formal e uberizado, oculta o fato de que ambos representam diferentes aspectos da mesma lógica e estrutura de exploração capitalista.

Os processos de precarização são mediados por transformações jurídico-políticas, como as reformas trabalhistas, que flexibilizam as relações de trabalho e aproximam cada vez mais

o trabalho formal das condições precárias do trabalho uberizado. A precarização, portanto, não é um desvio, mas uma característica estrutural do modo capitalista.

3º eixo: A violência como expressão da luta de classes

As violências físicas, psicológicas, simbólicas e institucionais enfrentadas pelos trabalhadores uberizados não são fenômenos isolados, mas expressões da violência estrutural do capitalismo e da luta de classes. Como apontado no Núcleo 4, estas violências são desdobramentos de processos históricos, que mantêm os seus vestígios no tecido cultural. No entanto, a violência é, no contexto da uberização uma expressão da luta de classes, principalmente no aspecto da opressão das elites dominantes, tendo em vista a sua necessidade para a manutenção do estado das coisas.

A naturalização das violências é parte do processo de dominação, que busca individualizar problemas estruturais e desmobilizar as resistências coletivas. No entanto, como apresentado na análise internúcleos dos Núcleos 4 e 1, estas mesmas violências podem ser reorganizadas através da ação coletiva, transformando-se em força motriz para a mobilização, isto é, o ódio de classes como combustível para a tomada de consciência sobre a luta de classes e a resistência da classe trabalhadora.

4º eixo: A atividade criadora e suas limitações

A atividade criadora, conceito exposto no Núcleo 5, representa a capacidade humana de transformar a realidade e construir alternativas ao modelo atual de trabalho. No entanto, esta atividade é limitada pela experiência acumulada e pelas emoções dominantes impostas pela realidade do trabalho precarizado: desconfiança, fatalismo e desesperança, que filtram as possibilidades de transformação da realidade.

Como apontado no Núcleo 5, a lei do signo emocional comum atua quando a precarização se associa às experiências fatalistas do indivíduo, criando-se um aspecto afetivo que impede novas combinações psíquicas. Simultaneamente, a lei da realidade emocional da imaginação mostra por que mediações coletivas, como as resistências ativas, podem reconstituir a experiência: ao ter a resistência materializada, gera-se emoções reais, como a solidariedade de classe, que reestruturam a unidade cognição-afeto.

Considerações Finais

Esta dissertação teve como objetivo geral analisar os significados e sentidos das resistências ao trabalho precarizado no contexto da uberização. Para isso, foram estabelecidos objetivos específicos que buscaram apresentar o estado atual do trabalho precarizado na uberização, explorar os aspectos psicossociais que constituem a produção de significados e sentidos nas resistências, e investigar os significados e sentidos que compõem as mediações das resistências ao trabalho uberizado.

Diante desses objetivos e do processo para a construção desta pesquisa, destaca-se que todos os objetivos foram atingidos. Com isso, ressalta-se que o processo de pesquisa, balizado pelos objetivos acima, foi importante para a constituição, ampliação de perspectivas, fundamentais ao texto e à construção da realidade material do pesquisador.

A pergunta de pesquisa foi respondida, isto é, o questionamento sobre como os trabalhadores têm se organizado para resistir à precarização das condições de trabalho no contexto do trabalho uberizado. Confirmou-se também a hipótese de que os trabalhadores uberizados resistem, apesar das adversidades. No entanto, destaca-se a ressalva de que as resistências podem apresentar um caráter passivo (individual), o que reforça o fatalismo e a alienação.

O percurso metodológico adotado para alcançar os objetivos foi de natureza qualitativa, derivada do projeto multicêntrico “Nexos da Uberização”, mas com as devidas adaptações necessárias e possíveis. Para a realização da pesquisa, utilizaram-se entrevistas semiestruturadas com entregadores por aplicativos, e a análise dos dados foi realizada a partir da construção de Núcleos de Significação, articulados com os pressupostos teóricos da Psicologia Histórico-Cultural (PHC) e do Materialismo Histórico-Dialético (MHD). Considerando-se a metodologia instrumental, analítica e teórica, observa-se que as mesmas se mostraram suficientes para a tentativa de responder aos objetivos e desvelar a realidade além do que foi perguntado.

Ao longo dos capítulos construídos, esta dissertação aprofundou-se na complexidade do trabalho uberizado e nas formas de resistência a ele. O Capítulo 1, “As crises do capitalismo e a uberização do trabalho: a precarização contemporânea”, estabeleceu as aproximações entre as crises do capitalismo e sua inter-relação com a uberização do trabalho. Distanciando-se de concepções causais, buscou-se apontar como as reestruturações produtivas capitalistas e suas determinações macroeconômicas mundializadas desdobram-se em reconfigurações para a saída de suas crises, inerentes à própria estrutura capitalista.

Nesse contexto, a exploração precarizada da força de trabalho emerge como fundamento e expressão central do modo de produção capitalista, que adota o neoliberalismo como ideologia econômica e o toyotismo como modelo de produção. Além disso, a acumulação flexível, característica desse cenário, deteriora a realidade ao produzir desemprego crônico, crises cíclicas e estruturais e degradação da vida do trabalhador, em busca do lucro.

O Capítulo 2, “Uberização do trabalho: conceituação e particularidades”, dedicou-se a apresentar a uberização do trabalho, discutindo sua conceituação intrincada e suas particularidades históricas. A demonstração desse fenômeno, embora difundido como “economia de compartilhamento”, representa, na verdade, a captura capitalista das formas de existir e a intensa precarização e superexploração da força de trabalho, especialmente no setor de serviços intermediados por empresas-plataforma. Assim, a discussão inicial permitiu contextualizar a realidade do trabalho contemporâneo, marcado pela flexibilidade e superexploração, além das tecnologias capturadas pelo capital para ampliar e sofisticar a exploração do trabalhador.

No Capítulo 3, “As resistências ao trabalho precarizado: da fábrica à empresa-plataforma”, foi realizado um levantamento sobre as resistências ao trabalho precarizado, destacando-se os processos históricos dos movimentos sociais e como eles se manifestaram e manifestam na realidade atual, especificamente os desdobramentos para a exploração na forma da uberização. Nesta pesquisa, destaca-se que a resistência à precarização não é um fenômeno recente, remontando a movimentos históricos como os quilombos, rebeliões e as greves operárias. No presente cenário da uberização, a pesquisa buscou desvelar os movimentos de resistência em resposta à “Indústria 4.0” e à reestruturação produtiva do capital, enfatizando que, enquanto houver reestruturação do capital, haverá, dialeticamente, a reestruturação das lutas e resistências.

O Capítulo 4, “Aspectos psicossociais da uberização: considerações a partir dos sentidos e significados do trabalho de entregadores por aplicativo”, apresenta os resultados e discussões das entrevistas a partir dos Núcleos de Significação e sua análise internúcleos e intranúcleos, a partir dos pressupostos da PHC e do MHD, articulando como a inter-relação dos significados sociais e os sentidos individuais das resistências às precarizações são construções materiais, simbólicas, históricas e ideológicas e, portanto, orientam a formação do psiquismo e ações, individuais e coletivas, dos trabalhadores uberizados.

No Capítulo 5, “Análise Internúcleos dos Núcleos de Significação: A Dialética das Significações Produzidas Pelos Trabalhadores Uberizados”, destaca-se a análise entre os

núcleos, isto é, o que é similar, complementar ou contraditório, mas entre os cinco núcleos de significação.

Em síntese, esta dissertação oferece a análise aprofundada da uberização do trabalho, mas não apenas no sentido descritivo dos elementos produtores de precarização, mas, fundamentalmente, explorando as diversas formas de resistência que são produzidas a partir deste contexto. Ao integrar a PHC e o MHD, a pesquisa direciona-se à compreensão das dimensões psicossociais que embasam as resistências dos trabalhadores. Esta dissertação ressalta que a luta por direitos e dignidade é uma constante histórica e que as tecnologias, embora capturadas e instrumentalizadas pelo capital para intensificar a exploração, também podem ser instrumento mediador para novas formas de organização e mobilização.

No que diz respeito a pensar os limites desta pesquisa para além do contexto acadêmico, ela cumpre a função de validar as vozes e as experiências dos trabalhadores uberizados e, mais do que isso, a validação de suas estratégias de resistência. Ao desvelar os significados e sentidos de suas lutas, a pesquisa contribui para a mediação da produção de consciência política e de classe, além do fortalecimento das formas de organização, fornecendo subsídios para a construção de discursos e ações que busquem a melhoria de suas condições de trabalho e de vida.

Para o campo social, esta dissertação desempenha a função de informar os desdobramentos da precarização através de um modelo de exploração de trabalho que prioriza o lucro em detrimento da dignidade humana. Ao expor as contradições da uberização e as respostas dos trabalhadores, esta pesquisa fomenta o debate público sobre a necessidade de regulamentação, proteção social e valorização do trabalho uberizado.

A Psicologia, enquanto práxis, desempenha um papel crucial na transformação do estado precarizado do trabalho. Conforme abordado na dissertação, embora a Psicologia em si não produza revoluções, o psicólogo, em sua atuação, tem a possibilidade de contribuir significativamente para os interesses da classe trabalhadora. A PHC, em particular, oferece arcabouço teórico robusto para a compreensão de como as condições materiais de existência, incluindo a precarização do trabalho, constituem a subjetividade e a produção de sentidos. Ao analisar as emoções, os sentidos e os significados como construções sociais e históricas, a PHC permite desvelar as dimensões psicossociais da exploração e da resistência.

A atuação do psicólogo, balizada por essa perspectiva crítica, pode se dar em diferentes frentes: no apoio à organização dos trabalhadores, na promoção da saúde mental, na formulação de políticas públicas que visem à proteção dos direitos trabalhistas, na educação e mediação da formação de consciência sobre as dinâmicas de exploração, as possibilidades de transformação

social e revoluções. Ao compreender a realidade do trabalho de forma crítica, a Psicologia pode contribuir para a construção de alternativas concretas, promovendo a liberdade, a autonomia e as insurgências necessárias para superar o capitalismo e a precarização do trabalho neste modo de produção, construindo um horizonte digno para todo(a)s o(a)s trabalhadores(as).

Referências

- Abílio, L. C. (2019). Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, 18(3), 41-51. <https://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue3-fulltext-1674>
- Abílio, L. C. (2020a). *Breque no despotismo algorítmico: Uberização, trabalho sob demanda e insubordinação*. Blog da Boitempo. <https://blogdaboitempo.com.br/2020/07/30/breque-no-despotismo-algoritmico-uberizacao-trabalho-sob-demanda-e-insubordinacao/>
- Abílio, L. C. (2020b). Uberização e juventude periférica: Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos Estudos CEBRAP*, 39(3), 579–597. <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030008>
- Abílio, L. C. (2020c). Uberização: a era do trabalhador just-in-time? *Estudos Avançados*, 34(98), 111–126. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>
- Abílio, L. C., & Santiago, S. M. (2024). *Dossiê das violações dos direitos humanos no trabalho uberizado: o caso dos motofretistas na cidade de Campinas*. Diretoria Executiva de Direitos Humanos, Unicamp.
- Abílio, L. C., Amorim, H., & Grohmann, R. (2021). Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. *Sociologias*, 23(57), 26-56. <https://doi.org/10.1590/15174522-116484>
- Abrantes, A. A., & Eidt, N. M. (2019). Psicologia histórico-cultural e a atividade dominante como mediação que forma e se transforma: contradições e crises na periodização do desenvolvimento psíquico. *Obutchénie. Revista De Didática E Psicologia Pedagógica*, 3(3), 1-36. <https://doi.org/10.14393/OBv3n3.a2019-51694>
- Addor, C. A. (2007). A greve de 1903: primórdios do movimento operário no Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 14(2), 635-639. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702007000200017>
- Aguiar, W. M. J. de, Soares, J. R., & Machado, V. C. (2015). Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. *Cadernos de Pesquisa*, 45(155), 56–75. <https://doi.org/10.1590/198053142818>
- Almeida, E. R., Silva, S. A., Moreira, E. E. P., Souza, A. M. C., & Rocha, P. C. S. (2020). Produção do conhecimento no campo da educação profissional e tecnológica no contexto do Toyotismo. *Research, Society and Development*, 9(9), e9193332. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i9.3332>
- Antunes, R. (2000). Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In *La ciudadanía negada: Políticas de exclusión en la educación y el trabajo*. CLACSO.
- Antunes, R. (2006). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* (11^a ed.). São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas.

- Antunes, R. (2009). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2014). Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. *Estudos Avançados*, 28(81), 39–53. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142014000200004>
- Antunes, R. (Org.). (2020). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0* (1ª ed.). Boitempo.
- Antunes, R., & Braga, R. (2009). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo.
- Araújo, B. R. T. (2017). Movimento operário, atuação e pensamento político-ideológico de Antonio Bernardo Canellas no Nordeste (1916-1920): um esboço interpretativo. *Revista Mundos do Trabalho*, 9(18), 99-118. <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2017v9n18p99>
- Araújo, R., & Oliveira, H. C. (2016). Qualidade, eficiência e avaliação docente: uma nova pedagogia flexível? *Eccos*, (41), 173-188. <https://doi.org/10.5585/eccos.n41.5273>
- Asbahr, F. da S. F. (2005). A pesquisa sobre a atividade pedagógica: contribuições da teoria da atividade. *Revista Brasileira De Educação*, (29), 108–118. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000200009>
- Barbosa, R. H. S. (2010). A 'teoria da práxis': retomando o referencial marxista para o enfrentamento do capitalismo no campo da saúde. *Trabalho, Educação E Saúde*, 8(1), 9–26. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462010000100002>
- Barbosa, V. (2020). *Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística. Conheça coletivos e cooperativas de entregadores no Brasil*. <https://cnttl.org.br/noticia/9994/conheca-coletivos-e-cooperativas-de-entregadores-no-brasil>
- Baron, T., & Opuszka, P. R. (2020). A ciência nas trincheiras do desenvolvimento: Recuperar o trabalho humano por um desenvolvimento autenticamente nacional. *Revista Carta Internacional*, 15(1), 184-207.
- Borba, C. da C. M. de F., & D'Angelo, I. B. de M. (2019). O sistema capitalista no contexto dos trabalhadores migrantes e refugiados: o mito de sísifo. *Research, Society and Development*, 9(11), e119111826.
- Braga, R. (2012). *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. Boitempo.
- Braga, R. (2019). Retorno da luta de classes sem classes? Economia moral e resistência popular no Brasil, na África do Sul e em Portugal. *Sociologia & Antropologia*, 9(2), 469–493. <https://doi.org/10.1590/2238-38752019v926>
- Branco, P. M. C., & Silva, S. J. da. (2024). Precários, mas organizados: a estratégia de resistência dos uberizados. *Cadernos Metrópole*, 26(59), 123-142. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2024-5906>
- Braverman, H. (1974). *Trabalho e Capital Monopolista*. Zahar.

- Calvete, C. da S. (2023). Tempo de trabalho nas plataformas digitais: o suprassumo do tempo do trabalhador. *Economia E Sociedade*, 32(2), 409–427. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2023v32n2art07>
- Carcanholo, M. D. (2013). O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. *Revista Crítica Marxista*, 37, 45-62.
- Carvalho, M. J. M. de. (1998). *Liberdade: Rotinas e rupturas do escravismo*. Recife, 1822-1850. Recife: Editora Universitária da UFPE.
- Casagrande, L. P., & Antunes, T. C. M. (2014). O Dumping Social e a Proteção aos Direitos Sociais dos Trabalhadores. *Cadernos Do Programa De Pós-Graduação Em Direito – PPGDir./UFRGS*, 9(2). <https://doi.org/10.22456/2317-8558.50527>
- Cenci, A. (2018). O conceito de trabalho em Vygotski: Apropriação e desenvolvimento das proposições de Marx/Engels. *Revista Trabalho Necessário*, 10(15). <https://doi.org/10.22409/tn.10i15.p6867>
- Ceribeli, H. B., & Rocha, G. B. de S. (2019). Uma análise da relação entre flexibilização do trabalho, exaustão emocional e engajamento dos trabalhadores. *Revista Ciências Administrativas*, 25(1). <https://doi.org/10.5020/2318-0722.2019.7420>
- Conselho Federal de Psicologia. (2010). *Psicologia crítica do trabalho na sociedade contemporânea*. CFP.
- Costa, M. L. S. (2024). Da violência que estrutura a sociedade ao comportamento violento: contribuições da Teoria Histórico-Cultural. *Obutchénie. Revista De Didática E Psicologia Pedagógica*, 8(Contínua). <https://doi.org/10.14393/OBv8.e2024-45>
- D'Angelo, I. B. M., & Finelli, L. C. (2021). O sistema capitalista e suas crises cíclicas: Do retrocesso social à escravidão contemporânea. *Revista Novos Estudos Jurídicos*, 26(1), 160-179. <https://doi.org/10.14210/nej.v26n1.p160-179>
- Delari Junior, A. (2011). Sentidos do “drama” na perspectiva de Vigotski: um diálogo no limiar entre arte e psicologia. *Psicologia Em Estudo*, 16(2), 181–197.
- Dias, A. R., Queiroz, V. B., Facci, M. G. D., & Urt, S. da C. (2024). Afastamento e adoecimento docente na universidade. *Cadernos De Pesquisa*, 30(4), 277–299. <https://doi.org/10.18764/2178-2229v30n4.2023.68>
- Dias, G. V., & Tostes, J. G. R. (2021). Um sistema complexo longe do equilíbrio: A complexidade nas críticas ao capitalismo de Wallerstein e Mészáros. *Tramas y Redes*, (1), 87-102. <https://doi.org/10.54871/c14c104a>
- Duarte, N. (2000). *Vygotsky e o “aprender a aprender” crítica às apropriações neoliberais*.
- Duarte, N. (2004). O bezerro de ouro, o fetichismo da mercadoria e o fetichismo da individualidade. In N. Duarte (Org.), *Crítica ao fetichismo da individualidade* (pp. 1-21). Campinas, SP: Autores Associados.

- Duarte, N. (2004). O bezerro de ouro, o fetichismo da mercadoria e o fetichismo da individualidade. In N. Duarte (Org.), *Crítica ao fetichismo da individualidade* (pp. 1-21). Autores Associados.
- Duarte, N. (2020). A resistência ativa dos professores à doutrinação obscurantista neoliberal. In M. G. D. Facci & S. C. Urt (Orgs.), *Quando os professores adoecem: demandas para a psicologia e a educação* (pp. 23-44). Editora UFMS.
- Duménil, G., & Lévy, D. (2007). Neoliberalismo: neo-imperialismo. *Economia E Sociedade*, 16(1), 1–19. <https://doi.org/10.1590/S0104-06182007000100001>
- Durães, B. R. (2020). Do trabalho informal tradicional ao uberizado: história, inovação e pandemia. *NAU Social*, 11(21), 361–375. <https://doi.org/10.9771/ns.v11i21.38671>
- Facci, M. G. D. (2019). O adoecimento do professor frente à violência na escola. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31(2), 130-142. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i2/5647>
- Facci, M. G. D., & Esper, M. B. S. B. (2020). Adoecimento e medicalização de professores universitários frente a precarização e intensificação do trabalho. *Movimento-Revista de Educação*, 7(15), 50-78. <https://doi.org/10.22409/mov.v7i15.42453>
- Facci, M. G. D., Urt, S. C., & Barros, A. T. F. (2018). Professor readaptado: a precarização do trabalho docente e o adoecimento. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22(2), 281-290.
- Farias, S. K. P., & Schmitz, H. (2024). Crise do sindicalismo no contexto da flexibilização e precarização do trabalho no Brasil. *Sociedade e Estado*, 39(2), e45656. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-20243902e45656>
- Fernandes, F. (1964). *A integração do negro na sociedade de classes*. Dominus.
- Fernandes, F. (1973). *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Fernandes, L. V. (2022). Processos grupais e atividade docente: uma proposta interventiva para saúde psicológica. *Obutchénie. Revista De Didática E Psicologia Pedagógica*, 6(1), 106-130. <https://doi.org/10.14393/OBv6n1.a2022-64387>
- Ferreira, N. S. de A. (2002). As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educ. Soc.*, 23(79), 257-272. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>
- Ferreira, R. L. (2013). Quatro visões e a construção de uma história: as interpretações sobre o ressurgimento do movimento operário na região do ABC paulista, 1978-1980. *Brasíliana - Journal for Brazilian Studies*, 2(1), 142-168. <https://doi.org/10.25160/v2.i1/d6>
- Florêncio, M. R. (2020). A pandemia e o aprofundamento da racialização. *Revista do NESEF*, 9(2), 52-61.

- França, R. L., Previtali, F. S., & Lucena, C. (2009). Trabalho e educação: A formação do trabalhador no contexto das crises cíclicas do capitalismo monopolista. *Revista HISTEDBR On-line*, 9(35), 201-219. <https://doi.org/10.20396/rho.v9i35.8639651>
- França, R. M. S., & Gershenson, B. (2023). O encarceramento de mulheres no capitalismo dependente e periférico brasileiro. *Revista Katálysis*, 26(2), 222-231. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2023.e90729>
- Franco, D. S., Ferraz, D. L. da S., & Ferraz, J. de M. (2023). Uberization Political Economy: Worker Exploitation Regarding Three Forms of Work Intermediation in Platform Companies. *Organizações & Sociedade*, 30(105), 360-387. <https://doi.org/10.1590/1984-92302023v30n0012EN>
- Franco, T., Druck, G., & Seligmann-Silva, E. (2010). As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista Brasileira De Saúde Ocupacional*, 35(122), 229-248. <https://doi.org/10.1590/S0303-76572010000200006>
- Gaulejac, V. (2007). *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Aparecida, SP: Ideias & Letras.
- Gennari, A. M. (2020). Crise capitalista, pandemia e a quarta revolução industrial: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. *Revista Fim do Mundo*, 3, 19-49. <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2024v16n38pe17546>
- Geraldo, E. (2012). Os prisioneiros do Benevente. *Revista Brasileira de História*, 32(64), 59-76. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882012000200004>
- Góes, M. C. R., & Cruz, M. N. (2016). Sentido, significado e conceito: notas sobre as contribuições de Lev Vigotski. *Pro-Posições*, 17(2), 31-45. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643627>
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244.
- Gonzalez, L. (2020). *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos*. Zahar.
- Guerra, E. L. A. (2000). Do fordismo à acumulação flexível: uma análise sobre as mudanças nos papéis dos atores sociais relevantes. *Educação & Tecnologia*, 5(2), 71-75. <https://periodicos.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/viewFile/14/11>
- Gurgel, C., & Justen, A. (2021). Estado de bem-estar social no Brasil: uma revisão ou a crise e o fim do “espírito de Dunquerque”. *Cadernos EBAPE.BR*, 19(3), 395-407. <https://doi.org/10.1590/1679-395120200033>
- Harman, C. (1979). *O que é o marxismo?* (J. A. L. Gonçâlez, Trad.). <https://www.marxists.org/portugues/harman/1979/marxismo/index.htm>
- Harvey, D. (1992). *Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola.

- Harvey, D. (2004). *O Novo Imperialismo*. Loyola.
- Harvey, D. (2006). *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola.
- Hobsbawm, E. (1962). *A Era das Revoluções*. Paz e Terra.
- Hobsbawm, E. J. (2000). *Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado* (M. L. T. V. Medeiros, Trad.). Paz e Terra.
- Junqueira, F. R. de A. (2020). O movimento operário no interior paulista: uma análise das greves gerais de 1917 e 1919 em Piracicaba. *Mundos do Trabalho*, 12, 1-21. <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2020.e74220>
- Kalil, R. B. (2020). Organização coletiva dos trabalhadores no capitalismo de plataforma. *Contracampo*, 39(2), 79-93. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i2.38570>
- Koury, S. E. C., & Melém, A. A. J. (2020). O mercado flexibilizado e a precarização do trabalho do cibertariado. *Revista Direito e Justiça*, 20(38). <https://doi.org/10.31512/rdj.v20i38.163>
- Lara, R., & Diogo, P. R. (2022). A herança escravista de longa duração na formação do mercado de trabalho no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, (145), 72-90. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.293>
- Lazzareschi, N., Graglia, M. A. V., & Huelsen, P. G. V. (2021). As formas de resistência dos trabalhadores no contexto da Indústria 4.0 e da Inteligência Artificial. *Argumentum*, 13(2), 193-207. <https://doi.org/10.18315/argumentum.v13i2.28602>
- Leite, H. A., da Silva, R., & Tuleski, S. C. (2012). A emoção como função superior. *Interfaces da Educação*, 3(7), 37-48. <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/570>
- Leonídio, A. (2007). Utopias sociais e científicas no Brasil, no final do século XIX. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 14(3), 921-946. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702007000300013>
- Leontiev, A. (2004). *O desenvolvimento do psiquismo* (2a ed.). Centauro.
- Leontiev, A. N. (1961). As necessidades e os motivos da atividade. In A. M. Longarezi & R. V. Puentes (Orgs.), *Ensino desenvolvimental: Antologia* (pp. 39-57). EDUFU. (Trabalho original publicado em 1961). <https://www.marxists.org/portugues/leontiev/1961/mes/90.pdf>
- Lima, E. B. de, Coelho-Lima, F., & Ciotti, N. N. (2023). Autocrítica dirigida com artistas-trabalhadores(as): uma proposta metodológica a partir da Psicologia Histórico-Cultural. *Pro-posições*, 34, ed0620220024. <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2022-0024>

- Lima, G. M. (2020). O Estado e o seu papel na solução das crises cíclicas do capitalismo: Uma reflexão a partir da crise econômica de 2008. *Revista da AGU*, 19(4), 207-226. <https://doi.org/10.36428/revistadaagu.v19i4.12345>
- Lima, J. A., Gonçalves, L. A., Batista, M. C., Almeida, E. R., Barbosa, F. G., & Zefarino, B. C. G. (2020). A relação trabalho e educação: transição no trabalho e na formação humana no contexto do toyotismo. *Research, Society and Development*, 9(10), e5329109294. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i10.9294>
- Lins, V. F. (2019). A economia política da financeirização: possíveis implicações no mundo do trabalho. *Economia E Desenvolvimento*, 31, e1. <https://doi.org/10.5902/1414650936085>
- Lombardi, J. C. (2024). Crise capitalista, avanço reacionário e os desafios para as pedagogias marxistas: 40 anos de Escola e Democracia. *Debates em Educação*, 16(38), e17546. <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2024v16n38pe17546>
- Loureiro, C. F. B. (2009). Mundialização do capital, sustentabilidade democrática e políticas públicas: Problematizando os caminhos da educação ambiental. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, 21, 1-11. <https://doi.org/10.14295/remea.v21i0.2845>
- Loureiro, C. F. B., & Silva Neto, J. G. da. (2018). O retorno de Marx em tempos neoliberais: sobre a ontologia e a política. *Revista de Economia Política*, 38(2), 190-202. <https://doi.org/10.1590/0101-31572018v38n02a01>
- Macedo, M. G. M. (2013). Educação profissional a distância: Histórico, análise e tendências. *Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica*, 1(1), 1-7. <https://doi.org/10.15628/bept.2013.3477>
- Machado, L. V., Facci, M. G. D., & Barroco, S. M. S. (2011). Teoria das emoções em Vigotski. *Psicologia em Estudo*, 16(4), 647-657. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722011000400014>
- Magri, S. M. C. (2022). "Cansei, me demito": dilemas morais no ambiente organizacional e a comunidade online antitrabalho (A. Meucci, Trad.). *Organicom*, 19(38), 93-105. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2022.195302>
- Maior, C. D. S., & Wanderley, J. de L. (2016). A teoria Vygotskyana das funções psíquicas superiores e sua influência no contexto escolar inclusivo. In *Anais do II Congresso Internacional de Educação Inclusiva* (pp. 1-10). Realize Eventos e Editora.
- Maior, N. M. S. S., & Vidigal, V. (2022). Em modo de espera: a condição de trabalho e vida uberizada. *Revista Katálysis*, 25(1), 62-72. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e82565>
- Mancebo, D., Oliveira, J. F., & Silva Júnior, J. R. (2021). Políticas de educação superior: tendências e perspectivas. Dossiê Políticas de Educação Superior: tendências e perspectivas. Recuperado de [\[https://www.revista.ueg.br/index.php/revelli/article/view/12950\]](https://www.revista.ueg.br/index.php/revelli/article/view/12950)

- Martín-Baró, I. (1997). O papel do psicólogo. *Estudos De Psicologia (Natal)*, 2(1), 7–27. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>
- Martín-Baró, I. (2011). Para uma Psicologia da Libertação. In R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Jr. (Orgs.), *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação*. Campinas: Editora Alínea.
- Martín-Baró, I. (2017). *Crítica e libertação na Psicologia: Estudos psicossociais* (F. Lacerda Júnior, Org. e Trad.). Vozes.
- Martins, K. O., & Lacerda Jr, F. (2014). A contribuição de Martín-Baró para o estudo da violência: uma apresentação. *Revista Psicologia Política*, 14(31), 569-589. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000300010
- Marx, K. (1982). *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural.
- Marx, K. (2004). *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Marx, K. (2008). *Contribuição à crítica da economia política (2a ed.)*. São Paulo: Expressão Popular. (Trabalho original publicado em 1859, tradução e introdução de Florestan Fernandes).
- Marx, K. (2010). *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (R. Enderle & L. de Deus, Trad.; M. Backes, Ed. rev.). Boitempo. (Trabalho original publicado em 1843)
- Marx, K. (2010). *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2012). *O capital: crítica da economia política, livro 1: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K., & Engels, F. (1998). *O manifesto comunista*. Paz e Terra.
- Marx, K., & Engels, F. (2011). *Textos sobre educação e ensino*. Navegando.
- Mazzotti, T. B.. (2001). Educação da classe trabalhadora: Marx contra os pedagogos marxistas. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 5(9), 51–64. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832001000200004>
- Mészáros, I. (2011a). *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Mészáros, I. (2011b). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição* (1ª ed.). São Paulo: Boitempo.
- Miani, R. A. (2019). Cordéis de Pedro Macambira: comunicação popular e alternativa no contexto do movimento sindical. *Revista Brasileira de História da Mídia*, 8(1), 1-19.

- Minayo, M. C. de S. (1994). Violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos De Saúde Pública*, 10, S7–S18. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500002>
- Minayo, M. C. de S. (2006). *Violência e Saúde*. Editora FIOCRUZ.
- Minayo, M. C. S. (2001). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (18ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Morales, R. S. de et al. (2016). Contribuições do sociointeracionismo para a aprendizagem de um idioma em plataformas digitais. *Texto Livre: Linguagem e Tecnologia*, 9(2), 148-160. <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/textolivres/article/view/11016>
- Morozov, E. (2018). *BigTech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu Editora.
- Moura, C. (2021). *Quilombos: resistência ao escravismo* (5ª ed.). EdUESPI.
- Nascimento, Á. P. (2016). Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": Contribuições à história social do trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*, 29(59), 607-626. <https://doi.org/10.1590/S2178-14942016000300003>
- Netto, J. P., & Braz, M. (2006). *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez.
- Nüssle, F. S., & Coelho-Lima, F. (2023). Como as professoras em escolas privadas vivenciaram o trabalho durante a pandemia?. *Interação Em Psicologia*, 27(2). <https://doi.org/10.5380/riep.v27i2.86285>
- Oliveira, A. B. F. de, & Lima, A. I. B. (2017). Vigotski e os Processos Criativos de Professores ante a Realidade Atual. *Educação & Realidade*, 42(4), 1399–1419. <https://doi.org/10.1590/2175-623662025>
- Oliveira, A., & Luna, N. (2023). Uberização: das desregulações trabalhistas ao aprofundamento da precarização dos entregadores de aplicativos. *SER Social*, 25(53). https://doi.org/10.26512/ser_social.v25i53.43511
- Oliveira, F. (2003). *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.
- Oliveira, M. R. de, & Schlösser, A. (2020). Brasileiro é assim: fatalismo associado à identidade sobre ser brasileiro. *Psicologia para América Latina*, (33), 23-32. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2020000100004
- Oliveira, N. C. de, Oliveira, L. A. de, & Santos, J. M. V. dos. (2023). O materialismo histórico e suas categorias de análise: Algumas considerações. ResearchGate. <https://www.researchgate.net/publication/373071907>
- Osorio, J. (2018). Sobre superexploração e capitalismo dependente. *Caderno CRH*, 31(84), 483–500. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792018000300004>

- Pasqualini, J. C., & Martins, L. M. (2015). Dialética Singular-Particular-Universal: Implicações do Método Materialista Dialético para a Psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 362–371. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p362>
- Pasquini, N. C. (2020). As revoluções industriais: uma abordagem conceitual. *Revista Científica*, 8(1), 29-44. <https://doi.org/10.47283/244670492020080129>
- Paula, A. P. P. de., Maranhão, C. M. S. de A., & Barros, A. N. de. (2009). Pluralismo, pós-estruturalismo e “gerencialismo engajado”: os limites do movimento critical management studies. *Cadernos EBAPE.BR*, 7(3), 393–404. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512009000300002>
- Paula, L. G. C., & Santos, S. D. M. (2019). Produção imaginária e formação humana: Implicações para a compreensão da violência. *Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional*, 14(38), 15-30. https://doi.org/10.35168/2175-2613.LITP.pens_ed.2019.Vol14.N38.pp15-30
- Pê, S. Z., Cristovam, F. K. G., Araújo, M. J., Dantas, D. M. P., Brandão, I. A., & Santana, A. M. S. (2020). Reestruturação produtiva: Impactos sobre a “questão social”. *Research, Society and Development*, 9(11), e10415. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i11.10415>
- Pereira, J. B. (2023). Neoliberalismo e desenvolvimento da concepção de mundo: uma leitura a partir da Psicologia Histórico-Cultural. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 15(1), 93–115. <https://doi.org/10.9771/gmed.v15i1.52629>
- Piccinini, V. C. (2004). Cooperativas de trabalho de Porto Alegre e flexibilização do trabalho. *Sociologias*, (12), 68–105. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222004000200004>
- Pino, A. (2016). A produção imaginária e a formação do sentido estético. Reflexões úteis para uma educação humana. *Pro-Posições*, 17 (2), 47–69. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643628>
- Pochmann, M. (2018). Desestabilização do trabalho [Work destabilization]. *Serviço Social & Sociedade*, (133), 67-86. <https://doi.org/10.1590/0103-1104.20185306>
- Rangel, I. M. (1990). O quarto ciclo de Kondratiev. *Brazilian Journal of Political Economy*, 10(4), 489–502. <https://doi.org/10.1590/0101-31571990-4030>
- Raposo, C. T. M. (2020). A Escravidão Digital. *Revista Katálysis*, 23(3), 510–518. <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p510>
- Ribeiro, V. L. (2020). As transformações do capitalismo contemporâneo e seus impactos na periferia: uma interpretação sobre a crise brasileira recente. *Revista Carta Internacional*, 15(1), 137-158. <https://doi.org/10.21530/ci.v15n1.2020.1009>
- Rios, C. F. M., & Rossler, J. H. (2017). O trabalho como atividade principal no desenvolvimento psíquico do indivíduo adulto. *Psicologia em Estudo*, 22(4), 563-573. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v22i4.37465>

- Rios, F., & Klein, S. (2022). Lélia Gonzalez, uma teórica crítica do social. *Sociedade E Estado*, 37(3), 809–833. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202237030003>
- Ripper, A. V. (1993). Significação e mediação por signo e instrumento. *Temas em Psicologia*, 1(1), 25-30. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1993000100005
- Rodrigues, J. (2007). *A revolução proletária: ação política e pensamento crítico*. Expressão Popular.
- Rosa, J. S., Toassa, G., Septimio, A. L. D. M., Aquino, P. M. D., & Silva, K. G. D. (2024). Relação professor-aluno e o drama da psiquiatrização docente: um estudo a partir de dados do município de Goiânia. *Educação Em Revista*, 40, e42679. <https://doi.org/10.1590/0102-469842679>
- Saffioti, H. (1976). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Expressão Popular.
- Salina, A. P., & Asbahr, F. da S. F. (2024). A pesquisa teórica a partir do método materialista histórico-dialético. *Germinal: Marxismo E educação Em Debate*, 16(1), 688–706. <https://doi.org/10.9771/gmed.v16i1.56130>
- Santana, M. A. (2008). *A formação do trabalhador brasileiro*. FGV.
- Santiago, J. C. S. (2020). A "história secreta" do triunfo do toyotismo: movimento operário e luta de classes no Japão do pós-guerra. *Research, Society and Development*, 9(10), e5329106739. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i10.6739>
- Santos, E. R. dos. (2015). O dumping social nas relações de trabalho: formas de combate. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região*, 60(91), 209–221.
- Santos, I. R. dos, & Silva, R. H. dos R. (2017). Crítica às políticas de (con)formação docente em educação especial/inclusiva no Brasil. *Revista HISTEDBR On-Line*, 17 (3), 906–924. <https://doi.org/10.20396/rho.v17i3.8650918>
- Santos, L. S., Santos, M. E. M., & Santos, L. S. (2022). Educação como prática social: Contradições do complexo educativo na sociedade de classes. *Trabalho & Educação*, 31(3), 130-145. <https://doi.org/10.35699/2238-037X.2022.40622>
- Santos, V. O. (2018). *Trabalho imaterial e produção imaterial: Elementos de uma análise a partir de Marx* [Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas]. Repositório Institucional da UNICAMP. <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1637271>
- Scholz, T. (2017). *Cooperativismo de plataforma*. Fundação Rosa Luxemburgo.
- Secco, L. (2017). O centenário da Revolução Russa. *Estudos Avançados*, 31(91), 81–95. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.3191008>
- Seco, A. C., & Kovaleski, D. F. (2022). Do empreendedor de si mesmo à medicalização da performance: Reflexões sobre a flexibilização no mundo do trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27, 1911-1918. <https://doi.org/10.1590/1413-81232022275.22342021>

- Segata, J., & Rifiotis, T. (2021). Digitalização e dataficação da vida. *Civitas - Revista De Ciências Sociais*, 21(2), 186–192. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.2.40987>
- Sell, C. L. (2020). Dos modos de produção da manufatura à uberização dos processos de trabalho. *Revista Direito Em Debate*, 29(53), 79–90. <https://doi.org/10.21527/2176-6622.2020.53.79-90>
- Sennett, R. (2009). *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo (14ª ed.)*. Rio de Janeiro: Record.
- Severino, A. J. (2013). *Metodologia do trabalho científico (22ª ed.)*. São Paulo: Cortez.
- Silva, A. A. R., Alves, L. M. O., Carvalho, G. da L., Sousa, M. J. R., & Beserra, M. dos R. (2016). Neoliberalismo e seus impactos no mundo do trabalho: transformações e desafios frente à informalidade. *Revista de Políticas Públicas*, 20(2), 227-235. <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v20n2p227-235>
- Silva, A. O., & Santana, L. K. A. (2021). O sofrer da classe trabalhadora e seus processos críticos de adoecimento. *Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades*, 12(3), 90-98. <https://doi.org/10.21727/mn.v12i3.2808>
- Silva, D. A. e. (2011). Anarquistas: criação cultural, invenção pedagógica. *Educação & Sociedade*, 32(114), 87–102. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000100006>
- Silva, É. S. (2010). Greves, dinamites e boicotes: galegos anarquistas no Rio de Janeiro. *Maracanan*, 6, 75-95.
- Soares, J. L. (2015). Reestruturação e descentralização produtiva, flexibilização e precarização do trabalho na indústria de Catalão (GO). *Revista Em Debate (UFSC)*, 14, 140-160. <https://doi.org/10.5007/1980-3532.2015n14p161>
- Soares, T. X. (2019). A guerra no prato: uma breve análise sobre o problema de abastecimento de carne verde no Rio Grande do Sul, durante a Segunda Guerra Mundial. *Revista Mundos do Trabalho*, 11, 1-14. <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2019.e67086>
- Souza, A. C. (2021). Uberização, ode à crise e precarização: desempenho, cansaço e colonização do tempo. *Revista Movimentação*, 8(14), 11-23.
- Souza, F. A. e. (2019). As cigarreiras revoltosas e o movimento operário: história da primeira greve feminina do Recife e as representações das mulheres operárias na imprensa. *Cadernos Pagu*, 55, e195513. <https://doi.org/10.1590/18094449201900550013>
- Souza, R. M. de. (2010). Controle social e reprodução capitalista: polêmicas e estratégias contemporâneas. *Temporalis*, 10(20), 49-76.
- Srnicek, N. (2018). *Capitalismo de plataformas*. Caja Negra.

- Tonelo, I., Silva, L. M. e., & Framil Filho, R. (2022). Os trabalhadores em meio à Covid-19 no Brasil: flexibilidade, precariedade, e a mobilização internacional. *Sociologias*, 24(60), 140-168. <https://doi.org/10.1590/18070337-117000>
- Vigotski, L. S. (1930). A transformação socialista do homem. Acesso em 2 de jun. 2024. Recuperado de <https://www.marxists.org/portugues/vygotsky/1930/mes/transformacao.htm>
- Vigotski, L. S. (2009). *Imaginação e criação na infância: Ensaio psicológico - Livro para professores* (Z. Prestes, Trad.). Ática.
- Vigotski, L. S., Luria, A. R., & Leontiev, A. N. (2010). *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem* (M. da P. Villalobos, Trad.; 11ª ed.). Ícone.
- Vygotsky, L. S. (2000). *A construção do pensamento e da linguagem*. Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (2009). *A construção do pensamento e da linguagem* (2ª ed.). São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (1993). *Pensamento e linguagem*. Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (2022). *Obras completas – Tomo cinco: Fundamentos de defectologia* (Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais, Trad.). Edunioeste.
- Xavier, G. L. (2022). Destruir o Estado, emancipar os trabalhadores! Lições da Comuna de Paris de 1871. *Revista Katálysis*, 25(2), 374–382. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e83419>
- Zanin, F. C., Costa Júnior, F. C., Pacheco, M. F., & Cosson, V. B. (2018). Crises da modernidade e organização técnica do trabalho, do consumo e da cidade. *Revista de Direito da Faculdade Guanambi*, 5(1), 201-225. <https://doi.org/10.29293/rdfg.v5i1.224>

Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Nexos da Uberização)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



As gravações serão utilizadas na transcrição e análise dos dados, sendo resguardado o seu direito de ler e aprovar as transcrições. Pode haver necessidade de utilizarmos sua voz em publicações. Faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Autorizo o uso de minha voz em publicações.
() Não autorizo o uso de minha voz em publicações.

Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua opinião em publicações, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.
() Não Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.

Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua imagem em publicações, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.
() Não Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.

Pode haver necessidade de dados coletados em pesquisas futuras, desde que seja feita nova avaliação pelo CEP/UFPG. Assim, solicito a sua autorização, validando a sua decisão com uma rubrica entre os parênteses abaixo:

- () Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.
() Não Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.

Declaro que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado **Nexos da Uberização**. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) responsável **Livia Gomes dos Santos** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer

Programa de Pós-graduação em Psicologia - PPGP
Rua 235, Setor Universitário - Faculdade de Educação - Sala 201.
CEP 74605-050 - Goiânia - Goiás - Brasil - Telefone: (62) 3209-6215
email: ppgpufg@gmail.com



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada Nexos da Uberização. Meu nome é Livia Gomes dos Santos, sou o (a) pesquisadora responsável e minha área de atuação é Psicologia. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo. Esclareço que em caso de recusa na participação, em qualquer etapa da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo (a) pesquisador (a) responsável, via e-mail livia.gomes@ufg.br e, através do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): 62-981996962, inclusive com possibilidade de ligação a cobrar. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215, que a instância responsável por dirimir as dúvidas relacionadas ao caráter ético da pesquisa. O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFV) é independente, com função pública, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, criado para proteger o bem-estar dos/das participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes.

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a forma como os trabalhadores uberizados significam, se afetam e agem sobre o seu contexto de trabalho. Iremos fazer algumas questões e para isso deverá reservar um período de 15 a 20 minutos. Você tem direito ao ressarcimento das despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, inclusive transporte e alimentação, se for o caso.

Em caso de danos, você tem o direito de pleitear indenização, conforme previsto em Lei.

Se você não quiser que seu nome seja divulgado, está garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato. As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas. Prevê-se a possibilidade de mobilização emocional que poderá causar desconforto, o qual poderá ser manejado tanto pelo coordenador da pesquisa – por ser psicóloga regularizada –, como se buscará nos serviços-escolas das instituições de ensino superior parcerias para o acompanhamento dos participantes, caso seja necessário. Durante todo o período da pesquisa e na divulgação dos resultados, sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de alguma forma, identificá-lo, será mantido em sigilo. Todo material ficará sob minha guarda por um período mínimo de cinco anos. Para condução da entrevista é necessário o seu consentimento para utilização de um gravador faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Permito a utilização de gravador durante a entrevista.
() Não permito a utilização de gravador durante a entrevista.

Programa de Pós-graduação em Psicologia - PPGP
Rua 235, Setor Universitário - Faculdade de Educação - Sala 201.
CEP 74605-050 - Goiânia - Goiás - Brasil - Telefone: (62) 3209-6215
email: ppgpufg@gmail.com



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, de de

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

Programa de Pós-graduação em Psicologia - PPGP
Rua 235, Setor Universitário - Faculdade de Educação - Sala 201.
CEP 74605*050 - Goiânia - Goiás - Brasil - Telefone: (62) 3209-6215
email: ppgpufg@gmail.com

Anexo B - Roteiro de Entrevista em Profundidade (Nexos da Uberização)

NEXOS DA UBERIZAÇÃO

I. ROTEIRO DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE

Trajatória de trabalho

1. Você poderia comentar sobre a sua trajetória de trabalho? (investigar quando começou a trabalhar, que trabalhos realizou, qual o motivo para a mudança entre eles, até a entrada no aplicativo)

Contexto de trabalho

2. O que você considera de positivo e negativo no trabalho como entregador por app?
3. Como você avalia a relação entre os entregadores por aplicativo?
4. Como você define quantas horas trabalhará por dia?
5. A renda que você obtém do trabalho no aplicativo é suficiente para as suas necessidades? Quanto você recebe em média?
6. O que você acha da oferta de bônus e promoções que as plataformas fazem? Você trabalha mais horas por conta disso?
7. Houve mudanças quanto ao seu sono (horário e quantidade de horas) e alimentação (horário, local e tipo de alimentação) depois que começou esse trabalho?
8. Você leu todas as cláusulas, condições e regras do contrato, quando iniciou o trabalho? Você lê o conteúdo do site destinado a entregadores?

Liberdade no trabalho

9. Você se sente livre para escolher seus horários de trabalho e aceitar as entregas?
10. Você acha que o aplicativo exerce algum tipo de controle ou vigilância no exercício da sua atividade? Como isso acontece?

Saúde e Adoecimento no trabalho

11. Você observa algum aspecto do trabalho que pode atingir ou já prejudicou a sua saúde?
12. Você já sofreu algum tipo de acidente ou foi assaltado? (Caso sim, pedir para narrar o acontecimento; caso não, perguntar se já viu acontecendo com outro entregador)
13. Quantos anos você acha que é possível trabalhar no seu ritmo atual mantendo sua saúde física e mental?
14. A plataforma lhe ofereceu ou oferece algum tipo de suporte quando sofreu um assalto ou acidente? Se sim, qual foi o suporte? Narre.
15. Quando vocês sofrem algum acidente ou adoecem, se apoiam entre si? (caso sim, pedir para explicar; caso não, perguntar o que acha da ideia)

Sentido e significado do Trabalho e do Dinheiro

16. Se não precisasse do dinheiro, você ainda trabalharia?
17. O que é um bom trabalho para você?
18. E o que é uma boa renda (financeira) para você?
19. Se sua renda no final do mês for (ou fosse) maior do que o previsto, o que você faz (ou faria)? E se for menor (insuficiente para atender as necessidades no mês), o que faz (ou faria)?

Significado do trabalho como entregador por app

20. Trabalhar na rua é _____
21. Como você se sente em trabalhar como entregador por app?

22. Comparando com outros trabalhos que você já teve, acha melhor ou pior trabalhar como entregador por app?

Projeto laboral

23. Você tem algum plano para o seu futuro no trabalho?

Sentido e significado dos direitos, mobilizações e organizações dos trabalhadores

24. O que você pensa sobre essa reportagem:

Entregadores de aplicativo são reconhecidos como assalariados na Espanha

Medida foi anunciada hoje pelo Ministério do Trabalho espanhol e é inédita na Europa

Em momentos como o que vivemos, o jornalismo sério ganha ainda mais relevância. Precisamos um do outro para atravessar essa tempestade. Se puder, apoie nosso trabalho e assinhe o jornal correto por apenas R\$ 5,94/mês.

O Ministério do Trabalho da Espanha decidiu nesta quinta-feira (11) que entregadores em domicílio de aplicativos de delivery serão considerados assalariados, algo inédito na Europa até hoje.

"Já disse muitas vezes que um trabalhador que percorre nossas ruas de bicicleta por um aplicativo não é um empreendedor. Milhares de trabalhadores serão empregados, gozarão de todos os direitos e terão toda a rede de proteção social que hoje não possuem", afirmou Yolanda Díaz, ministra do Trabalho.

25. O que você pensa sobre essa reportagem?

Entregadores de apps fazem greve nacional nesta quarta-feira

Publicação: 2020-07-01 09:00:00

▶ Ouvir

Os entregadores de aplicativos promovem uma greve nacional hoje (1º) por melhores condições de trabalho, medidas de proteção contra os risco de infecção pelo novo coronavírus e mais transparência na dinâmica de funcionamento dos serviços e das formas de remuneração.

26. O que você pensa sobre essa reportagem?

'Adeus, iFood': entregadores tentam criar cooperativa para trabalhar sem patrão

BBC NEWS

Mariana Schreiber - @marischreiber

Da BBC News Brasil em Brasília

27/07/2020 09h00 | Atualizada em 29/07/2020 10h13

Com a queda nos rendimentos e o aumento dos riscos provocados pela pandemia de coronavírus, entregadores de aplicativos se mobilizaram nas últimas semanas para pressionar grandes empresas como iFood, Uber Eats e Rappi a aumentar o valor das corridas e melhorar as condições de trabalho.

II. QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO E LABORAL

- a) **Idade:** () até 17 anos () 18 a 24 () 25 a 29 () 30 a 49 () 50 a 59 () 60 ou mais
- b) **Raça:** () Preto/Pardo () Branco () Amarelo () Indígena
- c) **Gênero:** () Masculino () Feminino () Outros. Qual?
- d) **Estado civil:** () Solteiro () Relação estável () Casado () Divorciado () Viúvo ()
- e) **A situação da casa é:**() Própria () Alugada () Favor
- f) **Para quais empresas por aplicativo você trabalha?**
- g) **Há quanto tempo você trabalha como entregador por aplicativo?**
- h) **Como você conseguiu seu veículo de trabalho?** () comprei () aluguei () emprestado
- i) **Você realizou alguma outra atividade de trabalho atualmente? Qual?**
- j) **Você estuda atualmente? Não**
- k) **Qual a sua formação?** () Não alfabetizado () Fundamental Incompleto () Fundamental completo () Médio incompleto () Médio completo () Superior incompleto () Superior completo () Pós-graduação
- l) **Em qual bairro/setor você mora?**
- m) **Renda familiar:** () Menos de 1 salário mínimo () 1 a 2 salários mínimos () 3 a 4 salários mínimos () 5 salários mínimos ou mais
- n) **Com quantas pessoas você mora?**

Apêndice A - Indicadores e Pré-indicadores

1. Participação e experiência em manifestações (18):
1. O trabalhador se recorda de outras manifestações.
2. Trabalhadores de aplicativos diferentes em uma mesma manifestação.
64. O trabalhador participou de manifestações.
84. Não tem interesse em participar de greves.
93. Concorda com as manifestações, mas com ressalvas.
96. Nunca participou de manifestações.
104. Nunca participou de manifestações.
108. Concorda com as manifestações, mas com ressalvas.
109. Nunca participou de manifestações.
115. Concorda com as manifestações, mas com ressalvas.
120. Já participou de manifestações.
121. Participou da manifestação ficando em casa, não fazendo entregas.
122. Participou de manifestação após a morte de passageiro e trabalhador, durante o trabalho.
134. Já participou de manifestações.
136. As manifestações envolvem buzinaços dos trabalhadores.
155. Já participou de manifestações.
177. Participa das manifestações ficando em casa, sem sair para as entregas.
178. Participou de manifestações em Goiânia.
2. Opiniões sobre a efetividade das manifestações (11):
14. Opinião dúbia sobre as manifestações.
15. Segundo o trabalhador, as manifestações ajudam e atrapalham.
16. Existem contradições nas manifestações.
27. As mobilizações precisam ter número significativo de trabalhadores para ter efetividade.
118. Acredita que as manifestações tenham resultado, pois afetam o fator econômico da empresa-plataforma.
119. O entregador afirma que as manifestações produzem resultados.
131. O trabalhador vê as manifestações como uma possibilidade de melhorias para a categoria.
135. Ressalta que as manifestações que participou não geraram mudanças.
159. Acredita que as greves não mudam nada.
160. Aponta para uma forma de manifestar, com número específico de pessoas e sem confrontos.
161. Aponta para a forma de se manifestar ficando em casa, sem ir para a rua trabalhar.
3. Condições para participação em manifestações (9):
60. O trabalhador não concorda com manifestações que tenham depredações de patrimônio ou conflitos entre pessoas.
61. O trabalhador ressalta as condições para poder participar de mobilizações.
94. Concorda com as manifestações se for para reivindicar melhorias.
97. O trabalhador discorda de manifestações com práticas de danos ao patrimônio ou conflitos entre pessoas.

103. Vê as greves como meio para melhorias, principalmente o aumento das taxas pagas pela empresa-plataforma.
116. Concorda com manifestações que reivindicam melhorias nos valores pagos pela empresa-plataforma.
144. O trabalhador afirma que a participação nas manifestações pode estar ligada à opressão da plataforma ao entregador, se assim for percebido por cada um.
153. O trabalhador aponta as ressalvas para participar das manifestações.
154. Participaria de manifestações se estas tiverem um número considerável de entregadores e fossem pacíficas.
4. Conflitos e divergências sobre as manifestações (9):
11. O trabalhador reconhece que existem diferentes formas de vínculos e cada trabalhador almeja um vínculo diferente.
26. As manifestações são contraditórias, pois ajudam em alguns contextos e em outros não.
47. Existem divergências de opiniões entre os trabalhadores sobre a possibilidade de os entregadores tornarem-se assalariados.
68. O trabalhador associa as greves com a falta de esforço pessoal de alguns trabalhadores.
70. Associa a reivindicação por direito à uma questão individual.
156. Nem todos os entregadores participam das greves.
157. Alguns trabalhadores se recusam a participar das greves e continuam entregando.
158. Alguns entregadores veem o momento de greve como oportunidade para fazer mais entregas.
162. Fala sobre a possibilidade de confronto entre entregadores quando alguns vão para a manifestação e outros continuam trabalhando.
5. Reivindicações e objetivos das manifestações (10):
37. A manifestação realizada anteriormente foi para reivindicar melhorias nas taxas para os entregadores.
38. O trabalhador reivindica suporte com os gastos de manutenção e uso da motocicleta.
43. Existem lideranças que negociam melhorias para a categoria.
51. O trabalhador ressalta que as reivindicações feitas produzem melhorias positivas para o cotidiano do trabalho.
54. Existe liderança local que intermedia as reivindicações dos trabalhadores junto à empresa-plataforma.
59. O trabalhador concorda que deve haver manifestações para reivindicar melhores condições de trabalho, de forma honesta e justa.
66. O trabalhador aponta ser correta a reivindicação por direitos trabalhistas.
117. Ressalta a necessidade do valor pago pela empresa-plataforma acompanhar o aumento do valor dos combustíveis.
133. Vê as manifestações como possibilidade para melhorias das condições de trabalho.
145. As manifestações têm relação com os valores pagos pela empresa-plataforma.
6. Estratégias das empresas-plataformas para dissipar manifestações (4):
3. As empresas-plataformas tem estratégias para dissipar as manifestações com ajustes nos preços e promoções.
4. As medidas das empresas plataformas para dissipar as manifestações desencorajam os trabalhadores.

163. Fala sobre o mecanismo da empresa-plataforma hegemônica de aumentar as promoções no dia das greves.
164. Fala sobre o mecanismo da empresa-plataforma de recuperar o que foi oferecido durante as promoções, nas semanas seguintes às manifestações, diminuindo o valor das entregas e equilibrando os lucros.
7. Críticas às empresas-plataforma (8):
22. As melhorias nas plataformas são contraditórias.
31. Segundo o trabalhador não há transparência da empresa-plataforma em relação ao pagamento.
67. O trabalhador considera que a taxa paga pela empresa-plataforma ao quilômetro rodado, no momento da entrevista, era suficiente.
85. Ressalta o monopólio da empresa-plataforma hegemônica.
90. As empresas plataformas tem grande poder financeiro.
123. Afirma que a empresa-plataforma retira uma parte do valor pago pelo cliente, que seria repassado ao entregador.
148. Ressalta o controle do mercado da empresa-plataforma hegemônica.
172. Fala sobre o poder econômico da empresa-plataforma hegemônica.
8. Controle algorítmico e autonomia do trabalhador (7):
17. A empresa-plataforma tem mecanismos que atrapalham a organização do trabalhador, em relação à autonomia.
18. São impostas regras para melhorar o trabalho, que acabam piorando as condições do trabalhador.
19. O controle algorítmico do trabalho desiguala os trabalhadores, colocando-os para fazer entregas o máximo possível.
20. Os agendamentos são formas de controlar o trabalho.
21. O agendamento dá a falsa impressão do trabalhador poder organizar o próprio tempo.
34. A empresa-plataforma tem formas de reorganizar o trabalho e se beneficiar pela falta de transparência.
98. Não vê o controle algorítmico como uma relação patrão-empregado.
9. Exploração e precarização do trabalho (9):
169. Fala sobre o tempo disponibilizado à empresa que não é remunerado.
171. Fala sobre os lucros que a empresa consegue sobre o trabalho dos entregadores.
174. Fala sobre os mecanismos da empresa plataforma lucrar sobre o trabalho dos entregadores.
175. Fala sobre a injustiça das características do trabalho gerenciado pela empresa-plataforma.
192. Fala sobre a necessidade de fazer a entrega mesmo com condições climáticas adversas.
23. As mudanças na plataforma melhoram o trabalho, mas as mudanças possuem lógicas para explorar mais ainda o trabalhador.
24. Os entregadores de bicicleta têm restrições de distância que precarizam mais ainda o trabalho.
32. O valor cobrado do cliente é diferente do valor repassado para o entregador.
52. O trabalhador reconhece os interesses mercadológicos da empresa-plataforma.
10. Custos e riscos do trabalho (9):
114. O trabalhador paga a própria previdência social.
149. Aponta as características do trabalho que influenciam nos ganhos financeiros.

167. Fala sobre os custos para a realização das atividades.
168. Aponta os custos de manutenção e riscos ao trabalhador como entregador.
170. Fala sobre a falta de suporte com os custos e riscos, por parte da empresa-plataforma.
193. Fala sobre os riscos de fazer as entregas.
39. O trabalhador ressalta a ausência de suporte da empresa-plataforma com gastos para a realização do trabalho.
92. Preocupação com os custos de uso e manutenção.
95. Acha o valor pago pelas empresas-plataformas baixo.
11. Reconhecimento como assalariado e regularização (21):
113. O trabalhador prefere o não reconhecimento dos entregadores como assalariados.
12. Receio dos encargos, impostos e descontos sobre o salário como entregador assalariado.
128. O trabalhador ressalta a importância do reconhecimento dos entregadores como assalariados devido aos benefícios.
13. Receio da relação empresa-empregado.
130. Ressalta que ter a carteira assinada é positivo.
142. O trabalhador não concorda com o reconhecimento como assalariado, pois segundo ele existem diferenças econômicas entre a Espanha e o Brasil.
151. Concorda com o reconhecimento dos entregadores a depender do salário que será pago.
165. Acha positivo o reconhecimento como trabalhador assalariado.
179. Afirma não saber opinar sobre o assunto de reconhecer os trabalhadores como assalariados.
180. Afirma que o reconhecimento como assalariado depende de fatores que desconhece.
62. O trabalhador concorda com a possibilidade de tornar os entregadores assalariados.
72. O trabalhador discorda da possibilidade do reconhecimento como assalariado devido ao possível controle sobre a jornada de trabalho.
73. O trabalhador ressalta o receio com as taxas e cobranças sobre os ganhos com as entregas caso o trabalho seja reconhecido como assalariado.
74. Aponta a possibilidade de perda de liberdade se o trabalho for regularizado.
75. O trabalhador está se referindo ao trabalho regularizado como um agente de promoção de perda de liberdade.
78. Ressalta a desvantagem de ter que cumprir os horários e regras impostas no trabalho assalariado.
79. Ressalta que o trabalhador vai se tornar escravizado pelo sistema se o trabalho for reconhecido como assalariado.
81. Vê a ausência de vínculo empregatício com a plataforma como um motivo para desmobilizar as greves.
105. Ao falar sobre cooperativas, ressalta a preocupação com o salário que pode ser pago aos entregadores.
111. Concorda com a criação de cooperativas.
112. Não tem conhecimentos sobre o reconhecimento dos entregadores como assalariados.
12. Cooperativas e alternativas ao modelo atual (15):
137. O trabalhador apontou que as cooperativas podem não remunerar como as empresas-plataformas.
143. Discorda da interferência do Estado para o reconhecimento dos trabalhadores como assalariados.

147. Não concorda com a criação de cooperativas.
150. Ressalta a necessidade de uma remuneração equivalente às plataformas que já existem.
152. O trabalhador sugere um salário a ser pago pelas cooperativas que poderia valer a pena.
194. Fala que o trabalho de entregas por cooperativas tem exploração também.
195. Fala sobre as características de uma cooperativa de entregas específica.
196. Fala sobre a ajuda da cooperativa com manutenção, que pode não valer a pena financeiramente ao entregador.
197. Fala sobre a necessidade de a carga horária do trabalho na cooperativa ser superior à da empresa-plataforma para ter remuneração compatível.
29. O trabalhador considera as cooperativas positivas.
30. O trabalhador se queixa das regras para participar da cooperativa, que exige motos com características específicas para a realização do trabalho.
50. O trabalhador concorda com a estrutura das cooperativas.
87. O poder financeiro da empresa hegemônica impede outras de se inserirem no mercado.
88. Os clientes vão optar pela empresa-plataforma com promoções.
89. O investimento em propaganda, feito pelas empresas-plataformas, influenciam as escolhas dos clientes.
13. Condições de trabalho e desafios (8):
126. Ressalta as dificuldades da realização do trabalho, principalmente em períodos chuvosos.
127. A ponta que apenas o entregador entende a realidade do trabalho com entregas.
166. Reconhece o aspecto da terceirização na prática do seu trabalho.
36. O trabalhador quer maior reconhecimento da empresa-plataforma.
63. Destaca os saberes que o entregador possui e precisa ter para realizar o trabalho.
65. Destaca que as mudanças para a melhoria das condições de trabalho são lentas.
83. Ressalta que todos precisam sobreviver através do trabalho.
9. Ressalta a concorrência no trabalho.
14. Relação com clientes e violências (12):
110. O trabalhador ressalta a relação ruim com alguns clientes.
139. O trabalhador afirma as violências sofridas durante o trabalho como entregador.
140. O trabalhador ressalta a frequência constante das violências sofridas.
141. Aponta o estado emocional dos clientes como justificativa para as violências.
183. Fala sobre a diferença do tratamento recebido pelos clientes antes e depois da pandemia.
184. Durante a pandemia havia reconhecimento da população sobre o trabalho com entregas.
185. Fala sobre as violências sofridas por trabalhadores durante o trabalho.
186. Fala sobre o pedido dos clientes para subir até o apartamento.
187. Fala sobre o desejo em entregar para o cliente o mais rápido possível.
188. Fala sobre o tratamento inadequado que os clientes oferecem aos entregadores.
189. Relaciona as greves com a forma inadequada como os clientes têm tratado os entregadores.
191. Fala sobre a conduta dos clientes de não acompanharem as entregas adequadamente no aplicativo.
15. Construção das opiniões para a realização do trabalho (8):

7. Visão de que a escolarização dos trabalhadores é apenas uma escolha pessoal.
42. O trabalhador fala sobre não ter parado para ler e entender sobre as reivindicações de direitos nas manifestações.
46. O trabalhador está falando baseado em opiniões de outros trabalhadores, mas ressalta a necessidade de ler notícias e informações para formar a sua opinião.
49. O trabalhador tem conhecimentos superficiais sobre a possibilidade de os entregadores tornarem-se assalariados.
80. Acredita que o trabalho na plataforma não é obrigação, pois é uma escolha individual.
82. Se o trabalho não estiver agradando, o trabalhador pode procurar outro.
101. O trabalhador aponta a opinião que ouviu de outros trabalhadores para falar sobre o reconhecimento como assalariado.
124. O trabalhador usa redes sociais para se informar.
16. Impacto financeiro do trabalho assalariado (8):
35. O trabalhador tem receio dos impostos, descontos e encargos do Estado.
77. O trabalhador aponta a vantagem de ter um ganho fixo.
91. O reconhecimento como trabalhador assalariado implicaria em queda nos ganhos.
102. Tem receio de que, ao se tornar assalariado, receba menos que atualmente.
106. O trabalhador ressalta a preocupação com o reconhecimento como trabalhador assalariado, pois teme queda no salário.
129. Aponta o salário pago aos entregadores como ressalva ao reconhecimento como assalariados.
176. Fala positivamente sobre a garantia do salário ao trabalhador que tem um trabalho fixo.
182. Afirma que o reconhecimento como assalariado favorece os trabalhadores, mas pode prejudicar os donos de estabelecimentos e a empresa-plataforma.
17. Desconfiança de novas plataformas e cooperativas (8):
5. O trabalhador enxerga a classe de entregadores como incapaz de gerenciar o trabalho.
6. Apresenta que a gestão do trabalho deve ser organizada individualmente.
8. Não vê possibilidade de enfrentamento às empresas-plataformas.
10. As experiências pregressas da realidade o fazem ter receio de mudanças.
55. O trabalhador destaca a desconfiança em outras plataformas que surgem no mercado.
57. O trabalhador ressalta a necessidade de a empresa-plataforma ser confiável.
58. O relato demonstra receio de sofrer golpes e injustiças das novas empresas-plataformas.
86. Frisa a impossibilidade de outras empresas-plataforma concorrendo com a empresa-plataforma hegemônica.
18. Opiniões sobre condições de trabalho e comparações com o trabalho uberizado (8):
28. A fala do trabalhador expressa as dúvidas, contradições, e receios, com a realidade do trabalho.
44. As mudanças que o trabalhador ouviu falar não são positivas.
45. O trabalhador tem em opiniões baseadas em outros trabalhadores, mas ressalta a necessidade de ler notícias e informações para formar a sua opinião.

53. O trabalhador faz uma comparação das diferenças do funcionamento da empresa plataforma entre centros urbanos com tamanhos populacionais diferentes.
69. O trabalhador ressalta a dificuldade da realidade do trabalho.
125. Faz uma comparação entre as condições de trabalho dos entregadores e dos trabalhadores da sede da empresa-plataforma.
146. Faz o paralelo do momento econômico e a relação entre a empresa-plataforma e os entregadores.
181. Fala sobre as diferenças econômicas entre a Espanha e o Brasil.
19. Falta de transparência e comunicação com a empresa-plataforma (8):
25. Desconhece o funcionamento do algoritmo.
33. Desconhece o funcionamento do algoritmo.
41. O trabalhador aponta a pouca transparência na forma como a empresa-plataforma repassa os valores.
48. A empresa-plataforma não expressou opiniões publicamente que o trabalhador tenha visto.
99. Ressalta a dificuldade de comunicação entre trabalhadores e a empresa-plataforma.
100. Ressalta as mensagens automáticas como única forma de comunicação com a empresa plataforma.
173. Fala sobre a retenção feita pela empresa-plataforma, do valor pago pelo cliente e que deveria ser repassado ao entregador.
190. Fala sobre as atualizações que facilitam a comunicação entre o entregador e o cliente.
20. Satisfação e insatisfação com o trabalho (7):
40. O trabalhador ressalta que a empresa-plataforma não faz cobranças diferentes ao cliente, em relação ao que repassa ao entregador.
56. As empresas-plataformas hegemônicas tem a confiança do trabalhador, pois ele já conhece a procedência.
71. O trabalhador afirma que a empresa-plataforma não retira valores do cliente e reduz o repasse ao entregador.
76. Para o trabalhador, o modelo da empresa-plataforma, dá possibilidade de liberdade e escolhas.
107. Ressalta estar satisfeito com o seu trabalho no momento.
132. Ressalta que a empresa-plataforma não reconhece a importância dos entregadores e não concorda com o tratamento oferecido.
138. Ressalta que apesar da ausência do suporte da empresa-plataforma hegemônica, eles pagam todas as entregas.